



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ARÉA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO**

CANDIDO LUIS TELES DA ROZA

**ÉTICA, RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS
ORGANIZAÇÕES**

**CAXIAS DO SUL
2018**

CANDIDO LUIS TELES DA ROZA

**ÉTICA, RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS
ORGANIZAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS), como requisito final à obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Professor Dr. Jayme Paviani

CAXIAS DO SUL

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

R893e Roza, Candido Luis Teles da
Ética, responsabilidade e desenvolvimento sustentável nas
organizações / Candido Luis Teles da Roza. – 2018.
116 f. ; 30 cm
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, 2018.
Orientação: Jayme Paviani.
1. Ética. 2. Responsabilidade. 3. Liberdade. 4. Desenvolvimento
sustentável. 5. Associações, instituições, etc.. I. Paviani, Jayme, orient.
II. Título.

CDU 2. ed.: 17:502.131.1

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

"Ética, responsabilidade e desenvolvimento sustentável nas organizações"

Candido Luis Teles da Roza

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia. Linha de Pesquisa: Conceitos Fundamentais de Ética.

Caxias do Sul, 28 de junho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jayme Paviani (orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Evaldo Antônio Kuiava
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CAMPUS-SEDE

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - Bairro Petrópolis - CEP 95070-560 - Caxias do Sul - RS - Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 - CEP 95020-972 - Caxias do Sul - RS - Brasil

Telefone / Telefax (54) 3218.2100 - www.ucs.br

Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul - CNPJ 88 648 761/0001-03 - CGCTE 029/0089530

DEDICATÓRIA

Para Zilda, Aline, Ariadne e Manuela, por proporcionarem a possibilidade de entender, sentir e viver o amor e, todos os dias, agradecer a vida. A Zilda, em especial, por seu amor, dedicação e apoio incondicional.

Para o Professor Doutor Jayme Paviani por sua sabedoria, sua inspiração e sua singular capacidade de educar e transformar. Ao mestre com carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UCS, mestres do conhecimento, homens de grande valor que, com humildade e sabedoria, todos os dias prestam sua contribuição para um mundo melhor.

Meu especial agradecimento e reconhecimento aos professores Dr. Idalgo José Sangalli e Dr. Itamar Soares Veiga por suas imprescindíveis contribuições apresentadas na banca de qualificação da dissertação.

Ao corpo profissional da UCS, na pessoa da Secretária do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Professora Daniela Bortoncelo, por sua sempre competente dedicação.

Aos colegas de curso, bons amigos de caminhada, aos quais agradeço a oportunidade e a honra de poder compartilhar conhecimento.

Em certo momento, escrevi que ainda acredito na bondade humana, ou algo parecido. Apesar de tudo, sei que precisamos ter fé na humanidade, pois é ela e somente ela que nos mantém aqui. Não estou dizendo que todos deveríamos acreditar em Deus ou ir para templos, igrejas ou sinagogas todas as semanas, mas que, como cidadãos do mundo, precisamos acreditar uns nos outros, no potencial de bondade de cada um... Somos nós que habitamos este planeta absolutamente esplêndido e devemos tratá-lo com amor e dignidade.

Manuela Teles da Roza

RESUMO

Trata-se de uma reflexão ética sobre responsabilidade nas organizações. O esforço de pesquisa promove a aproximação com o objeto de interesse da reflexão por meio de um arcabouço conceitual estruturado a partir de conceitos sobre ética, responsabilidade, organizações, liberdade e consciência moral. A análise ética das relações, tanto no ambiente externo como interno das organizações, permite uma aproximação com um agir modificado, potencializado pela técnica e capaz de interferir – até mesmo de comprometer – as condições da vida no globo. A pesquisa busca reconhecer características preponderantes no atual contexto de mundo, estabelecer um posicionamento temporal e, dessa forma, identificar as principais dimensões impactadas pela ação das organizações. A aproximação promovida com a ética da responsabilidade, de Hans Jonas – assim como os documentos Relatório Brundtland, a Carta da Terra e a Agenda 2030 – busca estabelecer condições para reconhecer, analisar e validar a possibilidade de que o conceito de desenvolvimento sustentável possa ser utilizado pelas organizações para a definição de um patamar de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida. A pesquisa analisa as relações existentes entre desenvolvimento sustentável e responsabilidade das organizações, através de uma reflexão que busca por um valor ético no conceito de desenvolvimento sustentável e é concluída com a análise de uma relação reflexiva entre ética, organizações e desenvolvimento sustentável. O problema de pesquisa orienta a procura por razões que possam justificar a atribuição de responsabilidade ética às organizações, bem como visa reconhecer a contribuição que uma organização responsável pode proporcionar à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta.

Palavras-chave: Ética. Responsabilidade. Organizações. Liberdade. Consciência moral e desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

It is an ethical reflection about responsibility in organizations. The research effort promotes the approximation with the object of interest in the reflection through a conceptual framework structured from concepts about ethics, responsibility, organizations, freedom and moral conscience. The ethical analysis of relationships, both in the external and internal environment of organizations, allows an approach with a modified action, enhanced by the technique and able to interfere - even to compromise - the conditions of life on the globe. The research seeks to recognize prevailing characteristics in the current world context, to establish a temporal positioning and, in this way, identify the main dimensions impacted by the organizations' actions. Hans Jonas's approach to responsibility—as well as the documents Brundtland Report, the Earth Charter and Schedule 2030—seeks to establish conditions for recognizing, analyzing and validating the possibility that the concept of sustainable development can be used for the organizations to define a level of responsibility and care for the community of life. The research analyzes the relationship between sustainable development and the responsibility of organizations, through a reflection that seeks an ethical value in the concept of sustainable development and it is concluded with the analysis of a reflective relationship between ethics, organizations and sustainable development. The research problem guides the search for reasons that may justify the attribution of ethical responsibility to organizations, as well as seeking to recognize the contribution that a responsible organization can give to the construction of a model of sustainable development for the planet.

Keywords: Ethics. Responsibility. Organizations. Freedom. Moral awareness and sustainable development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A REFLEXÃO DA RESPONSABILIDADE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES.....	18
2.2 ÉTICA, RESPONSABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	18
2.2 RESPONSABILIDADE ÉTICA DAS ORGANIZAÇÕES	23
2.3 CONSCIÊNCIA MORAL E LIBERDADE	27
3 UMA ABORDAGEM DA ÉTICA E DA RESPONSABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	33
3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE ÉTICA E RESPONSABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	35
3.2 SOBRE OS TEMPOS MODERNOS, O CONTEXTO DO AGIR MODIFICADO DO HOMEM.....	43
3.2.1 A tecnologia na pós-modernidade.....	46
3.2.2 A pobreza, a fome e a distribuição de renda na pós-modernidade.....	48
3.2.3 O meio-ambiente na pós-modernidade.....	52
3.3 AS ORGANIZAÇÕES E AS CIDADES	55
3.4 AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, UMA EXPRESSÃO EXTERNA DAS ORGANIZAÇÕES	56
3.5 A ÉTICA NO AMBIENTE INTERNO DAS ORGANIZAÇÕES	63
3.6 RESPONSABILIDADE E <i>STAKEHOLDERS</i>	67
3.7 A RECIPROCIDADE NA RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO EXTERNA E A AÇÃO INTERNA DAS ORGANIZAÇÕES.....	70
3.8 UMA REFLEXÃO SOBRE OS FINS E OS MEIOS DAS ORGANIZAÇÕES	71
3.9 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	73
4 RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	77
4.1 UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR E TRANSDICPLINAR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	78
4.2 UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	82
4.3 UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE	85

4.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESPONSABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES	93
4.4.1 A busca por um valor ético no conceito de desenvolvimento sustentável	94
4.4.2 A contribuição do desenvolvimento sustentável para uma ética da responsabilidade nas organizações	96
4.4.3 Os programas de desenvolvimento sustentável e a definição de um padrão de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

A reflexão ética sobre a responsabilidade das organizações não constitui uma iniciativa de pesquisa inédita, portanto não tem a pretensão de definir marcos, verdades ou juízos definitivos sobre um tema tão contemporâneo e complexo. Do esforço de pesquisa, pode-se esperar uma busca motivada pela inquietação do saber, pelo desejo de melhor compreender os limites e as implicações do agir humano potencializado pela organização, bem como de suas implicações, presentes e futuras, para a continuidade da vida (como a reconhecemos hoje).

Nesse sentido, uma das expectativas está vinculada à possibilidade de elaborar subsídios que possam contribuir para a definição de padrões éticos de responsabilidade para as organizações. Um possível êxito, ainda que parcial, pode gerar uma contribuição importante para o processo de conscientização da responsabilidade que parece ser atribuível às organizações. Conscientes de sua responsabilidade moral, as organizações poderiam somar esforços na tarefa universal de construir uma ética centrada na responsabilidade e no cuidado com a comunidade da vida, em suas mais distintas manifestações.

A descrição do comportamento moral, externo e interno, e a análise ética destes comportamentos – a percepção, o entendimento e o juízo do comportamento moral das organizações – constituem esforços dirigidos à elaboração de um diagnóstico do contexto atual, uma condição necessária para o alcance dos objetivos da pesquisa. A partir da reflexão ética sobre práticas, crenças e valores perceptíveis nas organizações, espera-se atender duas expectativas: uma aproximação com os fatores preponderantes na decisão que determina a ação e a análise desses fatores por meio dos princípios que estruturam a ética da responsabilidade. Com a aproximação, práticas vinculadas a conceitos transcendentais, como o de desenvolvimento sustentável, por exemplo, serão apresentadas, analisadas e validadas ou não.

É oportuno afirmar e diferenciar que o conceito de organização (estudado com a necessária profundidade e adequação, na primeira etapa desta dissertação) reflete uma ideia de estrutura administrativa, ou seja, de um conjunto de meios vinculados a conceitos como gestão, planejamento e eficácia. Partindo desse conceito administrativo de organização, admite-se uma estrutura instrumental que pode ser verificada tanto em uma empresa mercantil, como em uma instituição de caridade ou em uma estrutura estatal.

A definição inicial de organização, ainda que superficial, contribui para o posicionamento da reflexão ética proposta. Uma vez que a definição instrumental remete a

uma associação direta com as organizações mercantis¹, o posicionamento da reflexão ética afasta um possível erro de entendimento de que a análise da responsabilidade nas organizações esteja restrita ao segmento empresarial. Na hipótese de que a restrição aventada fosse verdadeira, o adequado teria sido estudar exclusivamente a responsabilidade ética das empresas, um universo mais restrito, abdicando da possibilidade de estender a análise a outros tipos de organização. Nesse universo, as estruturas administrativas impõem riscos e desafios semelhantes e proporcionais aos encontrados nas empresas.

Dessa forma, o conceito de organização estará expresso em sentido amplo (empresas, sindicatos, governos) e, sempre que necessário, a expressão de um *token* será específica (o governo X, o sindicato A ou a empresa Y), assim como o *typo* receberá igual tratamento de definição: organização governamental, organização empresarial, entre outras.

A partir dessa etapa, são resgatados e aprofundados itens inicialmente desenvolvidos no projeto de pesquisa, sendo a primeira aproximação estabelecida com o contexto que caracteriza o problema de pesquisa definido para a dissertação.

Estamos em um momento crítico na história da terra, em uma época na qual a humanidade deve escolher o seu futuro (...) e, para seguir adiante, “(...) devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formatos de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em uma cultura de paz. (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000, Preâmbulo).

O alerta no preâmbulo da *Carta da Terra*² chama a atenção para um dos principais problemas postos à ética no século XXI: a ameaça quanto à existência de um futuro para todas as formas de vida, humana e extra-humana, no globo. Trata-se de uma preocupação que admite, ao reconhecer o pertencimento do ser humano a uma comunidade global (que respeita a vida extra-humana), a responsabilidade ética com a construção de uma sociedade sustentável, estruturada em conceitos que promovam a justiça e o bem comum.

1 É bastante comum afirmar que uma empresa pode ser reconhecida a partir de sua organização administrativa, algo bastante diferente do que acontece quando observamos uma escola ou uma instituição de caridade, em exemplos.

2 O documento nasce da impossibilidade de elaborar durante o evento internacional Rio-92 (promovido para pensar globalmente a questão ambiental), uma declaração ambiental universal que fosse consensual entre os governos das nações participantes. Face esta impossibilidade a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, apoiados pelo Governo Holandês, assumem a responsabilidade de elaborar a carta. Em 1995, é criada a comissão para elaboração da Carta da Terra em Haia na Holanda. O primeiro esboço do documento foi escrito em 1997 e o segundo em 1999. O texto foi analisado e recebeu a contribuição de mais de 100 mil pessoas em todo o globo. Entre 12 e 14 de março do ano de 2000, a Carta da Terra passou por um processo de ratificação.

Nesse contexto, as organizações passam a exercer, em especial a partir da modernidade, uma influência determinante na vida de grande parte do universo humano e extra-humano. Diariamente, dedicamos boa parte de nosso tempo ao ambiente de trabalho, às escolas, às famílias ou a outros espaços onde existem estruturas organizacionais. Logo, além de sermos cotidianamente impactados por organizações, parte do que somos pode ser reconhecido por meio do que fazemos individualmente em suas estruturas (das quais participamos e proporcionamos vida), da mesma forma que acontece em relação às comunidades as quais pertencemos.

Pode-se dizer que uma igreja é sua fé, seu pregador e seus fiéis, da mesma forma que um clube de futebol é seu time, seus símbolos e sua torcida. Desse modo, indivíduo e organização se confundem, e, muitas vezes, cria-se uma identidade em tal grau que é quase impossível ver o indivíduo e não reconhecer neste a organização da qual é parte e representa (sendo o inverso igualmente verdadeiro). De igual forma, padrões de comportamento revelam princípios, valores e crenças, percebidos nas organizações e em seus representantes, algo que pode ser verificado a partir do que dizem aqueles que falam por uma organização.

É o que acontece quando escutamos a fala de um líder do Daech³ e concluímos que a morte de inocentes, promovida pela organização terrorista, é justificada pela interpretação fundamentalista dos textos sagrados islâmicos. Essa mesma possibilidade se estabelece quando observamos a atuação internacional da Cruz Vermelha e reconhecemos em suas ações os princípios estabelecidos por seu cofundador, o humanista Henri Dunat⁴, de que um soldado ferido, derrubado e desarmado não mais pertence a uma nação. Depois de Dunat e, hoje, através da ação da Cruz Vermelha Internacional, homens feridos em guerras são apenas homens, simples humanos que precisam de atendimento indiferentemente do símbolo que tenha determinado seu ingresso nos campos de batalha.

No tempo atual, mesmo longe de campos de batalha, comportamentos individuais e coletivos são determinados por crenças, valores e princípios bastante distintos. Um universo heterogêneo capaz de influenciar a decisão organizacional e, por consequência, determinar que uma ação modificada, potencialmente amplificada pela tecnologia, atue sobre as condições de vida humana e extra-humana no globo.

3 Organização fundamentalista terrorista islâmica.

4 Henri Dunant é cofundador da Cruz Vermelha Internacional, organização cuja história pode ser conhecida na obra *Um Souvenir de Solferino* (de autoria do próprio Dunant). Nas palavras de Luc Ferry “Dunant adere à aspiração fundamental da grande Declaração dos Direitos do Homem de 1789: todo ser humano merece ser respeitado independentemente de todos os pertencimentos comunitários, étnicos, linguísticos, culturais, religiosos.” (FERRY, 2010, p. 220).

Nesse complexo contexto, em que a fragilidade da vida parece ainda mais evidente, um olhar atento sobre os reflexos da ação organizacional revela sinais preocupantes de deterioração moral, definindo um ambiente onde a reflexão ética sobre a responsabilidade das organizações parece ganhar especial importância⁵.

Basta uma análise mais atenta do contexto atual para desnudar uma dura e preocupante realidade. Nela, em regra geral, os princípios organizacionais estariam voltados, quase que exclusivamente, ao lucro, prevalecendo mecanismos de recompensa restritos a aspectos não essenciais como o sucesso profissional e o enriquecimento individual. Uma materialização míope que sugere a existência de dois graves problemas: a subjugação da essência humana, fonte que determina a existência, em si, de uma organização aos fins instrumentais e os graves riscos à vida no planeta decorrentes de decisões que possam ser justificadas a partir da restrição dos princípios.

Frente a esse contexto, percebe-se a consolidação do entendimento de que a preocupação temporal com a ação das organizações não pode estar restrita às implicações presentes, mas deve alcançar as implicações futuras das decisões presentes. Por isso, a consideração da ética na definição dos princípios organizacionais precisa romper com a mera expressão protocolar e ganhar efetiva importância e relevância. Trata-se, pois, de uma condição indispensável para que as organizações possam contribuir com a tarefa posta à humanidade de construir uma ética que rompa fronteiras e consiga ser verdadeiramente um dos alicerces de sustentação para a construção de um modelo capaz de superar as limitações, riscos e ameaças atualmente percebidos.

Com base nisso, duas perguntas essenciais constituem o problema de pesquisa: Quais razões, ou seja, quais fundamentos podem justificar a atribuição de responsabilidade ética para as organizações? Qual contribuição pode ser esperada das organizações para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta?

Para sustentar a aproximação filosófica com a responsabilidade, questão central e estruturante da pesquisa, o marco teórico serve-se do pensamento de Hans Jonas, como também de comentadores de sua obra. Por sua vez, as diferentes etapas da dissertação (como se poderá ver a seguir) estão estruturadas a partir de um conjunto de autores que, por sua produção filosófica, proporcionam fundamentos teóricos para o complexo universo de questões abrangido na pesquisa.

⁵ A possibilidade da análise ética da responsabilidade das organizações parece constituir uma alternativa para que sejam construídas respostas para os complexos dilemas enfrentados pela civilização em relação aos cuidados que devemos ter com a comunidade da vida no planeta.

Este estudo utilizará o método analítico para elucidar conceitos e enunciados de ética, responsabilidade, organização, desenvolvimento sustentável, consciência moral e liberdade, entre outros que se fizerem necessários e oportunos. Buscará identificar as origens e as principais características do objeto de interesse da pesquisa, bem como dimensionar o universo e o poder de intervenção das organizações no contexto global. Também, serão consideradas observações empíricas das ações e do impacto destas (tanto no ambiente externo quanto no ambiente interno das organizações) através da promoção de reflexões teóricas que possam esclarecer e contextualizar aspectos importantes para a reflexão. Na busca pelo melhor entendimento, a análise empírica e reflexiva teórica não acontecerá em sentido único, pois, sendo oportuna, a prévia fixação de elementos conceituais poderá estruturar a análise empírica.

O universo composto por valores e crenças que hoje influenciam a ação das organizações deverá ser objeto de uma revisão ética, ou seja, de uma análise de validação desses elementos para justificar, ou não, a existência de responsabilidade, tanto quanto para definir que responsabilidade pode ou deve ser esperada das organizações.

A relevância filosófica e científica da pesquisa pode ser justificada a partir do reconhecimento de que os sinais anteriormente mencionados de crise moral emergem das mais diversas formas de organização. Sinais que podem ser verificados nas ações dos seus líderes, no posicionamento institucional ou em comportamentos organizacionais que expressam evidências de um problema moral e ético (sempre que consideramos os conceitos como distintos, tal como será feito no transcorrer da dissertação).

Nesse sentido, a crise ética instituída na sociedade evidencia a incapacidade do modelo atual de formação moral que atribui quase que exclusivamente às famílias e às instituições de ensino a responsabilidade pela definição de parâmetros aceitáveis para o comportamento humano. Em vista disso, uma das alternativas possíveis parece estar na possibilidade de atribuir às organizações a reponsabilidade de contribuir com a difícil tarefa da formação moral das pessoas e, assim, construir as condições para a elaboração do que possa vir a ser um marco ético de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida.

Nesse contexto que se estabelece, é preciso considerar que as organizações possuem um conjunto formado por princípios, valores, crenças e objetivos, os quais estruturam sua ação (em alguns casos, uma ação⁶ capaz até mesmo de definir os rumos do futuro do planeta). Um conjunto que é percebido no seio da sociedade a partir da expressão de indivíduos que, ao

⁶ Trata-se, pois, de uma capacidade de intervenção modificada e potencializada pelo desenvolvimento da técnica que se estende e alcança as mais diversas dimensões da vida humana e extra-humana.

agir em nome das organizações, revelam-se interlocutores com princípios compatíveis com os predominantes na organização que representam.

Portanto, soa razoável afirmar que a proposição de uma ação ética passa, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de um patamar comum de princípios, valores e crenças entre os dois sujeitos de ação: indivíduo e organização. Sem essa condição primária, parece restar prejudicada a possibilidade de que padrões éticos possam emanar das organizações em condições de superar a crise moral que atinge os indivíduos que a compõem, como também o recíproco parece ser verdadeiro.

Nesse sentido, a relevância para o desenvolvimento científico filosófico passa pela possibilidade de promover uma análise ética das organizações e, de certa forma, uma aproximação com a administração, em virtude de ser a área do conhecimento que estuda mais aprofundadamente as organizações. A aproximação proposta tem como origem o reconhecimento de que a ética precisa ser incorporada aos princípios fundamentais das organizações, uma condição essencial para viabilizar a contribuição das organizações na construção de um mundo mais justo e fraterno.

Outro aspecto a ser considerado na identificação da relevância científica e filosófica está na possibilidade de promover uma análise ética que considere as organizações como organismos vivos, como espaço e tempo para a existência humana. Uma abordagem cada vez mais usual, cuja relevância ganha sentido quando pensamos a vida como sendo o eixo definidor e estruturante de uma ética, como é a ética da responsabilidade de Hans Jonas.

Postos os incontáveis sinais que evidenciam a necessidade de revisar os valores e princípios, como também a ação das organizações, a possibilidade de empreender mais um esforço de pesquisa para esse fim pode ser entendida como oportuna se for capaz de contribuir com a identificação de elementos que possam definir um patamar ético de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida. Trata-se do reconhecimento de que a vida clama pela possibilidade de existir e que todo o esforço possível, por mais singelo e humilde que seja, deve ser feito.

A dissertação está organizada em três etapas distintas e complementares entre si. A primeira etapa aborda inicialmente os conceitos essenciais para o esforço de pesquisa: organização, responsabilidade, ética, consciência moral e liberdade. A importância dessa etapa deve ser reconhecida na necessidade de estruturar um sólido conjunto de conceitos capazes, por sua vez, de proporcionar as condições para uma análise consistente do tema proposto.

A segunda parte da pesquisa é dedicada à análise de expressões da ação organizacional, cuja repercussão, tanto no ambiente externo quanto interno de suas estruturas, permite reconhecer a potência e o impacto das ações promovidas, bem como sua relevância ética. Na sequência, será desenvolvida uma contextualização temporal de mundo que parte da Revolução Industrial e estende suas considerações até o momento desta pesquisa, objetivando estabelecer um posicionamento temporal à reflexão ética. O objetivo central dessa etapa está na busca por respostas para as razões e fundamentos que determinam a existência de uma responsabilidade ética das organizações, ou seja, respostas à primeira questão do problema de pesquisa.

A terceira etapa da dissertação é dedicada ao estudo do conceito de desenvolvimento sustentável e da ética da responsabilidade. Para o estudo do conceito de desenvolvimento sustentável, a pesquisa serve-se de autores como José Eli da Veiga, além de outros, e de documentos como o *Relatório Brundtland*, a *Carta à Terra* e a *Agenda 2030*. Por sua vez, o estudo da ética da responsabilidade está estruturado a partir do pensamento de Hans Jonas e de alguns de seus comentadores, como Jelson Oliveira.

Na etapa final, a reflexão associada aos dois conceitos estruturantes do capítulo permitirá, enfim, analisar a validade do conceito de desenvolvimento sustentável como parâmetro ético para a questão da responsabilidade nas organizações. Nessa etapa, busca-se reconhecer o que é preciso fazer para que as organizações possam somar seu imenso potencial à construção de um padrão ético de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida. Por fim, o capítulo buscará respostas à segunda pergunta do problema de pesquisa.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A REFLEXÃO DA RESPONSABILIDADE ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

O argumento está estruturado a partir de cinco conceitos básicos: ética, responsabilidade, organizações, consciência moral e liberdade. Estes são, portanto, conceitos estruturantes aos quais outros são acrescentados, buscando estabelecer relações e as necessárias condições para analisar a responsabilidade ética das organizações. Com esses conceitos, inicia-se o processo de fundamentação da reflexão ética proposta.

2.2 ÉTICA, RESPONSABILIDADE E ORGANIZAÇÕES

Nos dias atuais, é comum observar o uso de ética e moral como sinônimos, uma prática que em certas ocasiões ajuda, contudo, por vezes, pode prejudicar o entendimento. Especificamente, em relação ao uso dos conceitos como sinônimos Ferry, em *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos* (2010), apresenta a seguinte consideração:

Uma observação a respeito da terminologia, para que se evitem mal-entendidos. Deve-se dizer “moral” ou “ética”, e que diferença existe entre os dois termos? Resposta simples e clara: a priori, nenhuma, e você pode utilizá-los indiferentemente. A palavra “moral” vem da palavra latina que significa “costumes”, e a palavra “ética”, da palavra grega que também significa “costumes”. São, pois, sinônimos perfeitos e só diferem pela língua de origem. Apesar disso, alguns filósofos aproveitaram o fato de que havia dois termos e lhes deram sentidos diferentes. Em Kant, por exemplo, a moral designa o conjunto dos princípios gerais, e a ética, sua aplicação concreta. Outros filósofos ainda concordarão em designar por “moral” a teoria dos deveres para com os outros, e por “ética”, a doutrina da salvação e da sabedoria. Por que não? Nada impede de se utilizar essas duas palavras dando-lhes sentidos diferentes. Mas nada obriga, porém, fazê-lo e, salvo explicação contrária, utilizarei neste livro os dois termos como sinônimos perfeitos. (FERRY, 2010, p. 25).

Ao admitir a possibilidade de que os termos tenham sentidos diferentes, mesmo tendo optado na obra citada pelo uso como sinônimos perfeitos, Ferry estabelece condições para reconhecer a contribuição prestada à filosofia prática, pela reflexão filosófica que diferenciou ética de moral. Uma contribuição que permite superar a mera discussão etimológica e, assim, alcançar a precisão conceitual que estrutura o grande e rico arcabouço teórico constituído a partir das elaborações específicas. Uma contribuição cujo resgate favorece o desenvolvimento de uma pesquisa sobre ética e responsabilidade nas organizações.

Do amplo e generoso alicerce conceitual filosófico, produzido a partir das diferentes definições de ética e moral, muitas são as elaborações que, por seu nível de excelência, podem

estruturar uma pesquisa ética. No caso específico desta dissertação, os conceitos estruturantes são resgatados de *Uma introdução à filosofia* (2014), de Jayme Paviani, de onde se faz o destaque inicial da seguinte definição de moral:

O termo moral indica os costumes, os valores, as normas válidas num contexto social e histórico, normas prescritivas que dizem o que se deve fazer numa determinada situação. Na realidade, culturas diferentes apresentam códigos morais diferentes. Isso, todavia, não nos deve levar ao relativismo cultural, em especial num mundo globalizado. O argumento das diferenças culturais pode ser atenuado ou anulado pelos valores comuns ou universais. Rachels define a moralidade nos seguintes termos: “É o esforço para orientar a nossa conduta pela razão, isto é, para fazer aquilo a favor do qual existem melhores razões, dando simultaneamente a mesma importância aos interesses de cada indivíduo que será afetado por aquilo que fazemos” (2004, p. 331). (PAVIANI, 2014, p. 50).

A definição de Paviani aproxima o conceito de moral às condutas humanas individuais que são estabelecidas em um determinado ambiente, lugar e tempo. Essencialmente, a partir de Rachels, a moral é entendida como um esforço orientador da razão voltado à consideração do interesse coletivo, ou seja, de todos aqueles que são afetados pela decisão ou pela ação. Um conceito que remete ao sentido prático, ao estabelecimento de regras com conteúdo capaz, como já dito, de orientar a razão e, conseqüentemente, a prática humana. Por sua vez, em relação à ética, pode-se fazer o seguinte resgate da obra de Paviani:

A ética consiste na investigação teórica que investiga os princípios, as sentenças morais, enfim, na legitimação do agir humano. As teorias éticas podem partir de bases diferentes. A teoria ética de Hume está fundada na moralidade entendida como uma questão de sentimento. O racionalismo ético de Kant fundamenta-se na razão. Outras teorias apresentam motivos ou razões diferentes para fundamentar seus sistemas éticos. São possíveis inúmeras definições e distinções, desde os antigos até os contemporâneos. Para Aristóteles, por exemplo, o agir pertence ao domínio da ética e o fazer ao domínio da estética. (PAVIANI, 2014, p. 51).

Em sua definição, Paviani atribui à ética uma universalidade investigativa, ou seja, a busca por princípios e, conseqüentemente, a teoria. A contraposição conceitual permite a diferenciação e, portanto, um recurso pedagógico para uma definição específica para moral e para ética. Estando a ética intimamente relacionada à teoria e à universalidade, uma clara diferença se faz em relação à moralidade, que está vinculada à prática e à conduta específica.

Por sua vez, para definir responsabilidade, parte-se de *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica* (2006), de Hans Jonas, e admite-se como referência um dos dois exemplos utilizados pelo autor para definir o arquétipo atemporal da responsabilidade: o da responsabilidade que um pai tem com um filho. Ao falar do objeto originário da responsabilidade Jonas afirma:

Ao concluir as reflexões sobre a teoria da responsabilidade relacionadas em parte à contemporaneidade, retomamos o arquétipo original e intemporal da responsabilidade, aquela dos pais em relação aos filhos. Ela é arquetípica não apenas do ponto de vista genético e tipológico, mas, em determinada medida, também do ponto de vista “epistemológico”, por sua evidência imediata. O conceito de responsabilidade implica um “dever” – em primeiro lugar um “dever ser” de algo, e, em seguida, um “dever fazer” de alguém como resposta àquele dever ser. Ou seja, em primeiro lugar, encontra-se o direito intrínseco do objeto. Somente uma reivindicação imanente ao Ser pode fundamentar objetivamente o dever de uma causalidade do Ser transitivo (indo de um ser ao outro). A objetividade precisa realmente vir do objeto. (JONAS, 2006, p. 219).

Jonas resgata o “dever ser” de um objeto para afirmar que alguém tem o dever de “dever fazer” algo para construir sua definição de arquétipo para a responsabilidade. Desse primeiro recorte, surge a afirmação de que a responsabilidade é, portanto, um dever imanente ao que existe. Um dever de quem também precisa “dever ser”, ou seja, de alguém que precisa admitir sua existência enquanto Ser para então reconhecer no outro um Ser, condição que lhe proporciona a consciência do “dever fazer” e a responsabilidade. Nessa afirmação, Jonas determina onde está a condição que permite fazer a transição entre um Ser e o outro Ser.

A elaboração filosófica de Jonas enfrenta o difícil debate filosófico de que de todo Ser, em si, emana um dever. Justifica sua tese na ontologia, de onde resgata o Ser e sua luta contra o não Ser; reconhece a fragilidade da vida, a partir da figura humana de um recém-nascido, e afirma dela emanar um dever e uma responsabilidade imanente de cuidado, como se pode verificar na nota a seguir:

Pois ao desafio – “Mostre-nos pelo menos um exemplo (um caso será suficiente para romper o dogma ontológico) no qual ocorra a coincidência entre o “existe” e o “deve-se” – podemos apontar para a mais familiar das visões: o recém-nascido, cujo simples respirar dirige um “dever” irrefutável ao entorno, o de dele cuidar. Eu tampouco digo que se trata de um “pedido” ao mundo – “cuidem de mim!” – pois o lactante ainda não é capaz de pedir; além disso, nenhum pedido, por mais comovente que seja, nos obriga a algo. Aqui não se trata, portanto, de compaixão, misericórdia ou qualquer outro sentimento que surja de nossa parte, e nem sequer de amor. Eu defendo a tese de que a simples existência de um Ser ôntico contém intrinsecamente, e de forma evidente, um dever para outros, assim o fazendo mesmo que a natureza não venha em socorro desse dever por meio dos seus instintos e sentimentos poderosos, coisa da qual, na maioria das vezes, ela se encarrega sozinha. (JONAS, 2006, p. 220).

Dessa nota, resgata-se não apenas o arquétipo de responsabilidade de Jonas, mas também uma maravilhosa expressão de valorização da vida, condição que permite ao autor centrar e desenvolver sua tese ética na existência humana e extra-humana, como na

preservação da condição de seu modo de ser. Trata-se, pois, de um arquétipo aplicável à questão da responsabilidade das organizações.

A conceituação de organização exige um olhar para além do horizonte da individualidade. Um olhar que remeterá ao universo coletivo humano, um espaço amplificado de intervenção, organizado em diferentes formas, tais como: empresas, governos, universidades, sindicatos, cooperativas, igrejas, entre outras. Nesses espaços coletivos de intervenção, a potência do agir ganha nova dimensão e contornos, com consequências significativamente diferentes da ação individual.

Consequentemente, a organização é um espaço para o exercício da existência humana. Por isso, a capacidade da intervenção, seja pela ação coletiva, seja pelo uso de recursos, como os disponibilizados pela técnica, amplificam a potência do ato e, por conseguinte, pressupõem implicações e responsabilidades compatíveis com esta modificada capacidade de intervenção.

Organizações são entes dotados de possibilidades e recursos infinitamente superiores aos disponíveis ao indivíduo (ainda que determinados indivíduos possam deter o poder exclusivo de organizações), em uma condição que lhes permite intervir e, até mesmo determinar, as condições da vida humana e extra-humana no globo.

Por sua vez, a busca por definições conceituais de organização pressupõe uma necessária aproximação com a Administração, área do conhecimento que estuda o tema. Nela são encontradas definições como: “As organizações são muitas coisas ao mesmo tempo! Elas são complexas e têm muitas facetas. Elas são paradoxais.” (MORGAN, 2007). A definição de Gareth Morgan permite acessar uma interessante expressão de amplitude e complexidade atribuível às organizações.

Ainda na Administração, encontram-se definições conceituais mais específicas, como a elaborada por Idalberto Chiavenato, em *Introdução à Teoria Geral da Administração*, obra amplamente utilizada em cursos de Administração, de onde se pode fazer o seguinte recorte:

O mundo de hoje é uma sociedade composta de organizações. Todas as atividades voltadas para a produção de bens (produtos) ou para a prestação de serviços (atividades especializadas) são planejadas, coordenadas, dirigidas e controladas dentro das organizações. Todas as organizações são constituídas de pessoas e de recursos não-humanos (como físicos e materiais, recursos financeiros, recursos tecnológicos, recursos mercadológicos etc.). A vida das pessoas depende das organizações e estas dependem do trabalho daquelas. As pessoas nascem, crescem, aprendem, vivem, trabalham, se divertem, são tratadas e morrem dentro de organizações. As organizações são extremamente heterogêneas e diversificadas, de tamanhos diferentes, de características diferentes, de estruturas diferentes, de

objetivos diferentes. Existem organizações lucrativas (chamadas empresas) e organizações não lucrativas (como o Exército, a Igreja, os serviços públicos de natureza gratuita, as entidades filantrópicas etc.). A Teoria das Organizações (TO) é o campo do conhecimento humano que se preocupa do estudo das organizações em geral. (CHIAVENATO, 1993, p. 1).

Uma terceira abordagem, desta vez estritamente econômica, permite identificar, nos cinco principais protagonistas de uma economia de mercado⁷, diferentes gêneros de organizações: as empresas comerciais ou com fins lucrativos (organização de comércio, de serviços e industrial); as organizações sem fins lucrativos (sindicatos, igrejas, entre outras); as financeiras (bancos, corretoras, entre outras); as unidades familiares e os governos de distintas esferas (federal, estadual e municipal).

Todos esses conceitos contribuem para o dimensionamento do amplo universo que tratamos ao falarmos de organizações, mas, ainda assim, são insuficientes para posicionar o conceito de organização. Para atender a essa necessidade de posicionamento, o conceito elaborado pela filósofa Marilena Chauí, no artigo publicado na *Revista Brasileira de Educação*, com o título *A universidade pública sob nova perspectiva*, apresenta uma fundamental contribuição.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de seu sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. (CHAUÍ, 2004, p. 6).

A afirmação de instrumentalidade da organização, apresentada na introdução desta dissertação, tem sua origem e inspiração no conceito resgatado de Chauí. Trata-se de um conceito cristalino, através do qual é possível definir o posicionamento da organização na pesquisa. A instrumentalidade permite reconhecer a organização administrativa nos mais diferentes gêneros ou expressões organizacionais (de uma pequena comunidade local a uma grande corporação multinacional). O conceito de Chauí, de certa forma, parece aproximar-se da definição de Morgan, para quem as organizações são muitas coisas e têm muitas facetas.

⁷ As características da economia de mercado, independentemente do sistema econômico reconhecido pelo governo dos países, são encontradas em, praticamente, todas as economias do globo. É o caso da China, onde o governo afirma o socialismo como sistema (não tendo um livre mercado financeiro), mas pratica e opera uma economia de mercado de livres negócios privados.

Ao mesmo tempo, na condição de organização administrativa e, portanto, instrumental, sua expressão nas empresas, por sua vez organizações mercantis, revela-se nítida. Essa condição justifica, em parte, que as expressões institucionais analisadas sejam predominantemente de empresas (como se verificará no transcorrer da dissertação). O reconhecimento da predominância permite, inclusive, verificar que organizações não são exclusivamente empresas, ainda que estas sejam o seu mais fiel retrato.

Um segundo destaque do conceito de Chauí merece especial atenção: a questão entre meio e fim nas organizações. Contudo, desta vez, a definição, ainda que precisa e clara, parece não satisfazer totalmente a inquietação de pesquisa. Quando pensamos na responsabilidade ética das organizações, não parece ser possível desconsiderar as razões e as decisões que definiram seu fim. Nesse sentido, ainda que reconhecidamente a instrumentalidade caracterize a estrutura administrativa enquanto meio, não parece ser adequado, do ponto de vista da análise ética, abdicar da análise dos fins em si, ou seja, da possibilidade de analisar as decisões que determinam o horizonte e a essência de uma organização.

2.2 RESPONSABILIDADE ÉTICA DAS ORGANIZAÇÕES

Inicialmente parece importante o destaque de que a possibilidade de atribuir responsabilidade ética às organizações não é consensual. Se considerarmos exclusivamente as organizações empresariais, por exemplo, encontraremos autores para os quais o fim de uma empresa não pode ser outro que não seja o lucro de seus acionistas. Sobre esta questão, parece oportuno o resgate do artigo de Charles Handy “Para que serve uma empresa”, publicado na *Harvard Business*, no qual o autor destaca o pensamento de Deve Packard⁸:

Creio que muita gente presume, erroneamente, que uma empresa existe simplesmente para ganhar dinheiro. Embora tal resultado seja importante na vida de uma empresa, precisamos ir mais fundo e encontrar motivos reais de nossa existência. Ao investigar esse ponto, inevitavelmente chegaremos à conclusão de que um grupo de pessoas se reúne e passa a existir como instituição a que chamamos de companhia a fim de realizar coletivamente algo que não poderia realizar isoladamente – ou seja, dar uma contribuição à sociedade, frase que pode soar banal, mas é fundamental. (HANDY, 2005, p. 131).

⁸ Engenheiro e empresário fundou a *Hewlett-Packard* (HP), empresa de porte mundial que atua no segmento de microcomputadores.

Ao reconhecer a importância do lucro, mas não restringir o fim a este quesito, Packard apresenta um entendimento mais largo e nobre – e porque não dizer mais generoso – para a existência de uma organização mercantil. De seu entendimento ampliado, podemos retirar um sentimento de desacordo com a clara restrição contida na ideia de que a possibilidade do lucro seja, por si só, suficiente para justificar a existência de uma empresa. Entretanto, esta não parece ser a compreensão predominante na lógica de mercado onde, *lato sensu*, a convicção dissipada quanto à relação entre lucro e fim parece revelar a restrição que destoa do pensamento de Packard.

Dessa forma, precisamos reconhecer que uma organização empresarial é entendida por muitos como um instrumento para ganhar dinheiro, talvez alguns digam uma máquina cujo fim específico é gerar lucros para seus acionistas. Considerado este específico entendimento, as relações estabelecidas entre organizações (mesmo as relações entre organizações mercantis e não mercantis) não podem ter outro objeto de interesse que não seja o financeiro. Por sua vez, as pessoas envolvidas – ou de qualquer forma impactadas pelas organizações mercantis – são percebidas, essencialmente, por sua condição instrumental e por sua capacidade de cumprir tarefas para que o fim admitido, ou seja, o lucro, seja gerado.

Quando se reconhece que essa compreensão de organização mercantil é possível, uma nova passagem da obra de Hans Jonas parece mais uma vez oportuna. Trata-se da continuidade de seu esforço filosófico que objetiva reconhecer no ser um dever e que, em determinado instante, enfrenta o entendimento cético científico que não vê no recém nascido um paradigma ôntico do qual emana um dever, mas apenas um conglomerado biológico que, por ser deste jeito, dele não pode emanar um dever.

Mas o teórico mencionado pode novamente perguntar: “Por que evidente?” O que realmente existe “ali” é um conglomerado de células, as quais são um conglomerado de moléculas, com suas transações físico-químicas, que podem ser conhecidas como tal, junto com as condições da sua continuação. Mas não pertence aos dados e não está “visível” neles que essa continuação deva ocorrer e que, para tal, alguém tenha de fazer algo. Certamente, não. Mas foi mesmo um bebê que foi visto por aqui? O olhar do cientista matemático não olhou a criança, mas intencionalmente buscou a camada mais externa de sua realidade, mantendo o resto encoberto. E, obviamente, a mais clara das visibilidades ainda requer o uso da faculdade de ver, para a qual ela existe. É essa faculdade que se dirige o nosso “veja e você saberá”. Sustentar que essa visão do existente, em seu conjunto pleno, seja menos verdadeira do que aqueles últimos resíduos captados pelo filho reducionista é uma superstição que se alimenta do prestígio de que gozam as ciências naturais, prestígio que se situa fora do campo de conhecimento que essas próprias ciências demarcaram para si. (JONAS, 2015, p. 220).

Se o que está dito pode ser admitido como verdadeiro, uma pergunta parece soar razoável: Qual a diferença entre um analista de investimento que vê na lucratividade dos investidores um fim suficiente de uma organização e o matemático de Hans Jonas que vê em um recém-nascido “um conglomerado de células, as quais são um conglomerado de moléculas, com suas transações físico-químicas, que podem ser conhecidas como tal, junto com as condições da sua continuação”?

Salvo análise diferente, a mim parece não haver diferença. Não há como deixar de reconhecer que tanto o matemático como o analista de mercado estão presos a uma lógica materialista e mercadológica, respectivamente, em que a possibilidade de reconhecer um Ser em uma criança ou um Ser entre as pessoas, que nas organizações realizam boa parte de sua existência, simplesmente, inexistente.

Este entendimento exclusivista do analista fez lembrar Jack Welch e a obra *Jack Definitivo, segredos do executivo do século*. Welch foi CEO⁹ da *General Electric (GE)* por aproximadamente 20 anos, período no qual a empresa alcançou seu ápice em expansão mundial, como em resultados (lucratividade dos acionistas). No capítulo “A fábrica de pessoas”, Welch apresenta uma ferramenta de gestão empresarial batizada como “Curva da vitalidade”, uma metodologia desenvolvida para diferenciar pessoas, medir suas performances na organização e, dessa forma, identificar os “melhores” ou aqueles que apresentavam os melhores desempenhos. Um breve recorte permite reconhecer no que consiste a ideia implementada por Welch na GE:

Estávamos sempre em busca de uma maneira de melhor avaliar a organização. Por fim, encontramos uma que realmente pareceu boa. Nós a chamamos de “curva de vitalidade”. Todos os anos, pedíamos a cada um dos negócios da GE para classificar os seus melhores executivos. O conceito básico era forçar os líderes de negócios a diferenciar seu pessoal. Eles tinham de identificar as pessoas em suas organizações que se enquadravam nos 20% superiores, na área vital dos 70% medianos, e finalmente nos 10% inferiores. [...] As que apresentavam desempenho insatisfatório tinham de ir embora. (WELCH, 2001, p.174).

A metodologia de gestão desenvolvida por Welch classifica as pessoas que trabalhavam na GE em três classes: na classe “A”, os “superiores”, ou seja, aqueles que devem receber os melhores salários e benefícios; os classificados como “B” são os avaliados como medianos (também chamados de vitais); e, finalmente, na classe “C”, estão os

⁹ CEO (ChiefExecutive Officer) – Sigla inglesa utilizada para definir os diretores executivos de empresas.É comumente utilizada em grandes corporações (empresas multinacionais).

inferiores, ou seja, os descartáveis, aqueles que devem ser mandados embora pelo método “curva de vitalidade”.

É comum encontrar repetidos elogios a Jack Welch, o chamado executivo do século XX, também reverenciado como o mais “admirado líder de negócios do mundo”. Na obra citada, três fotos publicadas revelam o prestígio de Welch: na primeira, ele está ao lado do presidente americano George W. Bush¹⁰ em um jantar oferecido à rainha Elizabeth; na segunda, na cerimônia de posse de George W. Bush (Bush filho), em 2011; e, na terceira fotografia, Welch aparece jogando golfe ao lado do presidente americano Bill Clinton (1999).

Contudo, uma simples análise da frieza que caracteriza a apresentação do método parece suficiente para gerar calafrios. Essa ideia de classificação de pessoas, bem como da possibilidade de que a partir da estratificação humana seja necessário “mandar embora da organização” – talvez descartar seja um termo duro, mas oportuno – parece estar adequadamente posta em um capítulo cujo título seja “A fábrica de pessoas”. Não há como deixar de registrar que tanto a ideia de fabricar, como de descartar remetem à ideia de coisificação da pessoa humana, um conceito vastamente reconhecido nas atrocidades e nos crimes contra a humanidade verificados nos diferentes campos de extermínio registrados pela história.

A vulgarização da morte e a banalização acontecem quando de um Ser em si nada mais além de uma coisa se disse ver, uma triste realidade amplamente verificada durante a Segunda Grande Guerra. Não há como deixar de reconhecer que a metodologia de classificação de seres humanos (para identificar quem deve ser descartado) parece remeter a critérios muito próximos aos utilizados para justificar ordens que determinaram a morte de milhões de judeus nos campos de concentração e de extermínio. A vida nua, a retirada da dignidade imanente da vida parece indubitavelmente remeter à coisificação, por consequência, à possibilidade do descarte humano.

A história de Jack Welch encontra-se reproduzida, fazendo com que seus feitos sejam fartamente reconhecidos no universo que constitui o que convencionalmente é chamado de “mundo dos negócios”. Logo, nada do que possa ser dito retira o que lhe é devido pela história. De qualquer forma, seu método de classificar pessoas – cuja reprodução certamente ocorreu em outras organizações (alguém apostaria um centavo que não mais acontece?) –

10 George W. Bush foi o 41º Presidente dos Estados Unidos da América. Também é conhecido como Bush pai, uma distinção criada em decorrência da eleição de seu filho, também George W. Bush, que foi eleito o 43º Presidente dos Estados Unidos da América.

estabelece a possibilidade de que as pessoas classificadas na categoria ‘C’ sejam entendidas como um objeto, uma coisa que pode ser, até mesmo, descartada.

Não se trata de rejeitar a possibilidade de que uma justa avaliação proporcione as condições para reconhecer que, por vezes, o prolongamento de uma relação profissional esgotada e desgastada nada poderá oferecer em favor da felicidade da pessoa e da necessária condição de perpetuidade de uma organização. Trata-se simplesmente de dizer que a dignidade de uma vida precisa ser respeitada e reconhecida, indiferentemente do contexto em que venha ser analisado e principalmente da decisão que venha ser adotada. Uma dignidade que parece ser absolutamente incompatível com um modelo capitalista¹¹ no qual a vida está subjugada aos valores de mercado.

2.3 CONSCIÊNCIA MORAL E LIBERDADE

A responsabilização de quem age, seja de forma individual ou não, exige um requisito prévio: a consciência moral. Isto posto, uma pergunta parece absolutamente necessária para o momento: mas o que é consciência moral? Na busca por uma resposta a essa questão, o artigo “A responsabilidade como princípio ético em H. Jonas e E. Levinas: uma aproximação”, de Kuiava (2006), oportuniza esclarecedora definição:

Sob o ponto de vista ético o sujeito é responsável quando é capaz de se autodeterminar, quando quer e sabe, isto é, quando tem consciência. O termo consciência refere-se à capacidade de reconhecer que existe algo para além de si. Mas, nesse contexto, ter consciência é ser capaz de reconhecer o bem e o mal, o certo e o errado. Ter consciência ética é ser capaz de escolher e assumir voluntariamente determinadas normas morais, atitudes e posturas éticas diante das mais diversas situações enfrentadas no decorrer da vida pessoal e profissional. (KUIAVA, 2006, p.57).

Para o contexto da pesquisa, a definição conceitual de Kuiava é esclarecedora e de fundamental importância para a reflexão proposta sobre ética nas organizações. As duas condições estabelecidas por Kuiava para verificar a existência de consciência estão vinculadas à autodeterminação, pois o sujeito precisa saber o que está fazendo e, ao mesmo tempo, ter decidido querer fazer. Complementarmente, sua definição de consciência ética exige do

¹¹ Philip Kotler usa o termo capitalismo Cowboy para referir-se ao modelo de economia de mercado em que toda e qualquer coisa é válida na perseguição do lucro. Ao fazê-lo, o autor pressupõe a existência de um outro modelo de capitalismo. Ainda que a possibilidade aventada não possa ser descartada, parece evidente concluir que as características preponderantes no modelo capitalista atual subjugam a dignidade da vida aos interesses de uma economia de mercado onde o lucro é, definitivamente, um fim.

indivíduo a capacidade de reconhecer algo para além de si e fala da capacidade de escolher e de assumir normas e atitudes éticas tanto no exercício da vida pessoal como profissional. Logo, pode-se reconhecer que se trata de requisito universal cuja aplicação é possível tanto ao indivíduo como à organização que age. Essa capacidade de abrangência permite, do ponto de vista ético, universalizar sua aplicação a todo aquele que age.

Por conseguinte, poderíamos perguntar: A ausência de consciência moral do sujeito em relação às suas responsabilidades explicaria o traço tão forte de indiferença do homem contemporâneo em relação a temas essenciais para a existência humana e extra-humana no globo? Desde que admitida como verdadeira a hipótese de que a ausência de consciência moral subtrai a responsabilidade do agente, outras perguntas parecem ganhar importância: Na decisão não consciente há conteúdo para o juízo ético? Como reconhecer que uma ação tem valor ético? A presunção de amoralidade não serviria como uma “cortina de fumaça” para um estado de alienação moral? Há decisão consciente em um contexto de alienação ou de amoralidade?

Por sua amplitude e intensidade, as perguntas relacionadas projetam um amplo campo de discussão para a ética, determinando um espectro cujas questões específicas das organizações podem estar contempladas. Partindo da premissa de que as perguntas podem ser universalmente aplicadas, pode-se chegar até as dimensões impactadas pela intervenção específica das organizações como a econômica, a social e a ambiental. Verifica-se que as perguntas relacionadas podem ser entendidas como inquietações que, cada vez mais, tencionam o ambiente organizacional.

Dessa forma, estabelece-se um contexto cujo alcance de um estado de consciência moral pode exercer um papel determinante em relação às decisões das organizações e, por consequência, ao universo impactado. Nesse sentido, parece razoável admitir que o estágio de consciência seja alcançado a partir de um processo autodeterminado em que a busca por diferenciar o bem do mal tenha, enquanto relação causal, a obtenção do conhecimento suficiente para definir o que é a coisa certa a fazer. Uma condição que facultaria, por sua vez, a livre decisão de fazer ou não fazer.

Frente ao imenso universo de possibilidades facultado ao homem pós-moderno pela técnica, uma nova pergunta parece importante: Devemos fazer tudo aquilo que podemos fazer? Entre os estudiosos da ética da responsabilidade, de Hans Jonas, a decisão de não fazer o que podemos fazer é entendida como uma das principais expressões da liberdade humana. Nesse sentido, por mais inteligível que a decisão a tomar possa ser – principalmente quando pensamos sobre a finitude dos recursos e do nível atual de exploração dos recursos naturais no

planeta – não fazer o que é possível fazer torna-se uma decisão complexa e intrincada. Isso talvez pelo fato de que a liberdade não é algo simples.

Diante da potência tecnológica, cuja mensagem de superação constante e ininterrupta parece impor uma sede insaciável, mesmo quando não há necessidade posta e da imposição econômica de gerar mais e mais riqueza, pouco importando se há distribuição ou concentração, uma pergunta parece importante: Como dizer não? Nesse mesmo sentido podemos ainda perguntar: Quais princípios podem sustentar a decisão de abdicar de fazer o que não se faz necessário para fazer o que seja o certo? E, por fim, o que é o certo a fazer?

Vamos inicialmente pensar na hipótese de que o conselho de administração de uma empresa multinacional de fármacos seja surpreendido com a seguinte proposta: diante da erradicação da escassez e do alcance da meta de lucratividade prometida aos investidores, os acionistas devem redirecionar os recursos vinculados ao investimento e destiná-los à produção de medicamentos que possam ajudar a resolver uma nova – e ainda mais devastadora – crise de ebola na África.

Podemos também pensar na hipótese de que uma proposta semelhante fosse apresentada para os acionistas de uma das empresas que fabricam bombas de destruição utilizadas, por exemplo, pela aliança entre Estados Unidos, França e Inglaterra contra a Síria. Nessa hipótese, a decisão deve considerar que não há mais o que destruir e que os lucros auferidos com a destruição da região são suficientes para satisfazer as metas da empresa para os próximos anos. Posto o contexto, a coisa certa a fazer é fabricar e entregar para o governo sírio ao preço do custo, sem lucro, mas também sem prejuízo, bombas de recalque de água para ajudar a reconstruir o país.

Do prisma humanitário, as hipotéticas mudanças de rumo apresentadas parecem razoáveis e aplicáveis para uma organização que já tenha atendido a seus objetivos estratégicos. Contudo, a simples consideração da variável econômica, mesmo quando considerada a previsão de que todas as metas de lucratividade projetadas tenham sido superadas, pode não ser suficiente para justificar a mudança de planos proposta. Quando se trata de dinheiro, uma simples pergunta parece ser suficiente: Se economicamente há possibilidade de ampliar, ainda mais e mais, mesmo aquilo que já foi superado (mais uma expressão de sede insaciável), por que não fazer isso?

Antes ainda de ingressar na análise que o paradoxo verificado na possibilidade que o “não fazer o que se pode fazer” oportuniza, faz-se necessário introduzir a questão da liberdade, uma questão essencial na ética da responsabilidade de Hans Jonas e um dos fios de Ariadne para a reflexão ética proposta.

A primeira vista, parece claro que a decisão de não fazer o que se pode fazer para fazer o que venha ser certo fazer, enseja um ato livre. Esse complexo paradoxo pressupõe que uma primeira pergunta seja respondida: De que liberdade estamos falando? Para responder a essa questão se recorrerá ao arcabouço filosófico de Hans Jonas, pois nele o conceito de liberdade exerce um papel central na reinterpretação do fenômeno da vida. Na obra *Matéria, espírito e criação*, mais especificamente no capítulo dedicado “A liberdade transcendente do espírito”, o filósofo elabora sobre a questão da subjetividade na reflexão sobre a natureza das coisas. Na oportunidade, Jonas apresenta três evidências ou formas de liberdade do pensar humano. Como são definições que precedem o que o filósofo definiu como liberdade moral, entende-se que a prévia análise das três evidências seja não apenas necessária, mas também importante:

Mas aqueles que refletem sobre a natureza das coisas e chegam a essa conclusão (verdadeira ou falsa), somos nós mesmos, e, assim, através do próprio pensamento, ao testemunho vital é acrescido o testemunho antrópico e, com isso, certamente se abre um horizonte de transcendência. Ela se evidencia em três liberdades do pensar que vão além de tudo o que se atribui à matéria (à qual se soma ainda a dimensão de interioridade com tal) e, portanto, além de toda a “natureza”: (1) A liberdade de autodeterminação do pensamento na escolha de sua própria temática: o espírito (ao passo que as necessidades momentâneas da vida não têm a primeira palavra) pode refletir seriamente, distraidamente e mesmo frivolamente, sobre o que quiser.(2) A liberdade de transformar o dado sensível em uma imagem interior autocriada (preferencialmente para o olho e ouvido internos): a liberdade inventiva da imaginação, portanto a serviço do interesse cognitivo ou estético, da veneração ou da angústia, do amor ou da repugnância, da utilidade ou mesmo pela pura diversão de inventar histórias, etc. E, finalmente, (3) levada pelas asas simbólicas da linguagem, a liberdade de ir além de tudo o que é predeterminado (Gebbare) e sua dimensão como tal: da existência para a essência, do sensível para o suprassensível, do finito para o infinito, do temporal para o eterno, do condicionado para o incondicionado. (JONAS, p. 29, 2010).

As três distintas formas de liberdade apresentadas por Jonas parecem compor um logos subjetivo, típico e exclusivo humano¹², cujo início está na faculdade de autodeterminar o pensamento; uma condição que torna possível fazer uso da capacidade imaginativa, a superação do predeterminado e o acesso ao que é transcendente (em um dos exemplos de Jonas “da existência para a essência”). Dessa forma, o logos pode ser entendido como um caminho, uma expressão do exercício da liberdade humana e, por consequência, um portal de acesso à liberdade moral. Livres para decidir sobre o que pensar, do mesmo modo para definir de que forma será o pensamento, podemos determinar um interesse específico (cognitivo ou

¹² Para Jonas as três liberdades são prerrogativas exclusivas do espírito, definindo o “transanimal no homem”. Cf. JONAS., H. “Werkzeug, Bild and Grab – Von Transanimalischenim Menschen”. Scheidewege 15, 1985/1986, p. 48-55.

estético) que seja, por sua vez, capaz de transcender a princípios. Transcorrido esse caminho, acessamos ao portal do universo da ética.

Em especial a partir da segunda liberdade (imaginativa), a definição de imagens motoras, portanto ligadas ao agir, permite que valores sejam reconhecidos (o que, segundo Jonas, permite-nos conhecer) e que metas transcendentais para o comportamento humano sejam estabelecidas. Este parece ser o elo entre as três formas de liberdade e a liberdade moral, como se pode verificar por meio do seguinte destaque:

Na compreensão dos valores, em que o conhecer passa pelo reconhecimento de um apelo que se dirige a mim por parte daquilo que é conhecido [...] na passagem, portanto, do “é” para o “deves”, da qualidade observada ao mandamento de valor escutado – a liberdade moral do homem se junta a todas as outras anteriores. De todas, ela é a mais transcendente e a mais perigosa, pois é também a liberdade de negar-se, de surdez voluntária e, inclusive, de escolher uma contraopção que pode chegar até o mal radical que (como temos aprendido) pode, ademais, adornar-se com a aparência do bem supremo. O conhecimento do bem e do mal, o poder de distingui-los, é também a capacidade para o bem e o mal. (JONAS, p. 30-31, 2010).

A passagem do que é, ou seja, do ser para o dever revela uma mudança conceitual importante em que Jonas parte de um conceito ontológico¹³ de liberdade para acessar a um conceito ético de liberdade. Ao centrar seus esforços na análise ética da liberdade, Jonas introduz um novo aspecto por ele definido como liberdade intelectual e cuja inclusão justifica-se pela necessidade de proporcionar a plena compreensão do que é liberdade moral. Nesse momento, Jonas ingressa na liberdade de reflexão em que o universo da ética permite que o eu avaliador se transforme também em objeto de avaliação.

Para compreendermos plenamente a liberdade moral, o lugar de sua possibilidade, devemos acrescentar ainda um aspecto da liberdade intelectual com o qual as três liberdades do pensar colaboram: sua capacidade de voltar-se sobre si mesma, de fazer de si e de seu sujeito, o “eu”, um tema – portanto, a liberdade da reflexão. [...] E então – para passarmos à ética – acontece o verdadeiro milagre da reflexão, que consiste no fato de que este eu avaliador também se transforma, por sua vez, em objeto da avaliação e da vontade axiológica, isto é, torna-se sujeito ao julgamento da consciência moral. (JONAS, p. 31 e 32, 2010).

Ao fazer a transição ontológica/ética Jonas destaca sua preocupação em relação ao perigo da liberdade moral e a justifica a partir do reconhecimento da faculdade oferecida ao homem pela liberdade de negar-se e de tomar uma decisão que resulte não no bem, mas ao contrário, no mal radical. Quando consideramos o poder adquirido pelo agir modificado do

13 Se considerarmos que o conceito de liberdade de Jonas parte do metabolismo, em que o Ser faz sua opção de ser frente o não ser, caberia dizer que o conceito de liberdade de Jonas é ontobiológico.

homem (uma condição gerada pela ação do próprio homem), a preocupação de Jonas parece ganhar ainda mais importância e relevância.

Essa breve passagem pelo conceito jonasiano de liberdade permite estabelecer um marco conceitual para o tema. Trata-se, portanto, do reconhecimento de uma afirmação, de uma resposta à pergunta inicialmente apresentada sobre o que se deve entender a cada referência feita sobre liberdade no transcorrer do esforço de pesquisa. Ao mesmo tempo, a apresentação do conceito de liberdade conclui a apresentação e, por consequência, a definição do arcabouço conceitual que estrutura a reflexão ética proposta na pesquisa. Postos os conceitos essenciais, torna-se possível iniciar a etapa destinada à análise ética do comportamento e das responsabilidades das organizações.

3 UMA ABORDAGEM DA ÉTICA E DA RESPONSABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

É comum, no estudo da ética, a análise de dilemas que pressupõem a tomada de decisão acerca de um problema moral de grande responsabilidade e impacto. É ética a ação de um migrante que mente às autoridades de um país estrangeiro para poder retirar sua família de um campo de refugiados? Deve o soldado obedecer à ordem de seu superior hierárquico e promover um ataque com armas químicas contra a população civil, mesmo sabendo que a consequência de seu ato será a morte de inocentes? Em ambos os exemplos, a potência do ato remete a uma dimensão praticamente heroica, pressupondo uma decisão extraordinária. Nela o comportamento está associado a dilemas morais com grande impacto e responsabilidade, quase sempre enfrentado sem condições de exceção.

Por sua vez, as decisões de todos os dias parecem não despertar o mesmo interesse, ficando em segundo plano ou em um nível inferior de preocupação. Longe dos holofotes, voltados quase que exclusivamente aos notórios atores e às grandes questões, as decisões da vida cotidiana parecem dispor de pouco, por vezes, até mesmo de nenhum valor moral. No palco da vida, onde é necessário um amplo conjunto de decisões para o percurso de nossas existências, poucas situações parecem exigir uma maior preocupação com o que venha ser ou não bom e correto.

Essa primeira impressão parece ficar mais forte com a inclusão da temporalidade. No mundo contemporâneo, as inúmeras decisões impõem agilidade e instantaneidade, exigências que praticamente impossibilitam e, de certa forma, até mesmo desobrigam a reflexão moral do comportamento. De uma primeira análise resta a inquietante impressão de que, na era da tecnologia, vivemos plugados, conectados e operando praticamente no automático, de forma instantânea, como se nossa capacidade de reação fosse comparável com uma tela de computador *touch screen*. Em um contexto como esse, parece tranquilizador acreditar que, estando o *hardware* carregado com o *software* adequado, o menor estímulo dificilmente não terá como consequência, principalmente se admitida a causalidade, a resposta “certa e esperada”. Uma lógica mecânica que reforça a possibilidade de que estaríamos, de forma inata, programados para fazer o que é certo.¹⁴

14 A analogia de um *hardware* (corpo) que carrega um *software* (mente) remete ao pensamento do filósofo americano Daniel Dennett, para quem o conceito de pessoa – ou tudo o que somos – pode ser explicado a partir das funções biológicas que processamos e da herança genética humana. Na cidade de Porto Alegre, Dennett apresentou sua tese de forma didática e fundamentada no evento *Ciência sem fronteiras*. O registro televisivo (feito pela Universidade Federal Rio Grande do Sul e disponível na rede mundial de

O conceito de pessoa do filósofo Daniel Dennett é criticado por escolas filosóficas como a personalista¹⁵, para as quais, falar de pessoas é muito mais do que falar deste ou daquele tipo de entidade física ou processo psíquico físico. Para os defensores da escola personalista, a tese de Dennett impõe um reducionismo ontológico ao conceito de pessoa. De qualquer forma, a tese materialista parece não angariar espaços e simpatia apenas por sua fundamentação científica ou por uma observação empírica consistente, mas, sobretudo, por sua capacidade de dialogar com o pensamento receptível à confortável ideia mecanicista existente na atualidade.

No atual contexto, parece razoável admitir que a moral vivida está confortavelmente alheia e despreocupada como conteúdo que fundamenta a tomada de decisão, como com possíveis consequências dessa ausência de preocupação. Um olhar mais atento do *status quo* revela um sentimento de normalidade moral que parece derivar da combinação de fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Um ambiente de normalidade em que a ética não parece cumprir papel relevante, mas ocupar uma posição secundária justificada tanto pela predominância da ação amoral, como pela existência do que se pode caracterizar como um estado de alienação moral. Ambos os casos parecem convergir para uma ausência de responsabilidade em relação ao outro, ou seja, aquele que nos proporciona valor à existência, ao mundo em que vivemos e com a continuidade do legado da vida humana na terra, do qual somos herdeiros e, irremediavelmente, responsáveis. Esse “outro”, cuja preocupação parece não existir na dinâmica mecanicista largamente aceita a partir dos tempos modernos, foi desta forma definido por *Cescon* no artigo “O conceito de pessoa na ética de Edmund Husserl”:

Eu vejo os outros como pessoas somente se os compreendo, se os acolho como sujeitos dirigidos intencionalmente a um mundo próprio que é similar ao meu mundo próprio e se os vejo os outros como sujeitos é porque o mundo próprio deles e o meu são um só mundo próprio comum. (CESCON, 2014, p. 9).

A predominância do individualismo, por muitas teses uma decorrência do modelo capitalista, ajuda a explicar um estado de alienação moral cuja ausência de responsabilidade

computadores) promove o encontro com uma tese materialista da vida. Para sua elaboração, Dennett serve-se da Teoria da Evolução de Darwin e chega à conclusão de que somos, enquanto corpo, um *hardware* que “carrega” um *software* (mente) capaz de operar funções, sendo a herança genética humana a chave que permite a atualização do *software*.

¹⁵ Para a escola personalista, há um axioma entre ser humano e pessoa, sendo pessoa um ser humano individual e subsistente, ou seja, que não se esgota na sua manifestação fenomênica. Como consequência, há uma paridade indiferenciada entre embriões, fetos, indivíduos adultos e doentes em estado terminal, em exemplos, que geram direitos éticos e práticos iguais. Esta é uma tese amplamente aceita e difundida entre aqueles que possuem orientação cristã e/ou teológica, razão que torna compreensível as posições contrárias de instituições religiosas, assim como de seus seguidores, em relação a temas como aborto ou eutanásia.

em relação a temas centrais para a humanidade como a fome e a miséria absoluta¹⁶, as guerras, a intolerância e a violência e, até mesmo, em relação à continuidade da vida no planeta, acaba sendo “naturalmente” aceitável.

Nesse mesmo sentido, uma segunda fonte parece contribuir para o afastamento do “outro” e das responsabilidades que possam derivar de uma relação que pressuponha mútuo comprometimento: a ausência de consciência moral¹⁷ do sujeito. A relação consciência moral e responsabilidade recebeu uma abordagem destacada na obra *O princípio responsabilidade, ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Nela, Hans Jonas afirma que “para que haja responsabilidade é preciso que haja um sujeito consciente.” (JONAS, 2015, p. 18).

Parece imperioso reconhecer que os tempos atuais carregam inúmeros exemplos que expressam a naturalização da violência e do mal, frente a qual parece haver uma insensibilidade generalizada da humanidade. Nesse contexto, diferenciar o mal que, por vezes, disfarça-se de bem, fazendo com que não parece ser mal, figura-se como um caminho necessário. Por sua vez, para fazer esse caminho, serão examinados casos hipotéticos, elaborados objetivando a análise ética da responsabilidade na ação individual e na ação institucional das organizações.

3.1 UMA REFLEXÃO SOBRE ÉTICA E RESPONSABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Vamos analisar uma hipótese: um sujeito decide investir suas economias, acumuladas durante toda uma vida de trabalho, na bolsa de valores. No formato proposto, o investimento será um instrumento para que esse determinado sujeito possa viabilizar uma renda complementar e garantir condições financeiras para uma aposentadoria digna. Entre as inúmeras possibilidades de investimento, nosso hipotético investidor tenderá confiar seus recursos à proposta mais segura, ou seja, a proposta que apresentar as melhores garantias para, quando chegar o momento, dispor do retorno dos recursos aplicados.

De certa forma, uma simples aplicação financeira, justificada por um fim tão nobre – garantia da dignidade para alguém que trabalhou por toda uma vida – deve ser facilmente classificada e compreendida como uma ação amoral ou moralmente neutra (nem moral, nem

16 Conceito de Robert McNamara, ex-presidente do Banco Mundial.

17 Segundo o conceito definido por *Kuiava* no artigo *A responsabilidade como princípio ético em H. Jonas e E. Levinas: uma aproximação*

imoral). Nesse mesmo sentido, para a parte da população global¹⁸ que possui recursos financeiros passíveis de aplicação, o investimento é em si uma ação desprovida de amarras que possam, por qualquer razão, ser vinculados a decisões de cunho ético.

Até aqui os elementos apresentados descrevem a motivação pessoal e alguns critérios importantes para a decisão de investir. Se apresentados de maneira satisfatória, esses elementos permitem avançar em sentido a análise ética da questão.

As recorrentes notícias permitem acessar a eventos cujo nível de desenvolvimento tecnológico alcançado produz impacto não só nas condições de vida no globo, mas até mesmo na própria condição humana. A técnica, cuja principal missão por muitos anos foi promover desenvolvimento e proporcionar condições dignas para a vida humana, viabiliza tecnologia suficiente às organizações empresariais para que possam comercializar a intervenção do homem sobre si mesmo, como acontece na manipulação genética. Na obra *Contra a perfeição*, Michel Sandel analisa a eugenia de livre mercado. Dela, podemos fazer o seguinte recorte:

Pensemos aqui no comércio de óvulos e espermatozoides. A inseminação artificial permite que candidatos a pais comprem gametas com as características genéticas que desejam para os filhos. É um modo menos garantido de projetar crianças do que a clonagem ou o diagnóstico genético pré-implantação, mas oferece um bom exemplo de uma prática reprodutiva em que a antiga eugenia se encontra com o novo consumismo. Lembre-se do anúncio feito em alguns jornais de universidades da Ivy League, em que ofereciam US\$ 50 mil pelo óvulo de uma jovem com pelo menos 1,8 metro de altura, atlética, sem maiores problemas médicos no histórico familiar e que tivesse marcado 1.400 pontos ou mais nas provas do SAT. Mais recentemente foi lançado um site que anunciava o leilão de óvulos de modelos cujas fotos estavam nele exibidas – os lances iniciais iam de US\$ 15 mil a US\$ 150 mil. (SANDEL, 2013, p. 84-85).

A constatação de que a manipulação genética humana (homem enquanto objeto da técnica) tem comercialização facultada determina, por si só, a existência de um risco potencial – e de difícil mensuração – à vida assim como a conhecemos. Se por um lado, os avanços com pesquisas de células-tronco podem ser classificados como uma chama de esperança, por outro lado, a possibilidade relatada por Sandel de decidir sobre a condição genética do homem futuro causa calafrios em muitos e ressuscita pesadelos nunca superados de experiências históricas como, por exemplo, a eugenia nazista.

18 Os dados apresentados na obra *Capitalismo em Confronto* informam que “cerca de 5 dos 7 bilhões de pessoas que habitam a terra são pobres ou extremamente pobres.” (KOTLER, 2015, p. 27). Logo, identificamos que a parte referida representa tão apenas 1/3 da população mundial, pois apenas alguém que não se encontre em condições de pobreza pode aplicar recursos no mercado financeiro.

A partir do destaque de Sandel, a questão, que antes parecia resolvida – no sentido de reconhecer na decisão de investir um simples procedimento, desvinculado de qualquer exame moral – parece adquirir um novo *status* e deixa de ser uma questão resolvida (amoral) para ser uma questão em aberto à ética. A luz do pensamento de Sandel tornou possível o acesso a um novo caminho: o da responsabilidade (ao que tudo indica, um caminho com maior nível de exigência e de profundidade reflexiva).

Para buscar fazer esse caminho, propõe-se examinar um caso inspirado em uma história real: vamos admitir que o investimento proposto, em primeiro plano, houvesse ocorrido no ano de 2014, sendo a opção de compra, a época, por papéis (títulos) da empresa VALE S.A., tradicional empresa brasileira de mineração, cuja atuação internacional e história institucional expressam um guia seguro e sólido, por si só suficiente para recomendar um investimento. Estruturalmente, a VALE S.A. é composta por um conjunto de empresas, entre as quais está a SAMARCO, cujo anonimato mundial foi interrompido, no ano de 2015, por força de um trágico desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais.

Não é objeto de interesse específico desta pesquisa identificar e analisar os fatores estruturais que determinaram a catástrofe (ou seria crime?) ambiental que destruiu a cidade de Mariana, provocou mortes humanas, comprometeu recursos naturais essenciais, como o Rio Doce e outros mananciais, e extinguiu espécies de animais e vegetais. Para uma pesquisa voltada à responsabilidade ética das organizações, a questão central parece estar no reconhecimento das implicações futuras de uma decisão financeira (aparentemente isenta de conteúdo ético), que poderia aportar recursos em um empreendimento que é hoje responsabilizado por uma catástrofe sem precedentes no globo. Se, por um lado, a possibilidade de responsabilização penal do hipotético investidor soa desproporcional, por outro lado, uma pergunta parece ser relevante para a pesquisa: a decisão consciente de um investimento financeiro é absoluta e definitivamente isenta de conteúdo ético ou, de outra forma, seria passível de juízo de valor?

Se considerarmos que recursos costumam ser captados para ampliar a capacidade de produção, no caso da VALE S.A. de exploração de recursos naturais, torna-se imperioso reconhecer no investimento a capacidade de potencializar um poder de intervenção, que, por si só, e, no estágio atual da arte, é capaz de produzir catástrofes como a ocorrida em Mariana.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado está no fato de que, no chamado mundo dos negócios, não soa estranha a notícia da pressão constante exercida por acionistas, especialmente sobre os executivos responsáveis pelas decisões institucionais, visando

resultados (lucros) em curto prazo. Para muitos, algo comum e que “faz parte do jogo”. No artigo “Para que serve uma empresa?”, publicado pela *Harvard Business*, Charles Handy apresenta uma análise da expectativa de investidores por lucros e das respectivas consequências desta para uma empresa.

[...] em primeiro lugar, uma necessidade clara e importante de atender às expectativas de quem na teoria é dono da empresa; os acionistas. Seria mais exato, porém chamar a maioria deles de investidores – talvez até apostadores. Tal grupo não sente o orgulho nem a responsabilidade implícitos na propriedade e, verdade seja dita, entrou no negócio apenas pelo dinheiro. Mesmo assim, se a diretoria não conseguir satisfazer as expectativas financeiras desse grupo, a cotação das ações cairá, deixando a empresa exposta ao ataque de predadores indesejados e tornando mais difícil levantar mais capital. Porém, transformar as necessidades dos acionistas num objetivo em si é cometer um erro de lógica, é confundir uma condição necessária com uma condição suficiente. Para viver, precisamos comer, a comida é uma condição necessária à vida. Mas se vivêssemos principalmente para comer, fazendo da comida o propósito suficiente ou único da vida, nos tornaríamos seres brutos. O propósito de uma empresa, em outras palavras, não é obter lucros e ponto final. É obter lucros de modo que a empresa possa fazer algo mais, ou melhor. Esse <algo> é a verdadeira justificativa da empresa. Um proprietário sabe disso. O investidor não precisa se preocupar.

Para muitos, pode parecer um mero jogo de palavras. Mas não: é uma questão moral. Confundir meios com fins é voltar-se exclusivamente a si mesmo – algo que para Santo Agostinho era um dos grandes pecados do homem. (HANDY, 2005, p. 123-124).

O artigo destaca um grave problema: pressionados por acionistas, cuja preocupação exclusiva é o lucro, executivos tendem a tomar decisões que postergam (negligenciam?) medidas fundamentais de segurança operacional dos planos de investimento de grandes corporações. Se retomarmos a magnitude do exemplo de Mariana, em Minas Gerais, não será difícil presumir que a complexidade da área impactada pela empresa ensejaria investimentos em segurança que deveriam envolver, proporcionalmente, grandes volumes de recursos financeiros, com impacto direto nos resultados de curto prazo da empresa. Logo, a possibilidade de que tenham sido postergados investimentos que poderiam ter impedido a catástrofe deveria ser uma das hipóteses investigadas pelas autoridades.

Se, por um lado, seria uma generalização imprudente dizer que acionistas, de modo geral, orientam-se exclusivamente por resultados (lucros) no curto prazo, por outro lado, é preciso dizer que, para grande parte dos investidores, sendo difícil mensurar com precisão, a busca pelo lucro imediato não só é o objetivo exclusivo, como um fim em si capaz de justificar quaisquer meios para sua obtenção.

Em *Capitalismo em confronto, soluções reais para os problemas econômicos*, Philip Kotler aponta a orientação para resultados de curto prazo como um dos problemas centrais do sistema capitalista. Em síntese, a busca exclusiva de resultados no curto prazo gera, como

consequência, a retirada de recursos de longo prazo, como é o caso dos investimentos em infraestrutura:

O outro problema é que os mercados de ações estão cada vez mais atraindo investidores e especuladores que entram e saem do mercado de uma hora para outra. Desse modo, o capital, em vez de se deslocar para investimentos no longo prazo, está se voltando mais para ganhos no curto prazo, deixando menos capital disponível para os investimentos no longo prazo. (KOTLER, 2015, p. 245).

Quando retomamos o estudo de caso de origem, novas perguntas emergem: Mesmo sendo o fim absolutamente justificável (como garantir uma aposentadoria digna), a decisão de procurar uma melhor rentabilidade desobriga o agente de considerar os efeitos potenciais que sua capacidade de investimento irá subsidiar? Quantas outras Marianas haverão de ser destruídas pelo investimento inconsequente realizado em empresas, nas quais o nível de segurança pode estar comprometido a ponto de gerar catástrofes como a ocorrida no Brasil? Na hipótese de decidir investir recursos em empresas com capacidade de gerar impactos que podem alterar e até mesmo comprometer as condições de vida no globo, cabe ao investidor a responsabilização por eventuais ou possíveis catástrofes?

Na obra *O princípio responsabilidade, ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, Hans Jonas apresenta a heurística do temor, seguramente um dos alicerces de sua filosofia, de onde podemos fazer o seguinte recorte para auxiliar a reflexão em andamento:

Precisamos da ameaça à imagem humana – e de tipos de ameaça bem determinados – para, com o pavor gerado, afirmarmos uma imagem humana autêntica. Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo. Por isso, contrariando toda lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos nos proteger. Este aparece primeiro e, por meio da sublevação dos sentimentos, que se antecipam ao conhecimento, nos ensina enxergar o valor cujo contrário nos afeta tanto. Só sabemos o que está em jogo quando sabemos que isto ou aquilo está em jogo. (JONAS, 2006, p. 71).

Antes ainda de retomar o estudo do exemplo hipotético, um apontamento faz-se necessário: a decisão de utilizar nos estudos da filosofia jonasiana heurística do temor em vez de heurística do medo. Em *Compreender Hans Jonas*, Jelson Oliveira elabora uma esclarecedora diferenciação entre temor e medo. Em nossa língua pátria, a palavra medo costuma ser essencialmente associada a um sentimento passivo, um estado afetivo. Dessa forma, o medo costuma ser reconhecido como um sentimento depreciativo, muito mais próximo e aplicável às relações individuais.

Por sua vez, a palavra temor enseja a existência de um receio fundamentado, de uma preocupação que remete à precaução. Logo, a utilização da heurística do temor propicia, ao promover o afastamento de um sentimento (medo), o acesso a um conjunto de preocupações que podem contribuir, decisivamente, para uma prévia análise dos riscos potenciais à vida no planeta. Desse modo, o temor estabelece a possibilidade de buscar respostas ao que se deve incentivar, evitar ou postergar.

Resta ainda o entendimento de que a palavra temor está mais distante do pessoal de que a palavra medo, cuja associação ao indivíduo parece ser mais natural¹⁹. Por força desse distanciamento da pessoalidade, a utilização de temor parece dialogar melhor com a necessidade posta por Jonas de uma ética para a civilização tecnológica. A nota de Jelson Oliveira apresenta o seguinte conteúdo:

Preferimos aqui a tradução do conceito de Heuristik der Furcht, por Heurística do temor, diferentemente do que propuseram Marjiane Lisboa e Luz Barros Montez da tradução para o português de *O princípio responsabilidade* (2006). Ao nosso ver, a palavra medo tem uma posição negativa na língua portuguesa que não traduz bem o alemão *Furcht*, cujo termo seria melhor traduzido por temor, por transmitir a ideia não de um sentimento passivo, mas de um receio fundado, de um medo acompanhado de respeito frente à força do mal eminente, de escrúpulo e zelo que promovem a precaução; e menos com a perturbação mental provocada por algo estranho e perigoso (patologia), como um sentimento desagradável diante do desconhecido. A tradução francesa preferiu a oscilação entre medo e temor (como, por vezes, parece sugerir a vertente brasileira), mas essa hesitação não existe no original alemão. (OLIVEIRA, 2014, p. 129).

Ainda em relação à análise feita quanto à existência ou não de valor moral na decisão de investir, um último exame parece interessante. Havendo alternativas de investimento, a responsabilidade moral pode ser determinante na decisão? Para buscar respostas à pergunta posta, vamos estudar um caso em que duas alternativas de investimentos concorrem entre si para captar os recursos de nosso hipotético investidor.

Nos Estados Unidos da América, a economia de guerra²⁰ responde por mais da metade do bilionário orçamento do país. Apenas a construção de porta-aviões e jatos de combate F-35, utilizados em atividades militares americanas, envolve valores na ordem de US\$ 445 bilhões. Esse montante fantástico de dinheiro – suficiente para salvar milhões de

19 O medo pode ser definido como uma emoção ou sentimento percebido pelo indivíduo, ou seja, como um estado ou condição que provoca no homem - ou mesmo no animal - a percepção de um valor (mesmo que infundada) que uma determinada situação pode exercer sobre a vida. Por sua vez, o temor extrapola a dimensão sentimental individual e está estruturado a partir de um diagnóstico dos riscos (processo fundamentado) imanentes à potência do que se teme, em decorrência de suas respectivas consequências.

20 Setor econômico altamente influente na política americana, responsável por produzir armas e equipamentos bélicos.

africanos da fome e da miséria a partir da recuperação de áreas degradadas, da implantação de técnicas de irrigação e de cultivo de grãos – é recolhido do contribuinte americano e destinado à indústria bélica, um conglomerado de empresas que negocia ações nas bolsas de valores americanas e que, por força dessa condição, pode ser comercializada por investidores de diferentes países.

Os relatórios financeiros mostram que, todos os dias, milhares de cidadãos compram e vendem ações de empresas que estão produzindo artefatos bélicos que, mais dia menos dia, em nome da segurança nacional americana, possibilitarão o bombardeio e a morte de milhares de inocentes, entre eles crianças e idosos, absolutamente incapazes de se defender. No mercado bélico americano, quatro empresas concentram a principal parte dos contratos de armamentos: a *Lockheed Martin*; a *Boeing*; a *Raytheon* e a *Northrop Grumman*, sendo que todas comercializam papéis em bolsas de valores.

Por sua vez, o laboratório americano Pfizer também é uma empresa que comercializa ações em bolsa de valores. A diferença está no fato de que as quatro empresas bélicas produzem artefatos de destruição em massa e a empresa Pfizer produz medicamentos, alguns com reconhecida eficiência no tratamento de doenças que assolam, principalmente, os povos de nações chamadas subdesenvolvidas.

A empresa Pfizer, através de uma ação filantrópica, desenvolveu um programa médico para tratar, no caso precaver, o tracoma (principal causa de cegueira evitável) e aplicou em países subdesenvolvidos. A empresa doou o medicamento e estabeleceu acordos com outras corporações para possibilitar a infraestrutura necessária à prescrição e à aplicação do medicamento. Como resultado pode-se destacar a redução em 50% dos casos da doença nas populações alvos do Marrocos e da Tanzânia.

Ainda que pese toda a discussão atual em relação ao uso humano de medicamentos, em especial os que causam dependência, é imperativo reconhecer, na iniciativa filantrópica da Pfizer, um valor ético a ser destacado. Esse valor ganha relevância ainda maior quando reconhecemos as dificuldades enfrentadas pelas empresas promotoras de ações filantrópicas, que podem ser verificadas a partir do alerta de Michael Porter e Mark Kramer, no artigo “A vantagem competitiva da filantropia corporativa”, publicado pela *Harvard Business*, de onde se faz o seguinte resgate:

A filantropia corporativa está em declínio. No ano passado, as contribuições filantrópicas das empresas americanas caíram 14,5% em termos reais; nos últimos 15 anos, a parcela dos lucros destinada à caridade teve queda de 50%. Não é difícil entender por quê. Executivos acham-se cada vez mais num beco sem saída, acuados entre críticos que exigem das empresas níveis cada vez mais altos de

“responsabilidade social” e investidores que pressionam sem trégua pela maximização dos lucros no curto prazo. Aumentar as doações filantrópicas não contenta os críticos – quanto mais uma empresa doa, mais expectativa cria. Os executivos se defrontam ainda com a dificuldade, senão a impossibilidade, de justificar a vantagem de despesas filantrópicas para os resultados financeiros. (PORTER; KRAMER, 2005, p. 134).

Nesse contexto, quando considerada a possibilidade de investir entre uma das quatro empresas bélicas ou em uma empresa com tradição filantrópica, uma simples aplicação no mercado financeiro parece ganhar novos contornos e forte conteúdo ético. Do ponto de vista do comportamento moral parece pouco razoável não responsabilizar um agente que, de forma consciente, pretere boas práticas e decide potencializar uma ação capaz de destruir vidas no planeta. Da decisão de investir resta a possibilidade de proporcionar ao dinheiro, a partir de sua destinação, a condição de ser um instrumento para fazer “algo mais” ou aquilo que justifica uma empresa, como dito por Rodrigues em destaque anterior. De qualquer forma, a relevância do conteúdo ético na decisão consciente parece evidente.

Os exemplos analisados geram distintas respostas, mas parecem apontar para um horizonte comum. Se é verdadeiro admitir que o investimento em laboratórios de pesquisa potencializa experiências genéticas que podem incentivar a eugenia, cujo teor ético é absolutamente questionável, também é verdadeiro dizer que outras experiências, como com células tronco, são experimentos que racionalmente encontram razões mais que suficientes para serem incentivadas.

Em outra análise de caso, o investimento na exploração de recursos naturais demonstra-se altamente perigoso, em determinados níveis até mesmo comprometedor e nefasto à vida, como no exemplo de Mariana. Mas de outra forma, pode ser entendido como necessário desde que sua execução esteja dirigida à promoção de estruturas para o desenvolvimento sustentável, ou seja, um sistema de desenvolvimento capaz de harmonizar aspectos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

No último caso estudado, a possibilidade de decidir por uma ou outra alternativa, considerando os fins de cada uma das organizações mercantis, apresenta respostas mais claras e sólidas à pergunta posta da existência de responsabilidade moral no simples ato, aparentemente amoral, de investir.

Em um contexto abrangente em que os três estudos de caso sejam considerados, parece haver um deslocamento comum para o apontamento de que a existência de consciência moral pode ser, definitiva, para a responsabilização do sujeito ou de uma organização. Dessa maneira, a consciência moral constitui fator determinante na busca por respostas à atribuição

da responsabilidade, pois onde há consciência, definitivamente há responsabilidade, seja esta do indivíduo ou de uma organização.

3.2 SOBRE OS TEMPOS MODERNOS, O CONTEXTO DO AGIR MODIFICADO DO HOMEM

Se fosse possível a Charles Chaplin viver os dias contemporâneos, imagina-se que a genial obra *Tempos Modernos* tivesse hoje uma continuidade ou uma “segunda parte”. A sequência, como acontece na obra *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo, provavelmente teria novos atores e enredo, mas certamente ainda muitos dos velhos fantasmas que teimam em se arrastar pelos tempos.

Na esteira da obra de Chaplin, reconheceríamos o Carlitos pós-moderno no colaborador, termo contemporâneo utilizado na ciência da administração para substituir a versão (ultrapassada?) do operário. Dessa forma, a imagem que virou postal e que povoa a lembrança de muitos de Carlitos entre engrenagens, uma fantástica alusão ao operário como mero componente²¹ de uma fábrica, uma visão típica da administração científica proposta por Taylor²², poderia ser substituída por uma imagem de uma equipe de colaboradores que, sorridentes, seriam fotografados em frente à fachada da empresa para uma propaganda oficial.

E o velho fantasma por onde andaria? Possivelmente em uma questão que persiste mal resolvida mesmo no mundo pós-moderno como, por exemplo, o trabalho autômato. Imagina-se que, na versão contemporânea de *Tempos Modernos*, a crítica posta ao trabalho autômato e suas consequências para o homem – evidenciada na cena em que o personagem Carlitos, doente, reproduz fora da fábrica os movimentos repetitivos do trabalho especializado – seria reconhecida no papel acessório e servil que os colaboradores (operários contemporâneos) hoje exercem nas indústrias tecnologicamente estruturadas, ou seja, em nossas fábricas contemporâneas.

Da quimera de Chaplin, resta a impressão de que a distância entre homem e fábrica manteve-se muito parecida mesmo com o passar dos tempos modernos. Nesse contexto a ruptura proposta pela tecnologia, através dos processos de automação, parece ser um fim previsível para uma relação historicamente desequilibrada entre entes muito diferentes.

21 *Componente* enquanto uma alusão ao tempo em que o crescimento da produtividade foi alcançado por meio da restrição da liberdade de ação do operário, uma consequência do modelo burocrático, preponderante, desde a modernidade até hoje, em muitas organizações fabris.

22 Frederick Taylor (1856-1915), engenheiro americano, estabeleceu os princípios da administração científica.

De várias expressões da civilização contemporânea, parecem emergir sinais de que a era moderna, cujo início está vinculado ao Iluminismo e à Revolução Industrial, reflete um tempo passado, talvez até mesmo se possa dizer um tempo ultrapassado. Dos sólidos conceitos que surgiram e estruturaram a modernidade – conceitos como o de trabalho, de organizações (em especial de empresas), de modelo de família, de fé e religiosidade, de arte, cultura e até mesmo das utopias – muitas coisas parecem ter mudado significativamente. De uma forma arriscadamente simplista, parece ser razoável admitir que valores fundamentais da modernidade – entre os quais se pode destacar o racionalismo, o individualismo e o culto ao progresso – já não mais satisfazem, parcial e até mesmo completamente, o homem em seu modo de vida contemporâneo.

Conceitualmente, Zigmunt Bauman definiu a sociedade pós-moderna como Modernidade Líquida. Para Bauman, os conceitos estruturantes dos tempos modernos perderam consistência ou, como sustenta o sociólogo polonês, mudaram de seu antigo estado sólido (herança ainda dos tempos pré-modernos) para um estado líquido, ou seja, para um estado flexível, um estado entendido, na era pós-moderna, como sinônimo de leveza.

Na pós-modernidade, os conceitos estruturantes não seriam suscetíveis ao atrito e dele fugiriam com certa facilidade graças a sua condição flexível e sua capacidade de constante modificação. Na modernidade líquida de Bauman, predomina a sensação e o entendimento de que os conceitos perenes, estruturantes da modernidade, cederam lugar a conceitos que podem, rápida e constantemente, mudar e se adequar a qualquer situação, em qualquer momento.

Para se ter uma referência da mudança identificada por Bauman, a liberdade individual parece ocupar não só um novo *status*, mas também um novo papel na Modernidade Líquida.

Passados sessenta e cinco anos que *O mal-estar na civilização* foi escrito e publicado, a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais devem ser medidas. [...] Em sua versão presente e pós-moderna, a modernidade parece ter encontrado a pedra filosofal que Freud repudiou como uma fantasia ingênua e pernicioso: ela pretende fundir os metais preciosos da ordem limpa e da limpeza ordeira diretamente a partir de ouro do humano, do demasiadamente humano reclamo de prazer, de sempre mais prazer e sempre mais aprazível prazer – um reclamo outrora desacreditado como base e condenado como autodestrutivo. Como se incólume – talvez mesmo fortalecida por dois séculos concentrados esforços para conservá-la na luva de ferro das normas e regulamentos ditados pela razão –, a “mão invisível” recobrou a verdade e está uma vez mais prestigiada. A liberdade individual, outrora uma responsabilidade e um (talvez o) problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos

predicados e recursos na perpétua autocriação do universo humano. (BAUMAN, 1998, p. 9).

Ao falar em versão presente e pós-moderna, Bauman parece propor um processo de transição caracterizado por mudanças contínuas. Dessa forma, vivemos hoje tempos em que temas essenciais à vida humana e extra-humana exercem, no plano da existência, papéis diferentes dos outrora exercidos (como no destaque da nota “*a liberdade*”). Contudo, a novidade da versão atual da modernidade não estaria na mudança do papel exercido, mas sim na possibilidade de, a qualquer momento, exercer um papel diferente do que hoje exerce ou antes exerceu. Nesse contexto, a fluidez e a adaptabilidade seriam características típicas de algo que não pode ser outra coisa senão o líquido, o que parece ser uma aproximação consistente com a versão presente dos tempos modernos.

Na busca de referências para ancorar a pós-modernidade (modernidade líquida de Bauman) – nesta pesquisa, o pano de fundo que permite analisar a questão posta entre a consciência e a responsabilidade moral das organizações – a obra *Proyecto de una Ética Mundial*, do teólogo Hans Kung, exerce grande relevância e importância. A elaboração de Kung permite uma aproximação não só com o conceito histórico de transição, o que por si só talvez não fosse suficiente, mas com um conjunto de dimensões que o autor sugere para entender o que venha a ser a pós-modernidade.

No intento, pues, utilizar lapalabra “posmoderno”, que aún no podemos suplirpor outra mejor, em sus sentido histórico-literário o arquitectónico (ámbitosenlos que el problema há emergido relativamente tarde), sino enel contexto de história universal. Imediatamente después de la Primeira Guerra Mundial de 1914-1918 fuecuandoel desmantelado mundo de lamodernid, iniciado a mediados delsiglo XVII com la filosofía moderna (Descartes) y com lanueva ciência (Galileo), junto com laconcepción secular delDerecho, el Estado y la política, dio passo al nuevo y más pacífico orden pós-moderno del mundo. (KUNG, 2006, p. 19).

Kung referencia o período imediatamente posterior ao final da Primeira Grande Guerra (mais especificamente, o ano de 1918), como sendo o momento histórico que ocorre a mudança do século XX para o século XXI. De toda forma, o conceito do autor sobre pós-modernidade não está restrito ao fato histórico, pois admite a ciência, a cultura e a geopolítica, em exemplos, para compor o mosaico que caracteriza a transição entre a era moderna e a versão pós-moderna do tempo que vivemos. Kung reconhece as muitas dificuldades postas para identificar a transição entre a modernidade e o tempo atual. Considera o termo pós-moderno etimologicamente mais confuso do que claro, mas avança em sua tentativa de estabelecer marcos que possam caracterizar o que define como uma mudança de era.

O acréscimo da elaboração de outros autores e obras ao arcabouço teórico elaborado por Kung permite ampliar a percepção de marcos que auxiliam no reconhecimento da transição entre os tempos, podendo ser constatada entre questões como: as mudanças geopolíticas com o fim do eurocentrismo (contemporaneamente a constituição da zona do euro e a saída britânica/BRexit), o novo papel que a América, a Ásia (em especial o Japão e mais tardia e contemporaneamente a China) passam exercer, a partir da Segunda Grande Guerra; os efeitos do aparato tecnológico (cujo lastro se estende desde o papel decisivo nas guerras, passa pela possibilidade de eugenia humana e chega até sua inclusão no cotidiano de um contingente significativo da população global); a polarização e, posteriormente, o fim da polarização entre capitalismo e socialismo; a globalização; entre outras questões com significativa importância na transição entre eras. Enfim, um universo fantástico de dimensões cujas expressões, efeitos e consequências constituem a civilização pós-moderna a qual pertencemos.

As questões retratadas parecem caracterizar suficientemente o espaço temporal do agir modificado do homem, ou seja, a pós-modernidade. Estando adequadamente posta, a transição temporal possibilita evoluir a pesquisa para a busca por expressões que permitam reconhecer e dimensionar o contexto no qual as organizações estabelecem suas relações institucionais. Nesse sentido, uma primeira aproximação é dirigida à tecnologia.

3.2.1 A tecnologia na pós-modernidade

A elevação do enunciado “Ética para civilização tecnológica”, parte integrante do subtítulo de *O Princípio responsabilidade*, de Hans Jonas, para a condição de realidade parece ser uma das grandes tarefas de nosso tempo. Talvez desafio seja uma palavra mais adequada para uma geração que também é conhecida como a geração tecnológica e para uma tecnologia que não demonstra o menor interesse em ser responsabilizada. Para fazer esta transformação (enunciado/realidade), entender a dinâmica tecnológica é uma etapa necessária desta difícil e complexa tarefa.

Frente à complexidade sugerida, o resgate do entendimento do filósofo da ética da responsabilidade sobre a dinâmica formal da técnica, a partir de um de seus principais comentadores brasileiros, Jelson Oliveira, e da obra *Vida, Técnica e Responsabilidade: três ensaios sobre a filosofia de Hans Jonas*, parece ser um bom instrumento para a introdução do tema:

[...] (a) dinâmica formal, que não está relacionada com o conteúdo, mas à forma como a técnica funciona, caracterizada como uma empresa coletiva continuada que avança não mais impulsionada pela necessidade, mas conforme leis e movimentos próprios, ou seja, um processo em constante movimento. Ao mencionar a “dinâmica formal” da técnica, Jonas contempla a tecnologia como o conjunto abstrato de um movimento, uma espécie de poder que deseja constantemente a superação dos limites e das barreiras encontradas no presente, pois deseja continuamente a novidade e a mudança, sem se deixar guiar pela ideia de necessidade. (OLIVEIRA, 2015, p. 93).

Quando consideramos o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, a ideia de que o objeto da técnica estaria exclusivamente associado às melhorias das condições de vida, humana ou extra-humana, não parece ser compatível. São muitas as evidências que determinam a mudança da fonte que alimenta e movimenta o agir tecnológico do homem pós-moderno: da necessidade humana, princípio ontológico da técnica, para uma dinâmica independente e autodeterminada de motivação, por isso um poder.

A partir desta dinâmica, o nível de desenvolvimento alcançado pela ciência, especialmente a partir da modernidade, proporcionou ao homem um poder²³ de intervenção (Ou seria uma capacidade? Quem tem o poder o homem, a técnica ou ambos?) sem precedentes na história. Uma simples observação do mundo contemporâneo revela a extensão da tecnologia a praticamente todas as diferentes dimensões da vida humana.

Manejado por pesquisadores vinculados a nações, corporações empresariais privadas, universidades e, muitas vezes pela associação de dois ou mais destes agentes, o desenvolvimento científico segue em busca de distintos e conflituosos interesses. No âmbito do desenvolvimento tecnológico, a concentração da capacidade de inovação em empresas e em instituições de ensino, cuja aproximação com a iniciativa privada decorre, na maioria das vezes, da necessidade de alcançar sustentabilidade financeira, determina o estabelecimento de um dilema, por muitos, compreendido como dicotômico: como conciliar a geração de melhores condições de vida, princípio ontológico da técnica, com a geração de lucros aos investidores das organizações mercantis que hoje concentram o controle e a propriedade da principal parte do desenvolvimento tecnológico ao qual temos acesso?

Uma leitura menos romântica dos tempos pós-modernos revela que os defensores da dicotomia, atribuída à tecnologia entre conhecimento e riqueza, tem muitas razões para se manterem céticos: vivemos uma era em que a tecnologia parece estar, quase que

23 Um poder com limites ainda desconhecidos, mas com capacidade de transformar, para o bem ou para o mal, toda uma história de evolução produzida por milênios e revelada no planeta terra (ou na mãe terra como ensina Leonardo Boff), o habitat comum que abriga todas as diferentes formas de vida que conhecemos e do qual somos parte constitutiva.

exclusivamente, a serviço do interesse econômico. Decorre desta exclusividade a impossibilidade de conciliar a responsabilidade de “construir artefatos técnicos que aliviam o peso da existência humana”, como ensina Leonardo Boff²⁴, além de um conjunto de restrições que, em tese, ferem o princípio da universalidade de acesso. Essa triste conclusão é reforçada no artigo “Ética, ciência e técnica”, de Koche e Veiga, através da nota de Domingues²⁵, a seguir reproduzida:

Daí o paradoxo de uma ciência e de uma tecnologia com seu potencial extraordinário de redenção da humanidade, por conta de suas inúmeras revoluções (a Revolução Industrial, que aumentou numa escala inacreditável a capacidade de produção da humanidade; a revolução da informática e das telecomunicações, que modificou profundamente os serviços, acelerou a circulação das informações e pôs em contato os quatro cantos do planeta; a revolução verde, com a capacidade virtual de eliminar a fome e a miséria da face da terra) e, ao mesmo tempo a limitação desse potencial em igual escala. A limitação surgiu quando, juntamente com o ideal de progresso técnico patrocinado pela economia capitalista, barreiras econômicas, sociais e políticas de toda sorte entraram em cena e impediram a difusão de suas potências libertadoras, disseminando a fome e a miséria, expondo povos inteiros às botas do invasor e criando novos e imensos apartheid de um canto a outro do planeta. (DOMINGUES, 2004 apud TORRES, 2016, p. 515).

3.2.2 A pobreza, a fome e a distribuição de renda na pós-modernidade

No âmbito econômico e social, o paradoxo, verificado entre potencial de redenção tecnológico e a restrição capitalista que impede sua distribuição universal, gera, enquanto resultado, uma brutal concentração de renda e a manutenção de um problema histórico da humanidade: a pobreza e a miséria da principal parte da população mundial. Dados apresentados, por Philip Kotler, na obra *Capitalismo em confronto, soluções reais para os problemas de um sistema econômico*, estimam que, dos sete bilhões de pessoas que vivem no globo, 5 bilhões são classificadas como pobres ou extremamente pobres.

Das publicações feitas no ano de 2017 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), obtém-se a informação do caótico cenário de fome que assola trinta e sete países, sendo vinte e oito destes localizados no continente africano. Para que se tenha dimensão da amplitude do problema alimentar contemporâneo, basta considerar que 4,9 milhões de pessoas, no Sudão do Sul, enfrentam uma situação de crise, de urgência e de fome. Na Nigéria, são 8,1 milhões de pessoas em condições de insegurança alimentar aguda. Já no Iêmen, são calculados 17 milhões de pessoas, ou 2/3 da população do país, em

24 BOFF, 2016, p.227.

25 DOMINGUES, 2004, p. 167

condições de insegurança alimentar, enquanto, na Somália, são 2,9 milhões de pessoas enfrentando o mesmo problema.

Na busca por informações mais específicas, encontramos conceitos como o de miséria absoluta (desenvolvido por Robert McNamara, ex-presidente do Banco Mundial), tanto quanto dados ainda mais impactantes: nos dias atuais cerca de 400 milhões de pessoas não possuem condições mínimas para manter seus corpos e mentes sadias. Entre essas, as crianças são a maior parte deste miserável universo de seres humanos famintos.

Em relação às condições de vida nos países desenvolvidos, as populações de países subdesenvolvidos têm índices de mortalidade infantil oito vezes maiores; apenas um terço da expectativa de vida; índices de alfabetização de adultos inferior a 60%. Parcela significativa da população das regiões mais pobres do globo (um para cada dois habitantes) sofre com baixos níveis nutricionais, bem como milhões de bebês são impedidos de desenvolver plenamente seus cérebros em decorrência da insuficiência calórica comum nessas regiões. Na obra *Ética aplicada*, Peter Singer, especificamente no capítulo cujo título é “Pobres e ricos”, resgata o conceito de Robert McNamara para contextualizar o impacto atual do problema da fome no globo:

Em nível absoluto a pobreza (...) é a vida à margem mesma da existência. Os pobres absolutos são seres humanos gravemente destituídos que lutam pela sobrevivência em circunstâncias miseráveis e degradantes, quase além da capacidade de entendimento de nossa sofisticada imaginação e das condições privilegiadas em que vivemos. (SINGER, 2002, p. 230).

A fome é uma mazela que se arrasta na história do planeta. Os registros falam de populações devastadas pela fome e podem ser verificados na obra *Homo Deus, uma breve história do amanhã*, de Yuval Noah Harari, da qual é possível fazer um primeiro recorte:

Aproximadamente 2,8 milhões de franceses – 15% da população – morreram de fome entre 1692 e 1694, enquanto o Rei Sol, Luis XIV, flertava com sua amante em Versalhes. No ano seguinte, 1695, a fome assolou a Estônia e matou um quinto da população. Em 1696 foi a vez da Finlândia, onde entre um quarto e um terço da população morreu. A Escócia sofreu sob uma fome rigorosa entre 1695 e 1698, e alguns distritos perderam até 20% de seus habitantes. (HARARI, 2016, p. 14).

Harari introduz o problema da fome objetivando estabelecer um contexto de mundo. Os dados históricos permitem ao autor reconhecer a gravidade de um problema que se mantém: a fome que ainda mata. Com o reconhecimento, Harari obtém a condição para incluir um segundo potencial gerador de morte, no caso a obesidade e, dessa maneira, buscar

responder a uma instigante e oportuna pergunta: Qual, entre os diferentes fatores é, potencialmente, mais perigoso para a vida nos dias atuais? Nesse sentido, um novo recorte da obra parece oportuno:

Na verdade, na maioria dos países, o hábito de comer demais tornou-se um problema muito pior que o da fome. Conta-se que, no século XVIII, Maria Antonieta aconselhou as massas famintas a que, se ficassem sem pão, comessem brioques. Os pobres hoje estão seguindo literalmente esse conselho. Enquanto os moradores ricos em Beverly Hills, nos Estados Unidos, comem salada de alface e tofu no vapor com quinoa, nos cortiços e guetos os pobres se empanturram com bolinhos recheados, salgadinhos artificiais, hambúrgueres e pizzas. Em 2014, mais de 2,1 bilhões de pessoas apresentavam excesso de peso em comparação com 850 milhões que sofriam de subnutrição. Prevê-se que metade da humanidade estará com excesso de peso em 2030. Em 2010, fome e subnutrição combinadas mataram cerca de 1 milhão de pessoas, enquanto a obesidade matou 3 milhões. (HARARI, 2016, p. 15-16).

Uma análise desatenta da obra de Harari poderia perder-se na ideia de que o problema da fome não é mais importante, o que seria um evidente erro. O simples fato de Harari registrar o número de mortes geradas pela fome em 2010 é, por si só, uma afirmação da magnitude do problema. Afinal, segundo o autor, em apenas um ano perdemos cerca de um milhão de vidas para a fome. Trata-se infelizmente de reconhecer que mesmo em um espaço e tempo em que as condições objetivas para a produção de alimentos são suficientes para atender a todos os que vivem no globo, um milhão de vidas foram impedidas de satisfazer a uma necessidade fisiológica essencial e, por força deste impedimento, perderam sua existência.

Destarte, talvez a pergunta a responder seja o que se espera do recorte de Harari. Com a contraposição entre fome e obesidade, é possível observar duas questões éticas determinadas pelas mudanças do passar do tempo: a primeira está vinculada à fome que persiste, mesmo com o fim da escassez, evidenciando que a morte pela fome é uma decisão política²⁶ passível de um juízo ético. A segunda questão está vinculada às mortes por obesidade que, sendo patológicas, revelam a vitória do não ser frente ao ser, portanto uma questão que nos remete à responsabilidade que temos com a vida. Desse modo, um novo paradoxo é estabelecido: somos testemunhas de um tempo que conjuga mortes tanto pela falta, e pelo excesso de comida! Uma constatação que nos faz reconhecer um novo e grave problema.

26 A seguinte questão é apresentada por Thomas Kesslerling: será que a tendência tridimensional à desigualdade seria uma espécie de evento natural? Dificilmente, porque ela vem acompanhada e reforçada por uma série de medidas econômicas, políticas e jurídicas. A essas medidas pertence a edificação de um grande número de muros reais e virtuais. (KESSLERLING, 2007, p. 18).

Quando nos afastamos um pouco da questão específica da pobreza e da fome e buscamos informações acerca da questão da distribuição de renda, um tema estritamente relacionado aos outros, as notícias continuam não sendo animadoras. O processo de concentração de renda age nos dias atuais e faz ascender as desigualdades sociais, criando ainda mais distância entre ricos e pobres.

Thomas Piketty, um dos mais influentes economistas dos tempos contemporâneos, fala de um comportamento de crescimento e concentração de riqueza, enquanto a distribuição da renda, por sua vez, segue desigual. Como consequência, resta a concentração do poder nos ricos e o agravamento da condição de pobreza, associado ao enfraquecimento da classe média. Uma expressão da desigualdade de renda no globo pode ser obtida a partir do resgate da obra do economista francês *O Capital no Século XXI*.

Para resumir, a desigualdade mundial contrasta países cuja renda média por habitante é da ordem de 150-250 euros por mês (África Subsaariana e Índia) com países onde a renda média por habitante alcança um patamar entre 2.500-3.000 euros por mês (Europa Ocidental, América do Norte, Japão), ou seja, onde as pessoas ganham vinte vezes mais. A média global, que corresponde aproximadamente ao nível da China, situa-se em torno de 600-800 euros mensais. (PIKETTY, 2014, p. 69).

As consequências do processo de concentração de riqueza e, conseqüentemente de poder, estendem-se aos regimes políticos, interferindo e estabelecendo relações que podem até mesmo comprometer democracias. Como na maioria dos países onde existem eleições livres, os sistemas eleitorais não só permitem – mas têm no financiamento privado de campanha uma regra estruturante – as nações correm o sério risco de ver o sistema democráticos e tornar uma mera formalidade, enquanto um sistema plutocrata se institui e, de fato, faz-se prevalecer em muitas nações do globo.

Alternativas como a taxaçoão/tributaçoão das grandes fortunas, tanto quanto da propriedade, em especial da herançoça, pressupõem o uso da ferramenta tributária para recuperar recursos represados no sistema financeiro e, dessa forma, viabilizar investimentos no setor produtivo. Uma tese defendida por economistas, como Piketty, aposta na descentralizaçoão da riqueza para gerar desenvolvimento econômico, condiçoão indispensável para a promoçoão de justiça e desenvolvimento social. Contudo, se observarmos as propostas em debate nos parlamentos das principais naçoões do globo veremos que as alternativas em discussáo não apostam no caminho proposto, mas em seu contrário.

Uma análise mais cuidadosa revela que o consenso teórico possível – mesmo entre economistas de diferentes matrizes de que o desenvolvimento econômico constitui condiçoão

essencial para a promoção de desenvolvimento humano— está muito longe das pautas dos parlamentos. Diante desta constatação uma boa pergunta a ser feita é: Por quê? Uma possível resposta parece estar nos meios, ou seja, na definição de quais decisões uma nação deve tomar para ser capaz de promover desenvolvimento econômico e constituir as condições para a promoção de justiça e desenvolvimento social.²⁷

3.2.3 O meio-ambiente na pós-modernidade

No artigo “Ética, ciência e técnica”, assinado pelos professores José Carlos Koche e Itamar Soares Veiga, mais precisamente em *Heidegger e a questão da técnica*, os autores apontam a necessidade da elaboração, pelo próprio homem, de uma crítica capaz de frear as pretensões antropocêntricas do manuseio da técnica e, especial da exploração da natureza e de sua redução à condição de fonte e reserva de energia. Esta preocupação em relação à transformação da natureza em mera fonte de extração e depósito de energia parece-nos oportuna para introduzir a questão ambiental, principalmente por estabelecer uma relação direta de responsabilidade com a técnica, motivo pelo qual é feito o seguinte recorte:

Ao ficar tão enredado na técnica, ao ver-se submetido à ilusão da técnica, na qual corre o risco e perde ao não atentar à sua própria responsabilidade, resta ao homem uma via crítica. Uma via crítica que lhe reduza as pretensões, de modo análogo ao que Kant propõe na *Crítica da razão pura* com relação aos desmedidos anseios de conhecimento. Esta via crítica ou negativa, reduzindo a ilusão do homem de “ir somente ao encontro de si mesmo”, põe a descoberto a sua responsabilidade neste projeto moderno e antropocêntrico de transformação da natureza em reserva de energia. Ao imaginar-se “dominador da terra” pela técnica, o homem nunca está somente consigo mesmo, mas em um âmbito onde um apelo é feito. É feito um apelo ao homem pela metafísica e ciência moderna, ambas assumindo uma forma representacionista de imagem de mundo para o homem. Esta imagem, transmutada em tecnociência, domina agora nossa época como fenômeno preponderante, e isto implica, segundo Heidegger, uma inapercebida subjugação do homem justamente, àquilo de que se pretende ser senhor. (KOCHE; VEIGA in TORRES, 2014, p. 525).

A partir da possibilidade cartesiana de domínio do homem sobre a natureza e da potencializada capacidade de exploração através do uso da técnica, o impacto causado

²⁷ É nesse momento que parece ficar mais evidente o risco da plutocracia (governo exercido pelos mais ricos e que por essa razão, exercem mais influência). Donos das condições objetivas, os ricos não têm medido esforços para usar sua influência e ampliar ou garantir que propostas defendidas por economistas como Thomas Piketty e Philip Kotler não saiam do papel. Em artigo publicado na revista *Guardian*, na edição de 1.º de março de 2011, o economista Richard D. Wolff fez a seguinte crítica à democracia norte americana: “Um círculo bastante vicioso tem estado em ação há anos. Impostos reduzidos sobre os ricos os deixam com mais dinheiro para influenciar os políticos e a política. Sua influência conquista reduções de impostos adicionais, o que lhes proporciona ainda mais dinheiro para usar nesse meio. Quando a perda da receita tributária dos ricos piora o orçamento do governo que já está prejudicado, os ricos pressionam os políticos para reduzir serviços e empregos públicos e nem mesmo debatem uma volta aos impostos mais elevados que costumavam pagar. E assim vai...” (WOLFF, 2011 apud KOTLER, 2015, p. 228).

pelo homem sobre a vida extra-humana ganha nova dimensão. A ação modificada pela técnica não só permitiu ao homem ser “mestre e senhor” das forças da natureza, conforme René Descartes (1596-1650) e Francis Bacon (1561-1626), como inaugurou uma nova era geológica: o antropoceno²⁸.

A partir da era moderna, especialmente em sua versão pós-moderna, a civilização parece caminhar movida por uma espiral infinita de exploração e consumo, em um planeta com limitada capacidade de recomposição e recuperação. Trata-se, pois, de um contexto complexo e paradoxal em que os importantes avanços e melhorias disponibilizados à sociedade – e que, reconhecidamente, proporcionam um nível de bem estar sem registro antecedente na história – cobram um custo altíssimo da natureza e, por consequência, da própria civilização. O que parece ser um dos principais paradoxos apresentados desde a era moderna, entre desenvolvimento e preservação, encontra-se muito bem elaborado no artigo “Ética, ciência e técnica”, de Koche e Veiga, publicado na obra *Manual de Ética – Questões de ética teórica e aplicada*, da qual se faz o seguinte recorte:

A exploração da natureza, alavancada pelo desenfreado desejo de lucro capitalista, ao mesmo tempo em que traz consideráveis melhorias ao bem estar humano e às condições de vida, paradoxalmente também provoca uma desenfreada destruição e degradação ambiental, de consequências futuras imprevisíveis. As mudanças no meio ambiente, tais como as mudanças climáticas, a desertificação crescente, a poluição ambiental com a contaminação do ar, das águas e dos solos, o esgotamento dos recursos naturais, o extermínio de espécies da vida do ser humano e de outros seres do planeta, comprometendo as futuras condições de vida. A exploração, com o uso de tecnologias, está provocando o esgotamento da natureza, comprometendo a sustentabilidade ambiental e social futura. (KOCHE; VEIGA in TORRES, 2014, p. 514).

Como resposta a esse comportamento, talvez antropofágico, a pós-modernidade assiste ao surgimento, em escala global, de iniciativas em defesa do meio ambiente. Uma força organizada capaz de superar as fronteiras políticas das nações ocupa o papel de vanguarda na defesa da questão ambiental e é responsável, em grande parte, pela significativa mudança de entendimento e de comportamento em relação ao meio ambiente verificado na era pós-moderna.

Em nível governamental, órgãos específicos foram instituídos para promover políticas ambientais: Ministério do Meio Ambiente e secretarias de governo em nível de

28 Termo, inicialmente cunhado pelo biólogo Eugene F. Stoermer, foi usado pela primeira vez em um artigo produzido pelo biólogo em conjunto com Paul Crutzen (vencedor do Nobel de Química de 1996) e é utilizado para definir uma nova era geológica. A nova era teria início com a modernidade e, como principal característica, o reconhecimento de capacidade na ação do homem para mudar a biosfera.

estados e municípios. Além desses órgãos, responsáveis pela ação, no ambiente interno das nações, em nível internacional, a promoção de políticas ambientais é liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como por Organizações não Governamentais e sem fins lucrativos. Muitas ONG's são viabilizadas globalmente e reúnem o esforço voluntário de milhões de *ativistas* que se somam a outras formas de organização e proporcionam o intercâmbio da produção científica global voltada à preservação do meio ambiente.

A partir dessas distintas formas de organizações, importantes elaborações são produzidas compondo o arcabouço que hoje sustenta conceitos como o de desenvolvimento sustentável, objeto de interesse dessa pesquisa e que será estudado a partir de documentos como o *Relatório Brundtland*, a *Carta para a Terra* e a *Agenda 2030*, na próxima etapa dessa dissertação.

Do trabalho dedicado e do esforço organizativo de pesquisadores e de milhões de pessoas que, de forma espontânea aderiram à causa ambiental, duas novas e importantes reflexões emergem da relação homem e natureza: a questão do pertencimento do homem à condição natural e a questão da responsabilidade.

No que diz respeito à questão de pertencimento do homem à condição natural, ou seja, da inata relação entre homem e biosfera²⁹, o que vemos hoje em discussão parece ser um movimento de reaproximação com um elo perdido. Talvez fruto da herança da visão de dominação da natureza pelo homem que foi proposta por Descartes no início dos tempos modernos, resta forte em nossa civilização contemporânea a impressão de que tratamos a dimensão extra-humana como um outro, um algo externo, da qual a humanidade não é parte³⁰. Na obra *A terra na palma da mão*, Leonardo Boff elabora sobre a questão de relação de pertencimento entre homem e terra, propondo um novo entendimento:

Em outras palavras, nós não estamos fora nem acima da Terra viva. Somos parte dela, junto com os demais seres que ela também gerou. Não podemos viver sem a Terra, embora ela possa continuar sua trajetória sem nós. É o legado deixado por astronautas que tiveram a oportunidade de ver a Terra de fora da Terra. Testemunharam que, daquela distância, Terra e humanidade formavam uma única e mesma identidade. (BOFF, 2016, p. 47).

29 Conjunto de todas as partes do planeta onde existe ou pode existir vida.

30 Este é um entendimento que talvez ajude compreender nossa indiferença frente a muitas expressões de devastação e de descuido, fartamente verificadas, mas que de forma banalizada são vistas e entendidas com normalidade.

A definição de pertencimento entre humanidade e terra feita por Leonardo Boff soa poética. Ao resgatar a condição de pertencimento, Boff supera muitas das incompreensões humanas que impedem o reconhecimento da vida extra-humana como um outro, um *outro* que é sujeito, que faz parte de um único e mesmo mundo e que, portanto, possibilita que eu seja uma pessoa, como definido por Everaldo Cescon no artigo “O Conceito de pessoa na ética de Edmund Husserl”. Do pensamento de Boff recebemos uma concepção mais elaborada – e por que não dizer, mais elevada – de existência e de equilíbrio, uma ideia valiosa a ser resgatada na etapa da pesquisa reservada para a análise entre responsabilidade e desenvolvimento sustentável.

As complexas dimensões relacionadas foram rapidamente resgatadas, buscando a construção de um contexto, de um mosaico capaz de proporcionar o reconhecimento do processo de transição, conceito que parece ser mais adequado do que o de rompimento, entre a era moderna e a era pós-moderna. Uma transição em que o comportamento do indivíduo, do mesmo modo que o comportamento de diversas formas de organização, sofreu grandes mudanças.

3.3 AS ORGANIZAÇÕES E AS CIDADES

Como as cidades, as organizações são um artefato criado pela capacidade inventiva e criativa humana, ambas com muitas coisas em comum. Em uma época em que se fazia necessário temer a natureza, face à limitada capacidade de ação e intervenção que o homem dispunha, as primeiras cidades geraram segurança e promoveram melhores condições para o bem viver.

O tempo passou e as cidades vivem uma nova realidade. As ameaças que vinham de fora (o medo da natureza, as tribos rivais) já não mais fazem sentido em tempos que a ação modificada do homem tem poder suficiente para interferir diretamente na natureza. Os problemas de fronteira também mudaram muito. Hoje, promovem-se guerras tecnológicas e os conflitos atuais são sobre se devemos, ou não, aceitar os povos migrantes que fogem dessas guerras e de regiões do planeta, onde a brutalidade da fome e da miséria ainda prevalecem. Zigmunt Bauman escreveu uma obra tratando do tema das migrações internacionais no contexto da modernidade líquida e a chamou de *Estranhos à nossa porta*.

Se considerarmos as primeiras corporações de comerciantes e de artesões criadas ainda na Idade Média, veremos que as razões que determinaram suas fundações também estão sustentadas na necessidade de segurança, na esperança de alcançar melhores condições para o bem viver a partir da solidariedade de interesses, ainda que estes fossem claramente

corporativos e de classe. Quando o período moderno trouxe consigo a Revolução Industrial, as fábricas iniciam o domínio da técnica com a promessa, em grande parte realizada, de promover melhores condições para a vida humana.

Mas, como as cidades, a realidade que cerca as organizações mudou significativamente. Os grandes conglomerados econômicos internacionais administram a tecnologia pensando em melhores condições de vida para a humanidade (ainda que seja apenas para uma parte dela), desde que os interesses econômicos de seus acionistas estejam garantidos. As corporações de artesões se transformaram em poderosas entidades de classe que negociam com governos interesses específicos de seus representados. São negociações estabelecidas a partir de interesses corporativos que, em nome do desenvolvimento econômico, costumam prevalecer mesmo quando suprimem recursos públicos essenciais para a subsistência da parte mais necessitada da sociedade.

3.4 AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, UMA EXPRESSÃO EXTERNA DAS ORGANIZAÇÕES

É possível iniciar a análise ética das relações institucionais a partir do resgate de que, se no âmbito da individualidade ou da personalidade, o sentimento predominante parece ser de distanciamento e de ausência de responsabilidade, no âmbito das relações institucionais, o *status quo* não parece apresentar um cenário diferente. Para caracterizar o contexto que cerca as relações institucionais, o destaque do artigo “Valores sob tensão: ética longe de casa”, de Thomas Donaldson, publicado pela *Harvard Business Review*, proporciona o acesso a um interessante conjunto de elementos relacionados ao tema. No artigo, Donaldson aborda a questão ética enfrentada por empresas que atuam no mercado internacional, no momento em que estas iniciam relações institucionais com governos de países com valores diferentes dos admitidos no ambiente de origem da empresa. Na introdução do artigo, o autor reúne um conjunto de perguntas muito interessantes:

Quando saímos de casa e transpomos as fronteiras de nosso país, a nitidez moral fica meio desfocada. Sem um pano de fundo de atitudes comuns, sem leis bem conhecidas e sem procedimentos judiciais que definam padrões de conduta ética, a certeza torna-se elusiva. Será que a empresa deve investir num país estrangeiro onde se viola os direitos civis e políticos? Será que a empresa deve adotar as práticas de emprego discriminatórias do país-anfitrião? Se empresas de países desenvolvidos transferem suas instalações para países em desenvolvimento, que carecem de normas rigorosas sobre meio ambiente e medicina do trabalho, ou se essas empresas optam por preencher posições gerenciais e outras de alto nível no país anfitrião com

peças do país de origem, que padrões devem prevalecer? (DONALDSON, 1996, In: HARVARD BUSINESS REVIEW, 2005, p.22).

As perguntas de Donaldson projetam dois distintos horizontes para a ética. No primeiro plano, as perguntas revelam uma face velada dos negócios, especificamente dos internacionais. Uma realidade espinhenta alicerçada em valores e relações moralmente comprometedoras que, por essa razão, acaba sendo subjugada por outros interesses e raramente exposta. Ao mesmo tempo as perguntas reúnem valiosos subsídios para empresas que desejarem elaborar um roteiro com padrões éticos válidos em suas nações de origem.

Nesse contexto, notícias de que as relações de trabalho ainda conservam problemas típicos do período pré-moderno, como o trabalho infantil, não são surpreendentes. Esse indigno e vergonhoso artifício ganhou notoriedade como caso dos órfãos de Liverpool – utilizados como mão de obra nos teares no início do processo da industrialização moderna – e foi analisado por Léo Huberman na obra *História da riqueza do homem*, a partir do relatório da Comissão do Parlamento Inglês, produzido em 1886³¹, do qual se faz o seguinte resgate:

Em 1883 a Comissão fez novamente um relatório sobre o emprego de crianças nas fábricas. Nesse relatório, há um depoimento de Thomas Clarke, de 11 anos, ganhando 4 xelins por semana (com a ajuda do irmão) como emendador de fios. Eis parte da sua história: “Sempre nos batiam quando adormecíamos. ... O capataz costuma pegar uma corda com a grossura de meu polegar, dobrá-la, e dar-lhe nós. ... Eu costumava ir para a fábrica um pouco antes das 6, por vezes às 5 e trabalha até as 9 da noite. Trabalhei toda a noite, certa vez ... Nós mesmos escolhíamos isso. Queríamos ter algum dinheiro para gastar. Havíamos trabalhado desde as 6 da manhã do dia anterior. Continuamos trabalhando até as 9 da noite seguinte. ... Estou agora na seção de cordas. ... Posso ganhar cerca de 4 xelins. ... Meu irmão faz o turno comigo. Ele tem 7 anos. Nada lhe dou, mas, se não fosse meu irmão, teria de dar-lhe 1 xelim por semana. [...] Levo-o comigo, às 6, e fica comigo até às 8. (HUBERMAN, 1986, p. 179-180). (Sic).

Talvez o resgate do Relatório do Parlamento Britânico de 1886 possa soar estranho no atual momento da história e, por essa razão, ser rapidamente classificado como inadequado e desproporcional por muitos. Frente à importância e relevância das questões que hoje centralizam as pesquisas sobre o fator humano no mundo do trabalho (questões como normas regulamentadoras, doenças psicossomáticas e a questão da diversidade) exceções vinculadas a fatos de um passado longínquo possivelmente possam ser classificadas como uma indução ao erro. Nesse sentido uma boa pergunta a fazer é: O trabalho escravo ou infantil é uma exceção na era pós-moderna?

31 First Report of the Central Board of His Majesty's Commissioners on Employment of Children in factories, 1883, pp. 31,32.

Notícias vinculadas pela imprensa e relatórios gerados por órgãos de fiscalização do mundo do trabalho revelam evidências de que o trabalho infantil e o trabalho escravo não são práticas superadas. Os casos reincidentes demonstram que ainda estamos distantes da possibilidade de afirmar, com segurança, que o problema está superado e que eventuais novos registros seriam exceções. No Brasil, campanhas para erradicar o trabalho infantil e o trabalho escravo não foram suficientes para evitar que o setor de fiscalização do Ministério do Trabalho encontrasse indígenas em condição de trabalho definidas como “análoga ao trabalho escravo”. O evento foi registrado no interior do estado do RS, no primeiro semestre de 2017.

No mesmo ano de 2017, no Brasil, o governo federal reeditou a instrução normativa do Ministério do Trabalho e Emprego (órgão responsável por fazer a fiscalização das condições de trabalho no país) que definia os critérios para caracterizar o trabalho escravo. A modificação foi uma condição da chamada bancada ruralista (deputados e senadores de vários partidos que representam o agronegócio e os latifundiários) para que a votação de admissibilidade de afastamento do presidente da República, denunciado por corrupção, tivesse o voto contrário da bancada. Trata-se, portanto, de uma negociata que muito bem poderia ser caracterizada como compra de votos.

Quando considerado o contexto que envolve a política brasileira em 2017, a espúria negociação não chega ser surpreendente, mas é vergonhosa para a nação. Entretanto, ainda que pese a repugnância que a negociata enseja, o episódio, em si, foi absolutamente revelador. Pode-se dizer que a realidade que cerca o trabalho escravo, especialmente nos grotões brasileiros, foi desnudada pela negociata do Presidente Temer com a bancada ruralista no Congresso Nacional.

A magnitude do retrocesso gerou manifestações contrárias de diversos setores da sociedade, de órgãos responsáveis pelas relações de trabalho como o próprio Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, bem como de organizações não governamentais. Até mesmo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou manifestação contrária, mas nada foi capaz de sensibilizar o governo federal brasileiro, já que a portaria acabou tendo seus efeitos suspensos por decisão judicial. Ao fim do episódio resta concluir que, no Brasil do século XXI, a qualidade ética de seu principal mandatário, do mesmo modo que dos legisladores que representam os interesses do setor econômico responsável pelo trabalho no campo, está no mesmo nível da que podia ser encontrada entre os escravagistas que se beneficiaram com o trabalho escravo durante quase 400 anos da história brasileira.

Oportunamente, para encerrar este triste registro, a obra de Juremir Machado da Silva, cujo título é *Raízes do conservadorismo brasileiro*, mais especificamente o trecho em que o autor relata a reivindicação dos antecessores da bancada ruralista brasileira no Congresso Nacional, no período imediato que sucedeu a promulgação da Lei Áurea, permite reconhecer os interesses que hoje se movimentam. Antes ainda da reprodução o destaque de que, neste episódio da história, não houve acordo entre o governo da época e o porta-voz dos antecessores da bancada ruralista brasileira de 2017.

Os proprietários de escravos queriam repassar a conta para o Estado. Apesar do privilégio da secular exploração gratuita da mão de obra, alegavam estar descapitalizados. Previam o caos para tentar obter compensações: “Bem, Sr. presidente, é o governo regular do Brasil que, em contraposição àquele governo revolucionário, faz decretar, de um dia para o outro, a abolição imediata, pura e simples, sem uma garantia para os proprietários, espoliando-os da propriedade legal, abandonando-os à sua sorte nos ermos do nosso interior, entregando-os à ruína, expondo-os às mais temerosas contingências, sem também, por outro lado tomar uma providência qualquer a bem daqueles, que volta em grande parte à miséria e ao extermínio, nos primeiros passos de uma liberdade, de que, não preparados convenientemente, dificilmente saberão usar seu benefício”. (SILVA, 2017, p. 33).

Como se pode verificar, a principal parte dos episódios registrados de desrespeito às normas e tratados internacionais de proteção ao trabalho ocorre nas chamadas nações em desenvolvimento, onde um leque mais amplo de transgressões pode ser reconhecido, mesmo quando escondidos sob diferentes roupagens. Para ilustrar a afirmação, um novo destaque de Donaldson é feito, desta vez em relação à prática do nepotismo:

Algumas empresas indianas bem sucedidas oferecem aos empregados a oportunidade de seus filhos também trabalharem na empresa, ao atingirem certo nível de escolaridade. E honram o compromisso, mesmo que outros candidatos sejam mais qualificados. O benefício é extremamente valioso, num país em que é difícil encontrar emprego, e reflete a crença da cultura indiana de que o Ocidente foi longe demais ao permitir que as oportunidades econômicas destroem as famílias. Assim, não é surpresa que o benefício esteja entre os mais acalentados pelos empregados. Porém, na maioria dos países ocidentais, seria considerado nepotismo inaceitável. Nos Estados Unidos, por exemplo, o princípio ético da igualdade de oportunidade preceitua que os empregos devem ser oferecidos aos candidatos com as melhores qualificações. A empresa americana que fizesse tal promessa aos empregados estaria violando as normas impostas pela Comissão de Igualdade de Oportunidades no Emprego (*Equal Employment Opportunity Commission*). Em face dessa diferença em atitudes éticas, de que maneira os gerentes americanos devem reagir ao nepotismo indiano? Condenar as empresas indianas, recusando-se a aceitá-las como parceiros ou fornecedores, até que concordem em purificar suas atitudes? (DONALDSON, 1996, In: HARVARD BUSINESS REVIEW, 2005, p. 34-35).

A celebração por empresas multinacionais de alianças comerciais com empresas que utilizam práticas eticamente condenáveis ganhou notoriedade global a partir de um episódio

relacionado à empresa *Nike* quando, em 1996, a revista *Life* publicou a foto de um menino paquistanês costurando bolas de futebol da marca. Do episódio, restou a imagem de que a empresa multinacional é conivente com o trabalho escravo e o trabalho infantil.

A notícia gerou uma forte repercussão negativa junto ao público consumidor da marca e, desde o registro do fato, a multinacional promoveu um conjunto de medidas para que situações similares não voltassem acontecer. Além desse episódio, a *Nike* foi denunciada pela organização *Worker Rights Consortium* por ter promovido alianças comerciais, desde 2006, com pelo menos 16 fornecedores que operavam fora dos padrões de saúde e segurança mínimos exigidos por normas aplicadas em seu país de origem.

O episódio envolvendo a *Nike* representa um alerta para organizações empresariais que pensam migrar sua produção para comunidades com reduzido nível de desenvolvimento econômica e social, ou seja, para locais onde, costumeiramente, as relações são regidas por sistemas protetivos insuficientes quando existem. Na busca por soluções para reduzir seus custos de produção, as organizações empresariais expõem-se ao risco eminente de associar-se a práticas eticamente reprováveis capazes de comprometer a história da empresa. Dito de outra forma, a ausência de responsabilidade ética não parece ser, definitivamente, um bom negócio.

No exemplo da *Nike*, uma combinação chama a atenção: consumidores desejam produtos com menores preços, mas manifestadamente não concordam com a ideia de que isso possa ser feito a qualquer custo. A foto de uma criança trabalhando foi suficiente para consolidar a rejeição a produtos de uma marca consolidada e com participação no mercado internacional. Como proposto por Michael Sandel, parece restar claro que há coisas que definitivamente o dinheiro não deve comprar. Em *O que o dinheiro não compra, os limites morais do mercado*, Sandel analisa a impossibilidade de mercantilização humana, estabelecendo com especial nitidez uma fronteira para o mercado.

[...] quando decidimos que determinados bens podem ser comprados e vendidos, estamos decidindo, pelos menos implicitamente, que podem ser tratados como mercadorias, como instrumento de lucro e uso. Mas nem todos os bens podem ser avaliados dessa maneira. O exemplo mais óbvio são os seres humanos. A escravidão era ultrajante por tratar seres humanos como mercadorias, postas à venda em leilão. Esse tratamento não leva em conta os seres humanos de forma adequada – como pessoas que merecem respeito e tratamento condigno, e não como instrumentos de lucro e objetos de uso.

Algo semelhante pode ser dito a respeito de bens e práticas que nos são valiosos. Não colocamos crianças à venda no mercado. Ainda que os compradores não maltratassem as crianças compradas, a existência de um mercado de crianças estaria expressando e promovendo uma maneira errada de tratá-las. As crianças não são bens de consumo, mas seres que merecem amor e cuidados. (SANDEL, 2017, p. 15).

Ainda em relação ao exemplo da *Nike*, outro aspecto merece destaque e está vinculado à relação consciência moral e responsabilidade. No caso específico, o fato que chamou a atenção do consumidor e da empresa foi a publicação da notícia, condição para a elaboração de um juízo moral e, conseqüentemente, para a tomada de consciência. A partir do estado de consciência, duas reações acontecem: do indivíduo, que não aceita comprar produtos da marca produzidos por trabalho infantil ou escravo, e da própria empresa que descredencia os fornecedores que utilizaram trabalho escravo.

É indiscutível que o descredenciamento do fornecedor da *Nike* está vinculado a razões de ordem mercadológica. Contudo, parece oportuno reconhecer que esta é uma verdade parcial que, por si só, não exclui a possibilidade de que o princípio ético também tenha sido determinante na decisão. O que se deseja pressupor com isso é que a presença da razão mercadológica não elimina a possibilidade de que decisões similares considerem princípios éticos, pois não haveria razões suficientes para afirmar que as possibilidades sejam excludentes entre si.

Nesse mesmo sentido, a possibilidade de que o lucro necessário às organizações empresariais possa ser obtido sem o subterfúgio de práticas como o trabalho infantil ou o trabalho escravo atribui à consciência moral um papel decisivo na avaliação ética do comportamento. No exemplo em estudo, a confirmação de que a empresa tinha consciência da promoção da prática seria suficiente para determinar sua conviência como ato. Nesses termos, o lucro seria um fim e os meios utilizados para sua obtenção, por consequência, plenamente passíveis de responsabilização. Por sua vez, a possibilidade de que a empresa tenha sido surpreendida com a prática parece pressupor uma responsabilização diferente da decorrente na hipótese anterior.

O que parece restar claro é que, em ambas as hipóteses, a consciência moral, como definido por Hans Jonas, assume um papel decisivo na definição dos diferentes níveis de responsabilidade e, ao contrário do que acontece quando analisamos a intenção de um homem, algo que não parece ser possível verificar, a consciência moral seria um terreno plano e revelador no âmbito das organizações. Também parece restar possível afirmar que o perfil ético de uma organização depende, objetiva e diretamente, dos princípios que esta admite na definição do que são fins e do que são meios.

Outras conclusões são possíveis, entre elas a de que nenhuma organização, mesmo respeitadas suas especificidades, parece estar imune à responsabilização. Também parece oportuno o destaque de que o uso consciente de uma prática eticamente rejeitada não pode

ser, sobre qualquer hipótese, aceitável. Esse entendimento, de certa forma, opõe-se a uma leitura utilitarista³²construída a partir do raciocínio de que uma empresa gera postos de trabalho e impostos, ou seja, gera contrapartidas que beneficiam as camadas sociais menos favorecidas. O cálculo utilitarista evidenciaria benefícios muito superiores que, por sua vez, superariam eventuais problemas evocados como sendo efeitos colaterais, como o trabalho infantil e o trabalho escravo.

Por fim, há ainda a discussão sobre a possibilidade de responsabilizar criminalmente a personalidade jurídica e não apenas a pessoa física. Em entrevista publicada no *Jornal Correio do Povo*, o Engenheiro Aeronáutico Ozíres Silva³³ foi questionado sobre os efeitos prejudiciais da corrupção para o desenvolvimento industrial e respondeu da seguinte forma:

Um crime tem que ser punido, seja ele qual for. Agora, o que não pode fazer é bloquear a sociedade do jeito que está acontecendo, como o próprio governo está fazendo, destruindo a imagem dessas empresas. Por exemplo, quantos empregos gerou a Odebrecht? E a JBS ou coisa parecida? A empresa tem culpa? Não. A empresa não tem culpa, têm culpa as pessoas que encontraram oportunidade fora das condições de ética e comportamento que todos nós temos que ter na sociedade. Então as pessoas têm que ser punidas, mas não pode acontecer como aconteceu. Agora mesmo, a Odebrecht foi proibida de fazer negócio na Colômbia. Por quê? É intolerável uma coisa dessa natureza. Pense, por exemplo, se o governo coreano fala mal da Samsung. Houve corrupção na Samsung, agora eles puniram mas não falaram nada em relação à empresa. (CORREIO DO POVO, 2017, p. 6 do Caderno de Domingo).

Por sua trajetória, Ozires Silva, aos seus oitenta e seis anos, é um dos principais expoentes brasileiros quando o tema é desenvolvimento industrial. Sua resposta parece claramente expressar o cálculo utilitarista que recorre à geração de empregos e tributos para defender a ideia de que as empresas não podem sofrer julgamentos ou prejuízos, mas que apenas as pessoas, não há uma definição precisa de quem seriam estas pessoas, devem ser punidas, pois foram estas e não as empresas que cometeram crimes. Posicionamentos como o de Ozires Silva não são exceções e revelam a existência de um entendimento complexo e polêmico de que a responsabilização deve restringir-se às pessoas físicas. Partindo da premissa defendida por Ozires, uma empresa como a SAMARCO não deve ser punida pela tragédia ocorrida no município brasileiro de Mariana.

32 Para Jeremy Bentham “deve-se agir de modo a trazer a maior felicidade ao maior número de pessoas”.

33Ozires Silva o grupo que criou a EMBRAER. Presidiu a Petrobras, a Varig e foi Ministro de Infraestrutura e Comunicação no Governo do Presidente. Publicou cinco livros: ‘Nas Asas da Educação – A Trajetória da Embraer’, ‘Cartas a um Jovem Empreendedor – Realize seu Sonho: Vale a Pena’, ‘A Decolagem de um Sonho: a História da Criação da Embraer’ e ‘Etanol: a Revolução Verde e Amarela’.

Mesmo que a *Nike*, pelo conhecimento que se tem, jamais tenha proposto em sua defesa o argumento utilitarista, a apresentação do cálculo que busca identificar “a maior felicidade para o maior número de pessoas” por analistas de negócios é absolutamente comum. A prova dessa afirmação pode ser verificada na matéria publicada na revista brasileira *Exame*, na edição de 22 de abril de 2014, onde consta a informação de que o fechamento de uma fábrica terceirizada da *Nike* em Bangladesch, cujo prédio onde eram prestados os serviços ruiu logo após o rompimento comercial, determinou que os lucros da empresa reduzissem de 46,4% para 43,6% no ano em que ocorreu a interrupção da chamada “parceria estratégica”.

Para evitar enfrentar casos semelhantes, as organizações (empresas, governos, ONG's) cada vez mais recorrem a instrumentos como códigos de conduta, buscando estabelecer normas a partir de uma análise ética estruturada. Mesmo sendo necessário reconhecer que muitas organizações adotam códigos de forma reativa e protocolar, neste tipo de caso a ética seria subjugada a interesses claramente mercadológicos, não há como deixar de reconhecer o potencial de contribuição que estes instrumentos possuem para o que possa ser definido como um processo de educação para a consciência ética.

O estabelecimento de parâmetros para regular a atuação serve tanto para as relações institucionais, no país de origem ou fora dele, como para o ambiente interno das organizações. Outras iniciativas, como o Balanço Social, por exemplo, buscam promover uma aproximação das organizações com o seu público impactado, um universo que pode ser reconhecido como stakeholder (um conceito muito interessante abordado na sequência da pesquisa).

Para a conclusão do contexto que envolve ética e responsabilidade nas organizações, outras duas fontes de interesse são importantes. Enquanto a primeira está na caracterização e na análise do comportamento moral no ambiente interno da organização, a segunda está no reconhecimento da existência de uma mútua e recíproca capacidade de influência que os comportamentos internos e externos possuem. Fontes de interesse que passam a ser analisadas a partir dessa etapa da pesquisa.

3.5 A ÉTICA NO AMBIENTE INTERNO DAS ORGANIZAÇÕES

As organizações não estão limitadas às relações externas. No âmbito interno, ou seja, no espaço e tempo comum proporcionado pelas organizações aos indivíduos – que ali compartilham parte maior ou menor de suas existências – o conjunto das ações e relações estabelecidas diariamente constitui um fantástico objeto de interesse da ética. Se as pessoas

vivem e até mesmo deixam de viver em organizações, podemos então dizer que estas são espaços para sentimentos, crenças, desejos, juízos, deliberações, entre tantas outras coisas que constituem o universo das possibilidades humanas.

Inicialmente parece importante reconhecer que, diferentemente do que acontecia no período pré-moderno – e mesmo por longo tempo na modernidade – a gestão do fator humano³⁴ é hoje um objeto de estudos e de preocupação para as organizações. Mas é preciso que se diga que este nível de preocupação nem sempre foi considerado relevante, sendo que na principal parte da história das organizações o fator humano foi tratado como um elemento alheio e distante do centro das preocupações estratégicas. Dessa forma, o que aconteceu e continua acontecendo nas relações celebradas a partir dos comportamentos aceitos no interior das organizações entre trabalhadores braçais, operários especializados, corpo gerencial ou na muito falada relação entre patrão e empregado, não foi por longo tempo, talvez ainda não seja para muitos, relevante ou importante.

Para quem possa pensar que esta lógica é aplicável apenas às organizações mercantis, um alerta: pesquisas e estudos sobre o tema demonstram que definitivamente este não é um problema exclusivamente empresarial. Não é segredo que governos, sindicatos de classe e ONG's estão se notabilizando por reproduzir práticas como a segregação racial ou de gênero e o assédio moral entre seus muros. Uma triste constatação para quem espera destas entidades justamente a promoção de políticas de erradicação, da mesma forma que medidas de controle e fiscalização.

Decorre dessa constatação, uma preocupante realidade: as pessoas estão adoecendo nas organizações. Esse fato pode ser rapidamente verificado em doenças como estresse³⁵, um típico mal da era pós-moderna, cuja característica principal está associada ao ambiente em que é feito o diagnóstico. O nível de impacto gerado pelo adoecimento motiva inúmeros estudos entre os quais pode ser destacado o publicado em *Psicologia do Trabalho. Psicossomática, valores e práticas organizacionais*. O estudo faz uma abordagem psicossocial no processo psicossomático e, desta forma, analisa a pessoa na organização. Do valioso arcabouço produzido pela pesquisa, resgatam-se as seguintes questões apresentadas por Limongi-França:

34 Cuida das capacidades, do conhecimento, das habilidades, da criatividade, inteligência e experiência que todas as pessoas que trabalham em uma organização possuem.

35 O estresse situa-se na dimensão interativa homem-meio-adaptação, ocasionado crescimentos e desgastes, além de ser intrínseco à condição de viver. O adoecer surge a partir das características e potencialidades específicas que o equipamento biológico contém: “Ninguém adoecer daquilo que não possui”. Daí a importância de entender o estresse, que foi utilizado na medicina por Selye Hans (1965) com o sentido de “desgaste no corpo”. (FRANÇA-LIMONGI, 2010, p.19)

Em outras palavras, o que essas queixas psicossômáticas estão querendo transmitir ou, então, o que elas estão impedindo que se transmita? De que maneira a condição física reproduz ou, quem sabe, cria novas estratégias no relacionamento interpessoal? Que significados essas queixas têm para as pessoas que pertencem a uma empresa? Que valores e crenças determinam algumas posturas dos indivíduos da empresa, em função, inclusive, do seu papel profissional? Essa é, sem dúvida, uma nova, embora sempre presente, forma de tratar a gestão das pessoas nas organizações. (LIMONGI-FRANÇA, 2010, p. 10).

Ao mesmo tempo em que pergunta sobre quais seriam os valores e crenças que determinam as posturas nas organizações, a autora estabelece uma ligação entre a patologia psicossômática e as posturas dos membros que compõem a organização. Da relação estabelecida uma boa pergunta parece emergir: seria verdadeiro pressupor que a responsabilidade pela patologia do indivíduo estaria na organização, ente que permite que valores e crenças determinem comportamentos capazes de causar a doença dos seus?

Outra fonte de adoecimento verificada no ambiente interno das organizações é o assédio moral, seguramente um dos mais graves problemas atuais no mundo do trabalho. Entre profissionais que atuam na área de saúde ocupacional, é cada vez mais comum a referência de que o assédio moral está entre as principais causas das doenças diagnosticadas durante o atendimento clínico. O assédio moral pode ser definido como uma violência que acontece no cotidiano e é promovido, na ampla maioria das vezes, por indivíduos que ocupam posições superiores na hierarquia das organizações, contra indivíduos que ocupam posições subordinadas.

A verificação de que o assédio moral tem a sua principal incidência entre iguais, atores que ocupam diferentes postos hierárquicos, mas possuem a mesma vinculação contratual com a organização, revela a existência de um padrão predominante de comportamento eticamente inaceitável, cujas consequências repercutem e comprometem desde o indivíduo até o conjunto da estrutura organizacional e as relações nela celebradas. A origem do problema parece estar ainda na era pré-moderna em que, resgatando os órfãos de Liverpool, os capatazes das fábricas usavam cordas para bater nas crianças que dormiam nas extenuantes jornadas de trabalho. Em ambos os casos, são comportamentos que se repetem e se repetirão enquanto forem aceitos no âmbito das organizações.

Outro aspecto de interesse da ética no âmbito interno das organizações está relacionado à diversidade, um conceito que cresce em importância na produção científica contemporânea. A diversidade, em si uma questão ampla, desenvolve-se a partir dos estudos sobre como as pessoas são em suas características, herdadas ou definidas e estão

representadas ou reconhecidas em um determinado ambiente. Para uma aproximação inicial, com o conceito de diversidade, é apresentado o recorte do artigo “Convivendo com a diversidade cultural”, de Darcy Hanaschiro, publicado na obra *Gestão do Fator Humano, uma visão baseada em stakeholders*:

A diversidade “refere-se a características humanas que fazem as pessoas diferentes umas das outras”³⁶ As fontes de diferenças individuais são complexas, mas podem geralmente ser agrupadas em duas dimensões.³⁷ A **dimensão primária** diz respeito às características sobre as quais uma pessoa tem pequeno ou nenhum controle, ou seja, são biologicamente determinadas, como raça, gênero e idade e alguns atributos físicos como família e sociedade na qual as pessoas nasceram. A **dimensão secundária** inclui características que as pessoas podem adotar, abandonar ou modificar durante sua vida por meio de escolhas conscientes e esforços deliberados. São elas: experiência de trabalho, renda, estado civil, experiência militar, crenças políticas, localização geográfica e educação. (GODOY [et al.], 2014, p. 58).

O conceito de diversidade é contemporâneo, sendo compreendido e valorizado de maneira bastante diferente nas organizações. A contraposição do perfil demográfico brasileiro, elaborado no ano de 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, com pesquisas no âmbito de organizações mercantis, como a realizada pelo Instituto Ethos, em 2006³⁸, revela que o ambiente empresarial brasileiro registra imensas desigualdades de gênero e raça, questões estudadas na dimensão que Hanaschiro definiu como primária.

A preocupação com a participação de mulheres e negros em cargos de direção, previstos nas estruturas organizacionais, tem recebido maior atenção apenas em estudos recentes. Também são poucos os registros de ações afirmativas, ou seja, de medidas de reação objetivando respeitar a diversidade, característica da sociedade, e que, por essa razão, é reproduzida na organização. Quando considerarmos que 50,8% da população são mulheres e que a ocupação dos postos executivos por mulheres é de apenas 10,6%, conforme pesquisa do Instituto Ethos, a conclusão possível é de que ainda estamos bastante distantes de um parâmetro equilibrado de diversidade de gênero nas organizações. Um indicador de ocupação dos cargos por raça apenas referenda o desequilíbrio da informação anterior: enquanto a população branca é de 53,8%, o nível de ocupação dos cargos executivos por brancos chega a 89,4%, segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, em 2006.

36 GOMEZ-MEJÍA, L. R.; BALKIN, D. B.; CARDY, R. L. **Managing human resources**. New Jersey: Prentice-Hall, 1998. P.116. In: GODOY ... [et al.], 2014.

37 LODEN, Marilyn; ROSENER, Judy B. **Workforce america!** EUA: McGraw-Hill, 1991; In: GODOY ... [et al.], 2014.

38 INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo, 2006 In: GODOY ... [et al.], 2014.

De uma forma geral, a participação na força de trabalho de portadores de necessidades especiais cresceu e alcançou uma expressão significativa motivada, exclusivamente, pela existência de norma jurídica impositiva que determina política de cotas. Nas organizações governamentais, a previsão de reserva de cotas para os concursos públicos é historicamente recente, mesmo que cerca de 24,5 milhões de pessoas (14,5% da população total) tenham revelado possuir algum tipo de incapacidade ou deficiência no censo realizado pelo IBGE no ano 2000.

Os estudos da diversidade pressupõem ideias e princípios, como o incondicional respeito humano, cujo potencial parece importantíssimo para a superação de um grave problema encontrado na sociedade pós-moderna: a intolerância. Expressões de intolerância racial, sexual ou religiosa são comuns no ambiente organizacional e não é diferente quando consideramos o ambiente social. Nesse sentido emerge um entendimento de que os estudos da diversidade podem exercer um papel decisivo às necessárias melhorias nas relações tanto no âmbito interno, como nas relações externas entre organizações. Ainda que estejamos distantes do nível necessário de respeito à diversidade, parece que podemos reconhecer um bom caminho a trilhar.

As respostas encontradas na análise revelam indícios de que nada muito diferente do que foi verificado na dimensão externa, ou seja, nas ações que constituem as relações celebradas entre organizações, é verificado quando se analisa a dimensão interna das organizações. Grosso modo, práticas como o trabalho escravo e o trabalho infantil, a corrupção e o nepotismo, são mazelas para uma civilização tanto quanto o são o estresse, o assédio moral e a intolerância racial ou sexual, entre outros. São comportamentos, orientados por valores e crenças, que precisam ser objeto de uma ética centrada na vida, como ensina Hans Jonas.

3.6 RESPONSABILIDADE E *STAKEHOLDERS*

Quando pensamos em responsabilidade uma pergunta parece ser decorrente: Sobre o que ou quem temos responsabilidade? Definir o universo, ou seja, a extensão da responsabilidade é uma premissa necessária quando pensamos sobre ética e responsabilidade nas organizações. Esta necessidade pode ser verificada quando resgatamos, por exemplo, a inequívoca responsabilidade que uma empresa mineradora (como a SAMARCO) tem com o meio ambiente e com todas as comunidades que se utilizam deste para sua existência e subsistência. Por outro lado, igualmente parece ser inequívoco dizer que não se pode atribuir a

responsabilidade de resolver os problemas da fome no mundo ao dono de uma pequena mercearia de uma comunidade regional. Desta forma, a precisão na atribuição de responsabilidade seria uma condição necessária para a análise ética da responsabilidade das organizações.

Quando falamos sobre a responsabilidade das organizações é comum a afirmação genérica de que estas possuem responsabilidades com a sociedade da qual participam. Fruto da ampla afirmação uma pergunta parece importante: Mas quem é essa sociedade da qual faço parte e com a qual tenho responsabilidade? Esta pergunta ganha importância quando considero as amplas possibilidades de intervenção proporcionadas pela interligação tecnológica que instantaneamente aproxima comunidades em diferentes regiões do globo. Quando hipoteticamente analiso a possibilidade de estar fisicamente em um determinado local e de interferir em outro distinto ponto do globo, posso concluir que minha responsabilidade com uma eventual tratativa internacional pode restar evidente, enquanto minha responsabilidade com um fato acontecido em minha comunidade pode ser infinitamente menor ou até mesmo inexistente.

Por força destas razões, o conceito de *stakeholder* parece ser um valioso instrumento à análise da responsabilidade ética das organizações. Para uma primeira aproximação, o conceito é resgatado em parte do artigo assinado por Maria Lúcia Mendes Teixeira e Sílvia Marcia Russi De Domênico, publicado em *Gestão do Fator Humano, uma visão baseada em stakeholders*, do qual se pode fazer o seguinte recorte:

Segundo ele (Freeman), stakeholder é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelo alcance dos objetivos de uma corporação, incluindo tanto quem investe (aposta), financeiramente, na empresa, quanto àquele que influencia de outras formas (fazendo um bom trabalho, por exemplo), ou que, simplesmente, sofre as consequências das ações organizacionais. Os stakeholders, segundo essa definição, são entidades sociais – individuais ou coletivas – que têm (no presente e/ou no futuro) algum tipo de influência capaz de afetar a realização dos objetivos da empresa. Nessa perspectiva, um líder comunitário que hoje não tem, aparentemente, nenhuma contribuição para os lucros de uma indústria localizada próxima à sua comunidade, poderá, se a empresa agir poluindo o solo, realizar algum tipo de manifestação contra ela, afetando a imagem e, conseqüentemente, os objetivos da organização no futuro. (GODOY [et al.], 2014, p. 330).

Sinteticamente, podemos concluir que *stakeholders* são todos aqueles que, de uma forma ou outra, interferem ou recebem interferência de uma organização. Logo, as organizações possuem a condição para determinar, de forma mais precisa, o público, espaço e tempo que um determinado comportamento impactou ou impactará, gerando consequências sobre as quais as organizações são responsáveis. Se admitirmos como verdadeiras as questões

anteriormente apresentadas de que tanto as relações institucionais quanto as relações internas propostas por uma organização possuem capacidade suficiente para impactar um conjunto de coisas, resta definir quem é impactado e em que medida de intensidade isto acontece.

Nesse sentido, o conceito de *stakeholder* parece contribuir para superar a afirmação genérica e vaga de que as organizações afetam ou podem afetar o todo, em diferentes intensidades. Em certa medida, este parece ser um recurso importante na superação de uma limitação que, indiscutivelmente, contribui para a não responsabilização das organizações (se não sei exatamente quem foi afetado, torna-se praticamente impossível dizer no que foi afetado e em que proporções isto aconteceu).

O conceito elástico de *Freeman* – observado no artigo elaborado por Maria Lúcia Mendes Teixeira e Sílvia Marcia Russi De Domênico – parece apresentar uma possibilidade para identificar, de forma mais nítida, o que objetivamente pode ser afetado ou afetar uma organização. A possibilidade de maior precisão pode inclusive permitir reconhecer a intervenção das organizações na vida extra-humana, uma aproximação que sugere responsabilidade sem nível superior às convenções contratuais. Tal como o conceito de *stakeholders* auxilia na identificação de quem são os impactados pela organização no ambiente externo, o mesmo parece acontecer em relação aos comportamentos estabelecidos no ambiente interno das organizações, onde o fator humano, ou seja, as pessoas que a constituem são o *stakeholder*.

Admitida como verdadeira a afirmação de que a responsabilização de uma organização depende da consciência moral, precisamos reconhecer que há uma prévia condição estabelecida, já que a consciência moral é um estado mental, esta acontecerá originariamente no indivíduo. Por sua vez, este indivíduo poderá, ou não, identificar um conflito ético entre o estado de consciência moral e os princípios aceitos pela organização.

Parece importante para o contexto reconhecer que este indivíduo possui valores e comportamentos próprios determinados, parte por princípios com uma origem comum, imaginasse que majoritariamente, e parte por princípios não comuns, imaginasse que minoritariamente com a organização da qual, no momento específico, é parte. O que garante que a ação institucional seja ética se, por exemplo, os princípios que determinarão a ação do agente, um *stakeholder*, estão entre os que não são comuns, pois ainda que em condição minoritária, sua existência e possibilidade é admitida?

De outra forma, talvez simplesmente devêssemos perguntar: É possível que o agente que representa uma organização admita como aceitáveis, no plano pessoal, comportamentos

que a organização não considera aceitáveis? A possibilidade de que a resposta à pergunta seja positiva parece razoável.

3.7 A RECIPROCIDADE NA RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO EXTERNA E A AÇÃO INTERNA DAS ORGANIZAÇÕES

Uma segunda fonte de interesse da ética está na capacidade que os comportamentos – tanto na dimensão interna como na dimensão externa – possuem de recíproca e mutuamente se influenciarem. Para ajudar na reflexão, algumas perguntas parecem oportunas: Pode um sujeito ético sobreviver em uma organização antiética? Por outro lado, as relações institucionais de uma organização, mesmo que tradicionalmente reconhecidas como eticamente responsáveis, podem ser contaminadas pela postura antiética de um dos seus, aqui pensado como alguém com capacidade de intervenção na decisão institucional ou com atribuições de agir em nome desta organização?

Os inúmeros casos de corrupção verificados nas relações institucionais – com registros abundantes na história da humanidade, mas com notória manipulação e revelação na história brasileira contemporânea – demonstram a importância de uma reflexão sobre os padrões de comportamento na relação institucional, ou seja, na relação entre estruturas organizacionais.

Uma análise ética das instituições permite visualizar valores capazes de influenciar não apenas o indivíduo que dela participa, mas também os comportamentos e relações estabelecidas no interior destas organizações. De igual forma, a mesma capacidade parece ser reconhecível em seu sentido contrário, ou seja, na capacidade que uma ação individual e o ambiente interno possuem de influenciar a expressão institucional, ou seja, a expressão externa de uma organização.

Quando percebida de um ponto de vista ético externo, a relação interdependente entre indivíduo e organização parece revelar uma identidade única, uma mesma coisa. Essa unidade pode ser verificada a partir de perguntas como: o juízo ético que pode ser feito de um diretor que utiliza conscientemente do trabalho escravo ou infantil para aumentar sua margem de lucro pode ser feito à empresa que este representa? A ação criminosa de um diretor executivo que corrompe agentes públicos de uma nação subdesenvolvida expressa os valores éticos da empresa em que trabalha? Uma última pergunta: Não havendo conhecimento do mal proposto por um indivíduo, a organização deve ser responsabilizada?

Essas são perguntas interessantes a serem feitas. Quando assistimos declarações públicas de representantes de organizações como um diretor executivo de uma empresa, um governador ou um presidente de um sindicato, parece não haver dúvidas de que suas palavras expressam os princípios preponderantes na organização a qual está representando. Ao mesmo tempo parece ser pouco provável que os princípios observados no indivíduo sejam, em essência, diferentes dos que a organização admite. Em casos de exceção, como em eventos de notório impacto e grande repercussão, como um desastre ecológico, parece ser possível identificar que o indivíduo que representa a organização está sob forte tensão ética, sendo pressionado por princípios internamente consolidados que foram fortemente impactados pelo episódio.

A admissibilidade da tensão ética remete ao reconhecimento de que existe uma corrente, talvez a palavra elástico seja melhor para definir, que interliga indivíduo e organização. Posto isto, por que não considerar a possibilidade de que a ação institucional, a partir da existência de relação elástica, em determinado momento possa influenciar, em maior ou menor intensidade, os princípios do indivíduo que a compõe?

3.8 UMA REFLEXÃO SOBRE OS FINS E OS MEIOS DAS ORGANIZAÇÕES

Como já foi visto antes, quando perguntamos sobre os fins de uma organização, as respostas encontradas revelam a existência de diferentes entendimentos. Uma diversidade de compreensões cuja origem parece estar relacionada ao conceito de organização considerado. Por exemplo: quando partimos do conceito de Marilena Chauí para o qual a estrutura organizacional é um meio³⁹, o objetivo, ou seja, o fim está relacionado “a operações definidas como estratégicas balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define”⁴⁰. Consequentemente, o fim do artefato instrumental estaria restrito à dimensão administrativa e, por esta razão, a “organização tem apenas a si mesma como referência”.

Contudo, mesmo a precisa e específica definição de organização admite que “operações estratégicas” são realizadas gerando – a partir de um poder modificado de intervenção, potencializado principalmente pelos efeitos da técnica – reflexos e implicações

39 Para Marilena Chauí “uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular.” CHAUI, 2004, p.6.

40Ibdem, CHAUI, 2004, p.6.

que se estendem para além dos limites considerados nas estruturas administrativas. Portanto, parece razoável admitir que a fronteira conceitual administrativa não responde, de forma satisfatória e proporcional, à capacidade de intervenção que as estruturas organizacionais possuem na atualidade. Dito de outra forma, ao admitirmos que uma organização pode interferir de forma decisiva nas condições de vida no planeta, precisamos admitir que o fim definido por esta organização não pode ser definido exclusivamente a partir de conceitos meramente administrativos.

Objetivando adequadamente posicionar a questão proposta, Jonas é mais uma vez destacado, desta vez a partir do recorte específico relativo aos meios e aos fins:

Vamos ao outro extremo da série, o tribunal. Ele também é um artefato, nomeadamente uma instituição humana, e nele o conceito, evidentemente, também precede a coisa: foi instalado para fazer justiça. A existência dessa entidade baseia-se nos conceitos de direito e de jurisdição. Aqui, porém, o conceito não só precedeu originariamente a coisa: teve também de penetrá-la a fim de que ela pudesse ser aquilo para que foi criada. Trazido à existência por uma causalidade-fim, também a manutenção do tribunal depende da presença dessa causalidade-fim, como força atuante. (JONAS, 2006, p. 111).

Entre o conceito instrumental de organização proposto por Chauí e o conceito de Jonas, que define o tribunal como um artefato, cujo fim é a promoção de justiça – uma pergunta parece importante: Sendo a promoção da justiça o fim de uma estrutura como o tribunal, quais seriam as dimensões que devem ser consideradas para definir o fim de uma organização?

Quando tratamos exclusivamente de organizações empresariais, parece restar evidente a intrínseca relação existente entre a organização administrativa e lucro, o que parece não ser suficiente para afirmar que desta relação possa resultar um fim, como afirmou Charles Handy⁴¹. De toda forma, não há como deixar de considerar o significativo universo de atores que atribuem enquanto fim às organizações empresariais seus acionistas, ou seja, a responsabilidade exclusiva por gerar lucros. Para estes, uma organização empresarial tem na geração de resultados financeiros um fim claramente definido.

Por outro lado, ainda que a restrição do fim ao lucro possa, a partir do que foi anteriormente afirmado, ser objeto de divergência de entendimento, a restrição em si não parece ser suficiente para determinar que os valores e crenças admitidos por estas organizações estejam eticamente comprometidos. Mesmo entendendo que a restrição de uma

41 O propósito de uma empresa, em outras palavras, não é obter lucros e ponto final. É obter lucros de modo que a empresa possa fazer algo mais, ou melhor. HARVARD BUSINESS REVIEW, 2005, p. 124

organização ao lucro remete a um fim míope e pequeno, é preciso reconhecer que soa descabida a afirmação de que por força desta restrição de entendimento todos os meios e valores utilizados para sua obtenção – lucro – tenham que estar corrompidos.

Quando observarmos os quadros publicados nas sedes empresariais com o destaque da “missão e dos valores praticados” pelas empresas, vamos encontrar um universo significativo de exemplos em que o objetivo “lucro para os acionistas” está acompanhado por expressões como “a partir de postura ética no mercado”. Inúmeras também são as referências de empresas que admitem o lucro enquanto fim, mas que não abdicam da prática filantrópica junto às comunidades onde estão inseridas (outras estendem seus esforços até mesmo para comunidades com as quais não mantêm relação). A experiência empírica permite identificar que entre as organizações empresariais que não promovem filantropia é recorrente o entendimento de que a carga tributária imposta deve ter como objeto a promoção de desenvolvimento econômico e social. Essa é uma lógica em si correta, ainda que se possa questionar a insuficiência dos resultados obtidos pela estrutura tributária frente à necessidade percebida no portão de acesso das empresas e nas ruas de nossas cidades.

Esse conjunto de constatações remete a um entendimento de que a restrição do fim ao lucro não deve sustentar a promoção de uma análise dualista entre os que entendem que o lucro é um fim e aqueles que entendem que o lucro seja um meio. A possibilidade de constituir uma dualidade, bem ou mal, certo ou errado, parece apenas ser capaz de restringir a análise, em nada contribuindo para seu desenvolvimento.

De certa forma parece correto admitir que as relações entre fim e meio, correto ou incorreto, não parecem estar suficientemente harmonizadas. Dito de outra forma, o que venha ser o fim para uma organização não parece ser uma questão que as fronteiras estejam claramente definidas. Se para uma organização o lucro é um fim em si, os valores que nortearão sua ação externa ou determinarão o que é aceitável no ambiente interno deverão ser diferentes dos que os aceitos por uma organização para a qual o lucro é apenas um meio.

A afirmação de que o fim de uma organização não pode ser definido exclusivamente por conceitos administrativos pressupõe que outros conceitos devam ser considerados. Nesse sentido, a dimensão ética parece ser um caminho, uma fonte de inspiração e de inquietação capaz de promover respostas necessárias ao preenchimento da lacuna existente no complexo contexto de que as organizações participam.

3.9 CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

A estruturação de uma análise ética a partir da responsabilidade e do cuidado com a vida pressupõe uma perspectiva mais humanizada⁴² de organização, uma possibilidade que deve ser entendida como um fator de esperança e de motivação para a pesquisa. Mesmo as fragilidades verificadas no comportamento organizacional não parecem ofuscar a possibilidade de reconhecer as virtudes desenvolvidas com o passar do tempo, nem tampouco, o potencial de contribuição que as organizações possuem e que podem redirecionar à construção de uma práxis voltada à superação das limitações éticas verificadas.

Para atender à gigantesca tarefa de promover a justiça e a paz – através de uma alegre celebração da vida, como proposto na *Carta da Terra* – parece não ser sensato preterir qualquer forma de contribuição. Por conseguinte, as organizações precisam ser entendidas como uma fonte potencial de contribuição à construção de um patamar ético de responsabilidade e cuidado com a vida. Uma contribuição que pode ser verificada a partir do resgate da análise feita por Hans Kung sobre ética e religião em uma reflexão oportuna por suas similaridades, da qual se pode fazer o seguinte destaque:

En todos estos contextos es evidente que lá religion há contribuído, en una perspectiva sócio-psicológica, al fomento de lalibertad, al respeto de losderechos humanos y a laimplantacion de la democracia:

- Lasreligionespueden ser autoritárias, tiranas y reaccionarias, y lohan sido condemasiada frecuencia: puede provocar miedo, estrechez mental, intolerancia, injusticia, frustracion e inhibición social; pueden inspirar y legitimar inmoralidad, conflictividad social y guerras em unpueblo o entre pueblos.
- Lasreligionspuedentambién, por otra parte, actuar como instrumento de liberación, de orientación al futuro y de fraternidade, y lohanhechotambiénconfrucuencia: puedenextenderlaconfianza em la vida, la magnanimidade, latolerancia, lasolidaridad, lacreatividad y elcompromiso social: pueden fomentar larenovación espiritual, las reformas sociales y la paz mundial. (KUNG, 2006, p. 67-68).

A análise de Kung sobre a contribuição das religiões na história humana parte da identificação de expressões de autoritarismo, intolerância e injustiça, ou seja, de exemplos de mazelas que podem ser atribuídas às religiões (algumas de muitas outras que podem ser associadas). Reconhecida esta primeira expressão Kung apresenta o que entende ser o papel evangelizador das religiões, ou seja, a promoção da liberdade, da tolerância e da paz mundial. Essas são algumas, entre tantas outras, contribuições essenciais prestadas pelas religiões. Trata-se, portanto, de uma visão crítica que reconhece a importância e a contribuição das religiões na construção de um patamar ético global, mas que não abdica – ao promover um

42 A definição conceitual de organização como estrutura instrumental pressupõe a ideia de um artefato, praticamente uma ferramenta desenvolvida para o uso humano. Sendo instrumental, trata-se, portanto, de uma ideia que pressupõe uma essência não humana.

justo e preciso diagnóstico – de apontar os retrocessos atribuíveis a estas no transcorrer da história.

Por sua vez, quando pensamos sobre a ação das organizações encontramos, da mesma maneira que acontece na análise das religiões de Kung, uma alternância de diferentes contribuições que hora podem ser reconhecidas ora como avanço ora como retrocesso. Nesse contexto, a perspectiva ética até aqui desenvolvida pode ser entendida como o ponto de partida de uma caminhada por uma longa e sinuosa estrada. Do esforço de pesquisa restam reconhecidos e analisados alguns dos perigos de um caminho, cujo horizonte ainda precisa ser explorado. Seguindo a analogia proposta, estaríamos nesse momento, contemplando uma paisagem⁴³ no transcorrer do percurso da estrada. Uma imagem possível, a partir da inspiração daqueles que buscaram, e de muitos que ainda buscam compreender não apenas a estrada, mas também as razões que determinam o caminhar.

Da perspectiva construída a partir de um olhar preocupado com a ética nas organizações, obteve-se o reconhecimento e a análise de práticas, de valores e de muitos dos conceitos admitidos na estruturação e na *práxis* das organizações. Um esforço desenvolvido a partir de uma análise que conjugou conceitos e a vida vivida das organizações⁴⁴.

Desse modo, uma importância de igual valor parece emergir da necessidade de definir o que venha a ser o horizonte possível para essa reflexão. Para uma primeira aproximação com esse horizonte é oportuno lembrar que foi ainda na ética dos antigos que se perguntou, pela primeira vez, sobre o que é a vida boa. Seguindo a esteira da pergunta que perpassa os tempos, podemos pensar sobre quais caminhos podem conduzir nossa esperança até o que possamos identificar como uma real e verdadeira expressão do que venha ser uma vida boa.

A possibilidade de promover uma aproximação com a questão da vida boa – talvez identificar evidências que possam transferir segurança e alguma convicção às muitas incertezas – permite acessar a segunda questão apresentada no problema de pesquisa que estrutura essa dissertação: Qual contribuição pode ser esperada das organizações para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta?

43 O quadro de Caspar Friedrich *Andarilho sobre mar de neblina* é uma expressão interessante.

44 Toda organização que dispõe e exerce poder interfere e gera consequências capazes de impactar a comunidade da vida. Logo, pode ser reconhecida como um vivente. A possibilidade de admitir a organização como um ente vivo aproxima a ideia de que mesmo no artefato instrumental “organização” a vida é imanente.

Parece razoável admitir que a análise do que venha ser a “vida boa”⁴⁵ remete à possibilidade da existência de um modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta. Planeta não só entendido como o único lugar possível para a existência humana, mas também como uma referência à biosfera, ou seja, a comunidade viva que o habita. Esta possibilidade justifica o interesse e o estudo do conceito de desenvolvimento sustentável na próxima etapa da pesquisa.

De hora em diante, um pouco de esperança e a busca por respostas à questão da vida boa se confundirão em ideias e conceitos.

45 A possibilidade de associação da questão filosófica da “vida boa” ao conceito desenvolvimento sustentável decorre do entendimento de que a vida do planeta – para tudo e todos os que nele vivem – não será plena e digna de ser vivida enquanto não celebrar uma relação pacífica, harmônica e equilibrada com as dimensões abarcadas no conceito de desenvolvimento sustentável.

4 RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para o ingresso nesse complexo universo definido como Desenvolvimento Sustentável o resgate e a análise de documentos como o *Relatório Brundtland*, a *Carta da Terra* e a *Agenda 2030* parecem essenciais. São referenciais importantes cuja contribuição precisa ser considerada pelas organizações no difícil processo de busca por expressões que possam ser validadas na definição de um patamar ético de responsabilidade e de cuidado com a vida.

Para uma primeira aproximação com o tema parece importante analisar o amplo leque de alternativas que pode ser admitido na definição do que venha ser desenvolvimento sustentável. Um leque que pode ser apresentado a partir da seguinte pergunta: Seria desenvolvimento sustentável uma ideia, uma visão, um conceito ou uma utopia? A amplitude sugerida pela questão apresentada é proporcional à complexidade encontrada em um tema contemporâneo, cuja aproximação parece essencial em uma reflexão ética sobre responsabilidade e o cuidado com a comunidade da vida.

A busca por respostas à pergunta sobre o que venha ser desenvolvimento sustentável encontra no arcabouço conceitual elaborado pela Organização das Nações Unidas / ONU uma importante fonte referencial, cujo valor pode ser verificado tanto nas definições conceituais amplamente utilizadas, como nos programas institucionais voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

A preocupação da ONU com desenvolvimento sustentável (inicialmente uma preocupação restrita à interferência do homem no meio ambiente) inicia com a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Um século após a Revolução Industrial os efeitos e reflexos da ação do homem tecnológico eram visíveis em praticamente todo o globo e a preocupação das Nações Unidas com o tema tornou-se não apenas plenamente justificável, mas absolutamente necessária. Na linha do tempo da Agenda 2030, o mais atual programa de metas da ONU para a promoção do desenvolvimento sustentável, o documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*, ocupa a condição de referencia teórica primeira. Trata-se, portanto, de uma elaboração basilar em que o conceito hoje mais amplamente aceito para o estudo do tema é dessa forma apresentado: “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras atenderem também as suas”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9).

O conceito basilar de desenvolvimento sustentável, apresentado no *Relatório Brundtland*, propõe a responsabilidade da humanidade com as gerações futuras, uma premissa comum com a ética da responsabilidade de Hans Jonas. A identificação reforça a ideia de que estudos sobre desenvolvimento sustentável podem proporcionar uma importante contribuição às análises sobre uma ética para a civilização tecnológica, como proposto por Jonas.

Antes ainda de avançar na análise do conceito de desenvolvimento sustentável, parece importante destacar que a definição apresentada no *Relatório Brundtlandé* tida como basilar por proporcionar as condições para que o arcabouço conceitual fosse amplamente desenvolvido. Trata-se, portanto, de um conceito fundamental para o reconhecimento das três dimensões que hoje são amplamente aceitas na definição de desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

4.1 UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR E TRANSDICCIPLINAR DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como apresentado no *Relatório Brundtland*, os estudos sobre desenvolvimento sustentável são multidisciplinares e interdisciplinares e proporcionam, através da riqueza de conceitos considerados, uma visão abrangente e inclusiva – o que parece ser uma consequência da diversidade conceitual que estrutura a análise e das inúmeras áreas de intersecção possíveis de verificação na análise interdisciplinar das três dimensões destacadas. Dessa maneira, no exercício de aproximação com o que pode ser definido como sendo desenvolvimento sustentável, a recepção do conhecimento parece acontecer mais pela análise interdisciplinar dos conceitos, algo possível de verificação nas diversas áreas de intersecção, do que na análise conceitual isolada dos conceitos específicos.

Essa afirmação pode ser percebida quando, por exemplo, são analisados os efeitos da pobreza sobre o meio ambiente. No exemplo específico percebe-se que a melhor expressão do conceito de desenvolvimento sustentável está refletida na área de intersecção dos problemas pobreza e degradação ambiental e não na análise isolada de pobreza ou de meio ambiente. Nesse sentido, um novo resgate do *Relatório Brundtland* parece oportuno para a adequada percepção da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade referenciada:

Os governos e as instituições multilaterais tornam-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente, muitas formas de desenvolvimento desgastam

os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deteriorização do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade industrial. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p. 4).

No preâmbulo da *Agenda 2030*, consta a referência de que a erradicação da pobreza, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito para o desenvolvimento sustentável. Um requisito absolutamente claro, cujo desafio segue posto desde a publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987 ou, dito de justa forma, desde que existem os primeiros registros de organização humana. Por isso, a percepção do conceito de desenvolvimento sustentável encontra nas questões relativas à pobreza um componente, um aspecto que é, ao mesmo tempo, causa e consequência da degradação e da deterioração ambiental. Um aspecto que, quando analisado em um horizonte interdisciplinar compõe, tem significado e pode ser entendido enquanto uma das variáveis capazes de determinar, ou não, a possibilidade de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A interdisciplinaridade, como a multidisciplinaridade, são traços marcantes e essenciais do conceito de desenvolvimento sustentável. Dos estudos conceituais parece restar evidente que a recepção do conhecimento pela interdisciplinaridade é uma das principais características (a primeira destacada) de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o resgate de Jayme Paviani torna-se oportuno para o adequado entendimento de interdisciplinaridade:

A verdadeira interdisciplinaridade realiza a articulação dos saberes, pois não é possível alcançar a ciência, a episteme, sem considerar que o conhecimento é igualmente um fazer, uma *techné*, e um agir, uma *fronesis*. O trabalho científico e pedagógico inter-relaciona tipos diferentes de conhecimentos. Conhecer pode consistir em identificar as causas de algo, a causalidade que movimenta a organização do conhecimento, mas isso implica saber tomar decisões, optar por ações possíveis, avaliar e, igualmente, saber agir dentro de padrões éticos aceitos pela sociedade. (PAVIANI, 2014, p. 8).

A característica interdisciplinar e multidisciplinar não é a única similaridade que pode ser observada nas diferentes elaborações e programas dirigidos ao desenvolvimento sustentável. Quando analisamos o método utilizado à elaboração teórica, verifica-se que, mesmo em diferentes momentos, o processo participativo e inclusivo—capaz de harmonizar diferentes entendimentos, valores e crenças— constitui uma segunda característica comum perceptível nas elaborações sobre desenvolvimento sustentável.

A contribuição desta segunda característica não está restrita ao quesito qualitativo dos documentos elaborados, mas pode também ser verificada na condição facilitada de receptividade ao conhecimento produzido. Uma percepção que pode ser reforçada a partir da manifestação de Gro Harlem Brundtland⁴⁶ quando expressa sua gratidão pelo trabalho da Comissão Mundial do Meio Ambiente na elaboração do *Relatório Brundtland*. Nas palavras de Gro, uma comissão formada por membros que chegaram “...com opiniões e perspectivas diferentes, valores e crenças diferentes, experiências e noções muito diferentes” e que “Após três anos de trabalho em comum, viagens, troca de experiência e debates... apresentaram um relatório que é de todos.”⁴⁷. Esse “relatório que é de todos”, como dito por Gro parece ser uma das razões que determinam uma condição diferenciada de receptividade ao conhecimento, uma característica comum nos estudos sobre desenvolvimento sustentável.

A integração destas características comuns identificadas – a interdisciplinaridade com o método participativo e inclusivo – parece revelar um paradoxo em que a complexidade e a receptividade são partes integrantes perceptíveis na expressão do que venha ser desenvolvimento sustentável. Um paradoxo que encontra condições para ser adequadamente compreendido a partir de uma abordagem transdisciplinar, um conceito assim definido por Paviani:

A condição epistemológica da transdisciplinaridade, numa primeira definição, reside na possibilidade de ultrapassar o domínio das disciplinas formalmente estabelecidas e, numa segunda definição, consiste na possibilidade de estabelecer uma ponte entre os saberes. Isto é, entre a ciência, a arte, a religião, a política, etc. Além de transcender as relações internas e externas de duas ou mais disciplinas, a transdisciplinaridade aponta para a exigência de uma maturidade intelectual, para uma espécie de sabedoria em que se põem em contato a ciência com a vida, as manifestações éticas e estéticas, os valores e as normas sociais. (PAVIANI, 2014, p.22).

Nesse sentido, enquanto a característica interdisciplinar pode ser reconhecida na capacidade que o conceito apresenta de articular diferentes conhecimentos, a transdisciplinaridade pode ser verificada na capacidade que este conceito tem de ultrapassar os limites de cada área de conhecimento e de estabelecer pontes entre os saberes. Por conseguinte, estaríamos frente a mais um traço característico do conceito de desenvolvimento

46 Médica e diplomata norueguesa foi a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de governo do seu país. Na ONU participou da comissão especial que cuidou das mudanças climáticas. Foi a Presidente da Comissão Mundial do Meio Ambiente, que elaborou o documento *Nosso Futuro Comum*. Por sua liderança, assim como pela importância do Relatório para o tema desenvolvimento sustentável, o documento é também conhecido como *Relatório Brundtland*.

47 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p. XVII do Prefácio da Presidente.

sustentável: a transdisciplinaridade. Um traço que pode ser verificado no documento *A carta da terra*, cujo processo de elaboração primou por colher a sugestão de milhares de pessoas que foram ouvidas em praticamente todos os continentes do globo e que é dessa forma apresentada por Leonardo Boff:

A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções incluídas. Ela representa um grito de urgência face as ameaças que pesam, sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e Humanidade. (BOFF, 2000).

A harmonização de valores, de opiniões, de culturas e de crenças proporciona ao desenvolvimento sustentável um horizonte abrangente que, por esta razão, enseja atenção quanto aos perigos de uma imprecisão conceitual. Um perigo que também pode ser verificado em seu extremo, ou seja, na restrição de entendimento expressa pela afirmação de que desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável devem ser entendidos como sinônimos.

Esta última preocupação pode ser observada no prefácio de *Desenvolvimento sustentável, o desafio do século XXI*, de José Eli da Veiga, em que Ignacy Sachs⁴⁸ cita Celso Furtado para iniciar a apresentação do tema afirmando que desenvolvimento sustentável e desenvolvimento econômico não são – e nem mesmo podem ser – uma mesma coisa, ainda que um seja parte de outro. Ao iniciar o prefácio apresentando uma diferenciação, Sachs afasta a restrição e, ao mesmo tempo, promove uma aproximação com as três dimensões amplamente aceitas nos estudos de desenvolvimento sustentável, tal como é possível verificar no recorte do prefácio da obra de Veiga:

Por isso, em última instância, o desenvolvimento sustentável depende da cultura, na medida em que ele implica a invenção de um projeto. Este não pode se limitar aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o provir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na realidade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem por escalas de tempo e escalas espaciais distintas. A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em *desenvolvimento sustentável*. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente

48 Economista polonês, naturalizado francês, chegou ao Brasil em 1941 onde permaneceu até 1954. Trabalhou na organização da primeira conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, realizada em Estocolmo, durante a qual foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). É autor do conceito de ecodesenvolvimento, uma elaboração que contribuiu para o conceito de desenvolvimento sustentável.

includente, ambientalmente *sustentável* e economicamente *sustentado* no tempo. (VEIGA, 2010, p.10).

A definição conceitual de Sachs evidencia a diferença existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável, uma afirmação que pode ser verificada nos distintos níveis de abrangência admitidos por cada um dos conceitos. Do destaque de Sachs resta evidente um importante requisito ou relação: para que haja desenvolvimento sustentável faz-se necessário haver desenvolvimento econômico⁴⁹.

A relação causal verificada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável é caracterizada por uma condição que atribui a ambos os conceitos a possibilidade recíproca de alternar sentidos, hora desenvolvimento econômico sendo causa e desenvolvimento sustentável sua consequência, da mesma maneira que seu inverso pode ser igualmente verdadeiro. Uma relação da qual parece emergir uma espiral tautológica e que foi descrita no *Relatório Brundtland* (na análise desenvolvimento econômico e meio ambiente), da seguinte forma:

Estas alterações correlatas criaram novos vínculos entre a economia global e a ecologia global. No passado, nos preocupamos com os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente. Agora temos de nos preocupar com os impactos do desenvolvimento ecológico – degradação de solos, regimes hídricos, atmosfera e florestas – sobre nossas perspectivas econômicas. Mais recentemente tivemos que assistir ao aumento acentuado da interdependência econômica das nações. Agora temos de nos acostumar a sua interdependência ecológica. A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional e mundial – numa rede inteiriça de causas e efeitos. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p. 5).

A possibilidade de existir uma íntima relação entre economia e ecologia não é matéria consensual. Ainda que economia seja “muitas vezes definida como a ciência que estuda a escassez ou a ciência que estuda o uso dos recursos escassos na produção de bens alternativos” (MONTELLA, 2004, p. 3), sua relação com a ecologia é negada (ou tida como não importante), pela principal parte dos economistas. Uma relação conflituosa, cercada de divergências e que precisa ser melhor analisada. Para tanto, parece oportuno uma segunda abordagem do conceito de desenvolvimento sustentável.

4.2 UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

⁴⁹ Sendo a condição verdadeira, estaríamos frente a um indicativo que remete e reforça a ideia de que o dinheiro e o lucro são meios, mas não fins? A possibilidade de que a resposta à pergunta seja afirmativa reafirma uma conclusão parcial verificada em diferentes análises estabelecidas no transcorrer do esforço de pesquisa da presente dissertação.

Para além da abordagem interdisciplinar e transdisciplinar do conceito de desenvolvimento sustentável, podemos ainda propor uma segunda forma de aproximação: o estudo individualizado e específico dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, um caminho alternativo cujo percurso paralelo parece promissor. Para fazer esta análise específica dos conceitos os estudos desenvolvidos por José Eli da Veiga, de *Desenvolvimento Sustentável, o desafio do século XXI*, proporcionam um interessante e oportuno caminho a ser seguido. Um caminho que tem início com a análise individualizada e especificado conceito de desenvolvimento:

Jane Jacobs começa com as seguintes questões: de onde vêm as coisas novas? Por que as coisas não são como sempre foram? Qualquer tentativa de responder a tais perguntas revelará que, em sentido amplo, o desenvolvimento deve ser definido como uma mudança qualitativa significativa, que geralmente acontece de maneira acumulativa. (VEIGA, 2010, p. 52).

A nota apresenta o conceito de desenvolvimento como uma mudança, ou seja, algo deixa de ser como é e passa a ser diferente. Este algo diferente, por sua vez, pressupõe que existam alterações significativas, ou seja, que as mudanças possam ser percebidas (um resultado verificado, em grande escala, em processos acumulativos). Trata-se, portanto, de uma lógica aplicável tanto a seres vivos como a seres inanimados, sendo que o autor apresenta formas de desenvolvimento com grandes variações através de exemplos como: o desenvolvimento do delta de um rio, de uma planta ou de um animal. Dos exemplos apresentados resta, em comum, a possibilidade de entender desenvolvimento a partir da abordagem de um processo natural, um método por Veiga estruturado em três princípios:

A essência de sua definição era a seguinte: diferenciações emergindo de generalidades. Apenas quatro palavras, mas que descrevem desenvolvimento em todas as escalas de tempo e de dimensão, seja animado ou inanimado. O segundo princípio é o de que as diferenciações se tornam generalidades das quais emergem novas diferenciações. Em outras palavras, desenvolvimento é um processo aberto que cria complexidade e diversidade, porque múltiplas generalidades são fontes de múltiplas diversificações – algumas ocorrendo simultaneamente, em paralelo, outras em sequência. Portanto, um simples processo básico, quando se repete, se repete e se repete, produz atordoante diversidade. E o terceiro e último princípio diz quedesenvolvimento depende de co-desenvolvimento. Não adianta pensar o desenvolvimento de forma linear, ou mesmo como um conjunto de linhas abertas. Ele opera como uma rede de co-desenvolvimentos independentes. Sem essa rede não há desenvolvimento. (VEIGA, 2010, p. 52-53).

A elucidação de que o desenvolvimento deva ser entendido como um processo aberto, capaz de gerar uma rede de co-desenvolvimento, constitui uma importante

contribuição epistemológica para a específica e determinada tarefa de compreensão do conceito que associa desenvolvimento com mudança. Todavia, a percepção em si da contribuição epistemológica não pressupõe que o processo de desenvolvimento – em especial quando resgatamos a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade do conceito de desenvolvimento sustentável– possa acontecer de forma natural, ou seja, sem a adoção das indispensáveis providências para que os objetivos determinados para atenderas três dimensões do conceito mais amplamente aceito de desenvolvimento sustentável sejam atendidos.

Esta preocupação com o processo natural de desenvolvimento foi apresentada por Veiga para quem “O processo não vai junto, magicamente. Pensar que as coisas, por si mesmas, são suficientes para promover o desenvolvimento cria falsas e fúteis expectativas. Pior ainda, evita providências que poderiam efetivamente promover desenvolvimento.” (VEIGA, 2010, p. 55).

No ano de 2017, a Organização Não Governamental OXFAM Brasil publicou o documento *A distância que nos une, um retrato da desigualdade brasileira*, contendo um conjunto de dados e informações que vão ao encontro da preocupação apresentada por Veiga em relação à possibilidade de um processo natural de desenvolvimento. A convergência entre a preocupação de Veiga e os resultados da pesquisa apresentada pela OXFAM pode ser observada a partir da análise dos dados relacionados à redução das desigualdades sociais e às políticas de valorização das mulheres. Nesse sentido, um primeiro destaque é promovido em relação à desigualdade social:

Precisamos falar sobre desigualdades. No mundo, oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. No Brasil, a situação é pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. (OXFAM BRASIL, 2017, p. 6).

Por sua vez, em relação às desigualdades de gênero, o relatório *A distância que nos une, um retrato da desigualdade brasileira*, apresenta a seguinte análise:

No caso de mulheres, apesar de terem escolaridade média superior à dos homens – 8,4 anos de estudo e 8, respectivamente – é ainda mais flagrante a diferença salarial considerando as mesmas faixas educacionais (Gráfico 18). Mulheres com ensino médio completo ganham, em média, R\$ 1.338,00, 66% do que ganham os homens de igual escolaridade (R\$ 2.023,00). Na faixa de ensino superior completo, mulheres ganham R\$ 3.022,00 em média, apenas 63% do que ganham homens com o mesmo nível educacional (R\$ 4.812,00). (OXFAM BRASIL, 2017, p. 64).

Inicialmente parece oportuno destacar que os resultados apurados na pesquisa apontam a assertividade da vinculação dos dois objetivos à promoção do desenvolvimento sustentável: a redução das desigualdades sociais e a valorização da mulher. Basta que se reconheça a dimensão e, por consequência, o impacto decorrente dos resultados apurados em ambos os indicadores pela pesquisa da OXFAM.

Quando admitimos o conceito de desenvolvimento através da ideia de um processo aberto, que pressupõe co-desenvolvimento e capaz de gerar mudança significativa, a possibilidade de que uma nação possa alcançar patamares de desenvolvimento econômico – portanto apenas um dos âmbitos do conceito de desenvolvimento sustentável em um cenário onde os 5% da população mais rica acumulam o equivalente a 95% do restante da população – dificilmente deverá ser entendido como outra coisa que não seja mero exercício de retórica. Ainda que se possa reivindicar a existência de ciclos de crescimento, como é possível verificar na história econômica brasileira, a simples consideração do conceito estudado de desenvolvimento parece ser, por si só, suficientemente esclarecedora da impossibilidade posta. Frente a esta prévia consideração, a possibilidade de que o desenvolvimento possa acontecer naturalmente parece não fazer sentido.

No que diz respeito à questão de valorização das mulheres, os dados apresentados pela OXFAM apenas reforçam a impossibilidade de que um processo natural de desenvolvimento possa acontecer e reverter um cenário histórico de desigualdade. Mesmo que sinais de redução do nível de desigualdade venham sendo verificados com o passar do tempo (o papel social das mulheres na pós-modernidade é muito diferente do verificado no início da era moderna), a pergunta a ser feita é por quanto tempo ainda será imposto às mulheres a continuidade de uma das principais injustiças promovidas entre semelhantes: a desigualdade entre dois gêneros humanos.

Parece importante reconhecer que o estudo do conceito de desenvolvimento a partir da biologia e da geologia (duas ciências com diálogo permanente na dimensão ambiental do conceito interdisciplinar de desenvolvimento sustentável) permite uma aproximação harmoniosa com a economia (outra das três dimensões do conceito interdisciplinar de desenvolvimento sustentável). Dessa maneira, tanto a justificação como a compreensão da presença do conceito de desenvolvimento no conceito interdisciplinar de desenvolvimento sustentável tem sua compreensão facilitada e pacificada.

4.3 UMA ABORDAGEM DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Por sua vez, a análise do conceito específico de sustentabilidade revela um nível de entendimento e de consenso diferente do verificado na análise específica do conceito de desenvolvimento. O pacificado entendimento verificado no conceito de desenvolvimento parece não poder ser observado nas análises de sustentabilidade, pois a definição conceitual não encontra o mesmo nível de precisão, como podemos ver a partir de um novo recorte da obra de Veiga:

Acontece que estão justamente nas fraquezas, imprecisões e ambivalências da noção de sustentabilidade as razões de sua força e aceitação quase total. [...] E isso só foi possível exatamente porque ela não nasceu definida: seu sentido é decidido no debate teórico e na luta política. Sendo assim, sua força está em delimitar um campo bastante amplo em que se dá a luta política sobre o sentido que deveria ter o meio ambiente no mundo contemporâneo. Além disso, esse conflito está ancorado, em última instância, nas diferentes visões sobre a institucionalização da problemática ambiental. (VEIGA, 2010, p. 164).

Da nota de Veiga restam evidentes duas questões: o apontamento objetivo da definição fundamental e pacificada sobre sustentabilidade, ou seja, a dimensão ambiental e as indefinições e os conflituosos entendimentos quanto ao sentido que o meio ambiente deve ocupar no conceito multidisciplinar e interdisciplinar de desenvolvimento sustentável.

Posta a complexidade do conceito de sustentabilidade e a necessidade de que seu sentido seja definido no debate teórico e na luta política, duas diferentes perspectivas de aproximação parecem emergir. A primeira perspectiva parte da definição de sustentabilidade como meio ambiente, ou seja, da consideração de uma abordagem que remete a ideia de recursos e, por consequência a uma aproximação com a ciência econômica. Por sua vez, uma segunda perspectiva de aproximação pode ser verificada no conceito de sustentabilidade que parte da teoria de Gaia, ou seja, da possibilidade de compreender o meio ambiente e o homem como parte de um todo vivo e da possibilidade de considerar como sustentável tudo o que se refere ao planeta.

A possibilidade posta de reconhecer duas distintas perspectivas de aproximação não pressupõe a existência de uma dualidade, mas apenas a possibilidade de acessar a montanha por duas encostas diferentes, o que se espera fazer a partir da riqueza existente em ambas as perspectivas de aproximação apresentadas.

Quando estruturado a partir da definição 'meio ambiente' o conceito de sustentabilidade proporciona um acesso à questão ecológica a partir da existência de recursos naturais que são classificados como renováveis e não renováveis. Desse modo, a definição

meio ambiente proporciona uma clara aproximação com a economia, uma ciência em que correntes distintas alternam visões conflitantes sobre a importância da sustentabilidade, ou seja, sobre o impacto da atividade e do crescimento ou desenvolvimento econômico no meio ambiente, como antes referenciado.

Uma aproximação possível a partir do reconhecimento da presença da dimensão econômica no conceito de desenvolvimento sustentável pode acontecer a partir de perguntas como: É possível promover desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente? Em decorrência da capacidade de intervenção modificada do homem, o estado atual do meio ambiente ainda admite a possibilidade de desenvolvimento mesmo que sustentável? Em termos de crescimento e desenvolvimento, sustentável ou não, até onde poderemos chegar com os níveis atuais de estoques dos recursos não renováveis? Que tipos de recursos substitutos precisam ser desenvolvidos e quais são os requisitos que devem ser observados para a validação ou não da condição de substituto?

Estas são apenas algumas perguntas entre as muitas possíveis a partir da associação entre meio ambiente e economia. Um novo acesso ao arcabouço conceitual de desenvolvimento sustentável permite a constatação de que a aproximação entre as duas dimensões tem uma primeira expressão em abril de 1968, na fundação do Clube de Roma, uma organização internacional que analisou questões como a pobreza e o meio ambiente; a diminuição dos recursos naturais; a expansão urbana descontrolada; o crescimento populacional e o desemprego. Um esforço de elaboração que quatro anos mais tarde influenciaria a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, de onde se podem fazer os seguintes destaques:

1. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo o que cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma. 6. [...] A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantêm as metas fundamentais já estabelecidas de paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1972, p. 1-2).

As distintas correntes econômicas sustentam diferentes teses sobre a relação com o meio ambiente e podem ser dessa maneira classificadas: aqueles que não acreditam existir qualquer tipo de dilema entre crescimento econômico e conservação ambiental; aqueles que acreditam que os níveis atuais de exploração já tenham alcançado níveis insuportáveis para a

continuidade da exploração do meio ambiente e os que acreditam na visão panglossiana de que o desenvolvimento produzirá alternativas para o crescimento contínuo através da descoberta de substitutos tecnológicos capazes de fazer com que os recursos renováveis se recuperem e que os não-renováveis possam ser substituídos.

Ainda que não seja objeto de interesse específico da pesquisa embrenhar-se na complexa e interessantíssima análise das relações existentes entre ecologia e economia, uma breve análise das três distintas correntes parece importante tanto para o seu melhor reconhecimento, como para estabelecer laços de entendimento com os aspectos éticos da atuação das organizações, um conteúdo explorado em etapas antecedentes do esforço de pesquisa.

A primeira tese parte da possibilidade de que não exista qualquer dilema entre crescimento econômico e conservação ambiental. Trata-se, portanto, de um polo extremo de pensamento, para o qual, eventuais prejuízos ambientais verificados apenas acontecem em decorrência do reduzido nível de desenvolvimento econômico, sendo a intervenção no meio ambiente promovida pelo homem incapaz de causar reflexos que possam prejudicar as condições de vida no planeta.

Para essa corrente de pensamento, o crescimento econômico só prejudicaria o meio ambiente enquanto o nível de riqueza per capita auferida for insuficiente para alcançar o nível necessário de inversão da curva, fazendo com que o crescimento econômico possa melhorar a qualidade ambiental. A tese estabelece uma relação direta entre PIB e meio ambiente e tem sido chamada de “curva ambiental de Kuznets⁵⁰”. Em 1995, ou seja, após a apresentação pela ONU do Relatório Brundtland, Gene M. Grossman e Alan B. Krueger apuraram em US\$ 8 mil de renda per capita o ponto de mudança da curva capaz de reverter a condição de degradação para recuperação ambiental de uma nação.

A análise de uma tese estruturada a partir da pressuposição de que o crescimento econômico é, por si só, capaz de resolver um problema de magnitude global (como a questão ambiental) não deve ser classificado como surpreendente. Não há como deixar de reconhecer que a predominante confiança mantida na economia de mercado exerce decisiva influência no universo das decisões humanas, uma constatação que pressupõe a abrangência da questão ambiental. Ocorre que este parece ser um polo extremo de pensamento, cuja elaboração

50 Simon Kuznets recebeu o Prêmio Nobel de Economia ao apresentar a tese de que haveria uma lei que regeria a relação entre o crescimento do PIB e a desigualdade de renda. Para Kuznets haveria uma curva onde o crescimento da desigualdade de renda verificado no início seria revertido a partir de um nível de crescimento do PIB. Sustenta a conhecida tese econômica de que primeiro devemos fazer o bolo crescer para depois dividir.

teórica não apresenta perspectivas para questões como a apresentada por Philip Kotler sobre os problemas ambientais que nos assombram, de onde se pode fazer o seguinte recorte:

Tim Jackson, no livro *Prosperidade sem crescimento: economia para um planeta finito*, assinala que, embora estejamos obtendo mais produção para qualquer carbono que emitimos na atmosfera (tornamo-nos 25% mais eficiente globalmente nos últimos 40 anos), nossa produção de carbono efetiva aumentou em 80%. Um número maior de pessoas está descobrindo maneiras de queimar combustível fóssil. Jackson descreve nossa excessiva utilização de materiais importantes como cobre, bauxita e minério de ferro. Ele ressalta que, se o resto do mundo alcançasse nosso nível econômico, as reservas mundiais seriam exauridas em 20 anos. Ele diz que estamos viciados em desejar novos produtos, e estes, por sua vez, devem ser constantemente atualizados, conduzindo a uma “sociedade perdulária”. (KOTLER, 2015, p. 149-150).

Resta da nota, com especial clareza, tanto a evidência da finitude dos recursos não renováveis como a característica perdulária do modelo atual de sociedade predominante nos países onde a economia de mercado está consolidada. Ainda que a referência de Kotler seja os Estados Unidos da América, o nível de consumo existente na ampla maioria dos países da Europa, bem como em países da Ásia, poderia ser catalogado também como insustentável. Por conseguinte, precisamos definir como insustentável a possibilidade de extensão dos padrões atuais de consumo aos povos que habitam as nações classificadas como subdesenvolvidas, como é o caso da África subsaariana, das populações de baixa renda dos países em desenvolvimento e no Brasil das classes C e D.

Do ponto de vista ético, o comportamento perdulário de consumo constitui a preocupação principal, um *malum* capaz de por em risco não só a possibilidade de vida e de um modo de vida para as gerações futuras como também para a geração atual ou de todos que hoje têm a expectativa de vida superior a vinte anos. Por ser uma análise fundamental para a reflexão ética proposta, o necessário aprofundamento da relação entre ética e desenvolvimento sustentável acontecerá em etapa posterior da pesquisa.

Por sua vez, a segunda tese está centrada na hipótese cética de que a exploração atual do meio ambiente tenha atingido níveis insuportáveis, não mais sendo possível sua continuidade, ou seja, a possibilidade de persistir com a ideia de crescimento econômico. Trata-se, portanto, de uma tese que se opõe radicalmente à primeira e, por esta razão, está em seu extremo oposto. Também é importante dizer que, para autores como James Lovelock, a possibilidade de haver desenvolvimento sustentável não mais se justifica, pois ela é uma solução tardia, hoje incapaz de fazer frente aos danos feitos pelo homem no planeta. Este entendimento pode ser verificado na obra, *A vingança de Gaia*, de onde se faz o seguinte recorte do entendimento de Lovelock:

Quando ouço a expressão desenvolvimento sustentável, recorro a definição dada por Gisbert Glaser, o consultor sênior do International Council for Science, que declarou num artigo opinativo para o boletim informativo do IGPB (Programa Internacional da Geosfera-Biosfera): “O desenvolvimento sustentável é um alvo móvel. Representa o esforço constante em equilibrar e integrar os três pilares do bem-estar social, prosperidade econômica e proteção ambiental em benefício das gerações atual e futura.” Muitos consideram esta política nobre moralmente superior ao laissez-faire de deixar as coisas como estão. Infelizmente, para nós, esses dois enfoques totalmente diferentes, um a expressão da decência internacional, o outro, das forças de mercado insensíveis, levam ao mesmo resultado: a probabilidade de mudança global desastrosa. O erro que compartilham é a crença de que mais desenvolvimento é possível e a Terra continuará mais ou menos como agora pelo menos durante a primeira metade deste século. Duzentos anos atrás, quando a mudança era lenta ou nem sequer existia, talvez tivéssemos tempo para estabelecer o desenvolvimento sustentável, ou mesmo continuar por algum tempo deixando as coisas como estão, mas agora é tarde: o dano foi cometido. (LOVELOCK, 2006, p. 16 e 17).

A consideração nesta etapa do esforço de pesquisa da possibilidade posta por Lovelock de que o desenvolvimento sustentável seja uma solução tardia, portanto ineficiente para a questão ambiental, constitui um registro inquietante e, ao mesmo tempo, instigante. Seria verdadeira a tese apresentada de que a interferência humana teria causado danos irreversíveis ao planeta? Haveria possibilidade de reversão e de recuperação ou a humanidade estaria, de forma definitiva, condenada à extinção?

Na década de setenta, o economista Nicolas Georgescu-Roegen apresentou teses evolucionistas e recomendações sobre o que pode ser identificado como um programa mínimo de bioeconomia. Ao afirmar que a economia passaria por um lento processo que culminaria em sua absorção pela ecologia Georgescu alcançou praticamente a rejeição unânime de seus pares, promovendo, como consequência, um mal estar internacional no círculo da economia. Não satisfeito em pregar o fim do status de prevalência da economia – uma decorrência de sua previsão de absorção da economia pela ecologia – Georgescu apresentou a tese de que não apenas era impossível manter o nível de crescimento econômico, como seu inverso se faz necessário, ou seja, é necessário promover a retração econômica.

Assimilar o processo econômico a um modelo mecânico é admitir o mito segundo o qual a economia é um carrossel que de nenhuma maneira pode afetar o ambiente composto de matéria e energia. A conclusão evidente é que não há necessidade de integrar o ambiente no modelo analítico do processo. E a oposição irreduzível entre mecânica e termodinâmica vem do segundo princípio, a Lei da Entropia. (GEORGESCU-ROEGEN, 1973, 38. apud VEIGA, 2010, p. 120).

A inconveniência das ideias de Georgescu teve como consequência sua excomunhão e banimento da comunidade econômica internacional. Se a possibilidade de promover

desenvolvimento sustentável não constitui um ponto pacífico entre economistas, como admitir – principalmente diante dos parâmetros de mercado – a hipótese de promover a retração econômica?

Georgescu e Lovelock são dois pensadores da ecologia que convergem em vários pontos e não apenas em relação à questão da impossibilidade de manutenção do processo de crescimento econômico. Ambos alertam sobre os efeitos do aquecimento global, um ponto crítico da análise do modelo atual de desenvolvimento, da mesma maneira que comungam de uma visão de mundo onde a vida humana não ocupa um papel antropocêntrico, reforçando a ideia de uma comunidade global da vida. A identificação de um ponto extremo de pensamento tende pressupor que seu autor está restrito ou deve ser resumido ao ponto extremo identificado, o que pode ser verdadeiro em determinados casos, mas não parece ocorrer quando consideramos os dois autores citados. A preocupação com a vida na terra é o ponto comum mais amplamente verificado tanto na elaboração de Georgescu como na de Lovelock. Neste sentido, parece mais que razoável supor que seus preocupantes prognósticos precisam ser considerados como um alerta em toda e qualquer análise que trate do futuro do planeta e, por consequência, da comunidade da vida.

A esperança aristotélica de encontrar um justo meio termo entre as posições extremas defendidas por um lado por Grossman e Krueger e, por outro, por Georgescu e Lovelock, encontra duas diferentes teses, nuances das teses originárias, para ser objeto de análise. A primeira destacada é a defendida por Robert M. Solow⁵¹, uma tese tida como panglossiana que parte dos princípios defendidos na tese de Grossman e Krueger.

Para Solow, a combinação de trabalho humano, capital produzido e recursos naturais determinará que qualquer recurso natural finito – que por essa razão se demonstrar limitante ao processo produtivo – será substituído pela força da combinação dos três elementos destacados. Por conseguinte, as limitações impostas pelas restrições dos recursos ambientais seriam transitórias e seus efeitos restritos ao tempo necessário para que houvesse a invenção de um bem ou recurso substituto.

A tese extremamente otimista de Solow – mais tarde definida como sustentavelmente fraca por admitir a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e finitos – ganhou outras versões sustentavelmente mais fortes. Contudo, mesmo a tentativa de elaborar definições mais precisas para a sustentabilidade, enquanto administração eficiente da

51 Solow foi o primeiro economista agraciado com o prêmio Nobel de Economia – recebido em 1987 por “sua contribuição à teoria do crescimento econômico” – a abordar o tema sustentabilidade.

escassez, não foi suficiente para pacificar ou encontrar um justo meio termo com os defensores das teses de Georgescu e Loveloc.

Por sua vez, Herman E. Daly parte da condição estacionária – elaborada por economistas clássicos, em especial por John Stuart Mill – para apresentar uma tese menos pessimista das ideias de Georgescu. Resumidamente, para Daly, desenvolvimento sustentável quer dizer desenvolvimento sem crescimento, ou seja, uma economia estável, ainda que não estática. Entre as ideias que sustentam a tese de Daly está a de que tanto o crescimento da população como o crescimento da produção não podem exaurir os recursos, um pressuposto que impõe a necessidade de respeitar as condições para sua regeneração.

A análise de uma tese mais branda de Georgescu, construída a partir das ideias de John Stuart Mill, um dos mais reconhecidos e proeminentes defensores do utilitarismo e do liberalismo, soa, em primeira análise, de certa forma estranha. Se pensarmos a partir das duas correntes postas, parece razoável apostar na hipótese de que Mill inspirasse teses a partir de Grossman e Krueger, o que não é o caso. Na verdade, na condição estacionária defendida por Mill a questão ambiental ocupa um importante sentido, o que pode ser visto a partir do seguinte destaque de sua obra:

Se a Terra tiver que perder a grande parte de amenidade que deve a coisas que o aumento ilimitado da riqueza e da população extirpam dela, simplesmente para possibilitar à Terra sustentar uma população maior, mas não uma população melhor ou mais feliz, espero sinceramente, por amor à posteridade, que a população se contente com permanecer estacionária, muito antes que a necessidade a obrigue a isso. (MILL, 1983, 254, apud VEIGA, 2010, p. 134).

A nota permite identificar o elo encontrado por Daly para unir Mill e Georgescu: a possibilidade de que a população possa vir a ser obrigada a aderir à condição estacionária em decorrência do esgotamento dos recursos hoje ainda disponíveis. Da condição estacionária de Mill, resta evidente uma visão qualitativa de desenvolvimento, em que os recursos gerados pela riqueza, tal como os benefícios trazidos pelos avanços da tecnologia são revertidos em melhores condições de vida à população, uma condição que implica viver em harmonia com a natureza.

O traço comum que une Mill e Georgescu permite observar uma percepção utilitarista significativamente diferente da utilizada, em larga escala, para convencer a opinião pública da necessidade de medidas com alto impacto ambiental, quase sempre justificadas pela obrigação de desenvolvimento.

Um episódio recente da história brasileira, o decreto publicado pelo Presidente Temer que determinou a extinção na Amazônia da Reserva Nacional de Cobres e Associados (RENCA), pode ser utilizado para retratar essa afirmação. A partir do decreto presidencial, empresas mineradoras obteriam permissão para explorar a RENCA, uma área de reserva ambiental e indígena. O argumento utilizado pelo Ministério de Minas e Energia do Governo Brasileiro, em março de 2017, era de que a medida seria necessária para viabilizar o potencial mineral da região e estimular o desenvolvimento econômico nos dois estados sobre os quais se estende a área da RENCA. Depois de ampla mobilização, nacional e internacional, de ecologistas e da sociedade em geral, o governo brasileiro voltou atrás e revogou o decreto presidencial. O episódio da RENCA faz recordar Philip Kotler, para quem: “Há uma ampla faixa de opinião pública que sugere que as pessoas querem acabar com o “Capitalismo Cowboy” – aquela categoria em que toda e qualquer coisa é válida na perseguição do lucro.” (KOTLER, 2016).

Com a apresentação da tese de Daly, é possível encerrar esta etapa da pesquisa, cujo objetivo foi a apresentação e a análise de conceitos sobre desenvolvimento sustentável. Entre a abordagem interdisciplinar e transdisciplinar e as abordagens específicas dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, um universo complexo de conhecimento pode ser acessado e analisado. De hora em diante, a pergunta que move o esforço de pesquisa é como o conceito de desenvolvimento sustentável pode contribuir com uma ética da responsabilidade centrada no cuidado com a vida em todas as suas formas de manifestação.

4.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A RESPONSABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES

Portanto, esse saber real e eventual, relativo à esfera dos fatos (que continua sendo teórico), situa-se entre o saber ideal da doutrina ética dos princípios e o saber prático relacionado à utilização política, o qual só pode operar com os seus diagnósticos hipotéticos relativos ao que se deve esperar, ao que se deve incentivar ou ao que se deve evitar. (JONAS, 2006, p. 70).

Ao perguntar sobre a contribuição que as organizações podem oferecer na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o planeta o problema de pesquisa revela, em si mesmo, a existência de um horizonte pré-determinado: o desenvolvimento sustentável. Entretanto, parece importante registrar que o horizonte subjacente na premissa de que o desenvolvimento sustentável possa ser uma expressão válida para um padrão ético de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida não constitui consenso mesmo entre

os autores analisados no transcórrer do esforço de pesquisa⁵². Ainda que a ausência de consenso verificada não constitua em si um impeditivo à reflexão, dela resta a evidência de uma dúvida: A premissa pressuposta no problema de pesquisa é verdadeira? Diante da dúvida, uma abordagem específica da questão destacada pode ser entendida como um esforço necessário para a satisfação de um requisito prévio, imanente da segunda questão do problema de pesquisa.

4.4.1 A busca por um valor ético no conceito de desenvolvimento sustentável

Em primeira análise faz-se necessário considerar que a impossibilidade de alcançar um consenso teórico ou um entendimento definitivo em relação ao papel que o desenvolvimento sustentável possa exercer para a melhoria das condições de vida no planeta, tanto imediato como futuro, decorre essencialmente do conflituoso entendimento quanto aos reais efeitos da ação do homem no meio ambiente, pois o principal problema está na questão da sustentabilidade. Uma relação causal complexa, muitas vezes paradoxal, já que os diferentes prognósticos analisados parecem inconciliáveis e, por consequência, distantes de um ponto de convergência.

Diante disto, o que devemos fazer? Admitir a possibilidade posta de que os reflexos indesejados da intervenção humana no meio ambiente serão compensados a partir de um determinado nível de desenvolvimento econômico, cujo alcance depende da manutenção do modelo atual de intervenção? Não sendo a primeira alternativa válida devemos apostar em sua antítese e iniciar um movimento imediato de retração buscando reverter os efeitos impostos ao planeta pelo modelo atual de desenvolvimento? Ou deveríamos manter a esperança de que a tecnologia desenvolverá soluções para suprir o esgotamento dos recursos naturais finitos, apostando na hipótese de que a civilização se submeterá a uma condição estacionária de desenvolvimento em que o meio ambiente e o modelo econômico atual possam alcançar um estado harmônico de convivência, proporcionando uma condição de paz e justiça social? Qual a coisa certa a fazer?

A magnitude dos conflitos verificados na reflexão justifica, adequadamente, as razões que determinam a repetição do adjetivo complexo ao tema em estudo. Neste mesmo sentido, o reconhecimento da perspicácia dos argumentos que estruturam as divergentes teses

⁵² Para Lovelock, por exemplo, o desenvolvimento sustentável é uma proposta tardia e, por força disso, não tem consequência prática para a manutenção da vida no planeta.

sobre sustentabilidade parece demonstrar as razões que dificultam e impedem um ponto de convergência entre ambas.

De forma paradoxal, a aceitação praticamente universal alcançada pelo conceito de desenvolvimento sustentável parece decorrer de sua capacidade de abarcar, em uma única ideia, conceitos divergentes (ou seriam excludentes?) possíveis de verificação tanto na definição teórica, como em sua aplicação política objetiva. Trata-se de um entendimento que pode ser observado tanto no posicionamento claudicante de muitas das nações industrializadas em relação a tratados internacionais sobre meio ambiente, como também, na afirmação que Veiga faz em relação ao conceito de sustentabilidade, a seguir destacado:

Acontece que estão justamente nas fraquezas, imprecisões e ambivalências da noção de sustentabilidade as razões de sua força e aceitação quase total. Como dizem Nobre e Amazonas (2002; 8), essa noção só conseguiu se tornar quase universalmente aceita porque reuniu sob si posições teóricas e políticas contraditórias e até mesmo opostas. E isso só foi possível porque ela não nasceu definida: seu sentido é decidido no debate teórico e na luta política. Sendo assim, sua força está em delimitar um campo bastante amplo em que se dá a luta política sobre o sentido que deveria ter o meio ambiente no mundo contemporâneo. Além disso, esse conflito está ancorado, em última instância, nas diferentes visões sobre a institucionalização da problemática ambiental. (VEIGA, 2010, p. 164).

A possibilidade posta por Veiga de que a força determinante da aceitação quase universal do conceito de sustentabilidade está em sua abrangência e, de certa forma, em suas contradições, aproxima sua definição de uma perspectiva conceitual aberta e não conclusiva. Uma perspectiva que parece estar mais próxima da ideia de um horizonte do que de um padrão conceitual rigidamente definido. Ao falar de luta política, Veiga reforça uma ideia de possibilidade e abrangência, da mesma maneira que um processo de construção permanente e não definitivo, talvez algo não só importante, mas também essencial para o conflituoso conceito de sustentabilidade.

Outro aspecto que parece importante está vinculado ao contexto em que acontece a luta política travada sobre a sustentabilidade. Um contexto político, social e cultural cuja pluralidade de entendimentos, valores e crenças não parece ser outra coisa que não um traço característico de uma civilização marcada pela inquietação gerada por respostas parciais e pela busca contínua do pleno conhecimento. Uma caracterização que remete à observação da inquietação humana com as respostas parciais e não definitivas do conhecimento apresentada por Stephen Hawking, em *Uma breve história do tempo*, na etapa específica em que o cientista analisa a aflição humana pela inexistência de uma teoria única para explicação do universo. Face sua lucidez característica, faz-se um resgate da obra do célebre britânico:

Como as teorias parciais de que já dispomos são suficientes para fazer previsões precisas em quase todas as situações, exceto as extremas, a busca pela teoria final do universo parece difícil de justificar em termos práticos. [...] A descoberta de uma teoria unificada completa, portanto, talvez não ajude na sobrevivência de nossa espécie. Pode ser que ela nem sequer afete nosso estilo de vida. Contudo, desde a aurora da civilização as pessoas não se dão por satisfeitas com a noção de que os eventos são desconectados e inexplicáveis. Sempre ansiamos por compreender a ordem subjacente do mundo. Hoje, ainda almejamos saber por que estamos aqui e de onde viemos. O desejo profundo da humanidade pelo conhecimento é justificativa suficiente para nossa busca contínua. E nossa meta não é nada menos do que uma descrição completa do universo onde vivemos. (HAWKING, 2015, p. 25).

As palavras de Hawking reforçam a ideia de que o conhecimento acumulado pelo tempo constitui o único caminho capaz de nos conduzir até o conhecimento que desejamos e que, por ora, não possuímos. Conseqüentemente, para pensar a “vida boa” precisamos reconhecer o valor do conhecimento disponível para buscar meios para sua aplicação.

Quando retomamos a análise da questão posta enquanto requisito prévio ao problema de pesquisa, ou seja, quanto à aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável na construção de uma ética da responsabilidade no âmbito das organizações, verificamos o que parece ser um conjunto de evidências afirmativas para sua aceitação. Um conjunto que pode ser dessa forma sintetizado: trata-se de um horizonte possível a partir da receptividade de um conhecimento que não é incipiente, que está em constante desenvolvimento e que ainda está distante de uma expressão definitiva.

4.4.2 A contribuição do desenvolvimento sustentável para uma ética da responsabilidade nas organizações

A afirmação da ideia de que o desenvolvimento sustentável possa contribuir à responsabilização ética das organizações leva ao que pode ser definido como uma relação circular e reflexiva em que a contribuição do desenvolvimento sustentável para a definição de um padrão ético às organizações proporciona, por sua vez, a capacidade para que as organizações gerem ações que respeitem os princípios do desenvolvimento sustentável. Uma circularidade cuja importância para a reflexão pode ser verificada através do reconhecimento do potencial existente na relação tripartite constituída a partir da ética, do conceito de desenvolvimento sustentável e de organizações.

Um potencial verificado a partir da condição diferenciada que as organizações passam a ter com o acesso ao arcabouço conceitual disponível nos programas de desenvolvimento sustentável. Uma condição que proporciona às organizações melhores

condições para superar as dificuldades que enfrentam no processo de reconhecimento de quais são suas responsabilidades, da mesma maneira que a definição dos valores que nortearão o que é o certo a fazer. Por este ângulo de visão, o conceito de desenvolvimento sustentável é uma alternativa que as organizações dispõem para superar as limitações impostas por uma *práxis* (essencialmente instrumental), através da promoção de práticas sustentáveis e, portanto, eticamente aceitáveis.

Em 2017, Mattias Schmidt⁵³ palestrou na Universidade de Caxias do Sul e apresentou a obra *Core Organizational Responsibilities in the Context of Societal Challenges*, em tradução livre “Principais responsabilidades organizacionais no contexto dos desafios sociais”. Entre as ideias e conceitos apresentados (essenciais para a estruturação dessa etapa do esforço de pesquisa), Schmidt aponta a necessidade de definir o escopo das responsabilidades que pode ser atribuído às organizações, pois “não se pode ser responsável por tudo ou por todas as coisas”. Trata-se de um apontamento muito interessante, cuja analogia é feita através da definição de uma sala onde suas paredes determinam o espaço ou a área e, por consequência, a sala sobre a qual se fala.

Schmidt apresenta a questão da definição do escopo das responsabilidades através de um conjunto de perguntas como: Sobre o que as organizações são responsáveis e porque são responsáveis? Qual é a abrangência e os limites da responsabilidade das organizações? Perguntas que parecem dialogar diretamente tanto com o conceito de consciência moral de Kuyava (ao proporcionar a obtenção de respostas aos critérios apontados para a consciência moral) como também com as três perguntas apresentadas por Jonas para o diagnóstico hipotético: o que devemos esperar, incentivar e evitar. Vejamos algumas razões que podem justificar a afirmação de que há proximidade entre as questões.

É importante para a reflexão a consideração de que os desafios e as dificuldades que cercam o fim instrumental de uma estrutura organizacional (viabilidade e perpetuidade) absorvem em grande medida, quando não em sua totalidade, a capacidade e o potencial de intervenção das organizações. Absorvidas em uma dinâmica instrumental, as estruturas organizacionais acabam limitando seu horizonte à dimensão econômica, o que explica, em grande parte, os problemas éticos verificados na etapa anterior do esforço de pesquisa. Trata-se da verificação de uma limitação que torna compreensível, o que é diferente de justificável,

⁵³Professor Doutor da Universidade Beuth para Tecnologia de Berlim. Atua na área de Ciências Aplicadas e coordena o projeto para recepção de imigrantes estrangeiros na Alemanha.

a afirmação de que a ausência de consciência moral é hoje preponderante no conjunto das organizações⁵⁴.

Por este prisma, as dificuldades enfrentadas para responder as perguntas de Jonas (sobre o que se deve esperar, incentivar ou evitar) seriam limitações, cuja superação determinaria a condição para que as organizações possam contribuir à construção de um patamar ético de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida. Limitações cuja superação parece exigir uma abordagem exploratória que ultrapasse a condição doutrinária e positivista preponderante no ambiente organizacional. Superação que não parece estar em afirmações genéricas e impositivas – do tipo você também é responsável por isto, portanto deve fazer aquilo – mas na possibilidade de que perguntas orientem as organizações no processo de reconhecimento de quais são as suas responsabilidades e do que estas podem fazer. Perguntas como: Sobre o que sou responsável e o que posso fazer em relação a isso?

No que diz respeito à definição das responsabilidades atribuíveis às organizações, a existência de parâmetros éticos claros evita a exposição a imposições sociais provenientes de discursos dogmáticos, em que responsabilidades são atribuídas através de um processo unilateral, arbitrário e protocolar que subjuga a possibilidade de haver um processo de convencimento capaz de proporcionar o estado de consciência moral (como antes dito, um requisito para que as organizações definam suas próprias responsabilidades).

Parece razoável pensar que a superação das dificuldades que cercam as organizações – seja quando estas procuram responder as perguntas de Jonas, seja no alcance do estado de consciência moral – passa por uma maior aproximação com suas específicas características; pela verificação das dimensões e do impacto de suas ações e com a precisa identificação de seus *stakeholders*. Do método sugerido, deve-se esperar uma avaliação mais precisa dos valores que orientam a administração; da cultura aceita e praticada na gestão de pessoas; da forma como a organização vê o meio ambiente e dos valores que norteiam e validam as ações de intervenção e de inovação.

Nesse contexto, não podemos esquecer que as organizações estão inseridas – portanto são parte componente – e interferem nas três dimensões centrais do conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma, a presença de uma organização, em qualquer um dos ambientes econômico, social ou ambiental, não apenas lhe proporciona a condição de interferir, como muitas vezes acontece, como também de sofrer com a interferência e o impacto de ações ou tensões que nascem no ambiente externo e chegam até as organizações,

54 Ainda que muitas razões nos façam acreditar que o dinheiro e o lucro são meios – e não fins – a verificação de que se trata de um entendimento minoritário é constantemente reforçada por um conjunto de evidências.

intervenções de fora para dentro. Por isso, as questões que são discutidas tanto no ambiente interno como no ambiente externo das organizações estão vinculadas a esta relação espelhada, cuja repercussão reflete diretamente sobre as dimensões impactadas.

Dito de outra forma, os problemas discutidos no ambiente social, econômico e ambiental são os problemas discutidos nas organizações, ainda que na ampla maioria das vezes as organizações não sejam protagonistas do discurso social ou até mesmo não se importem com questões sobre as quais não reconhecem ter responsabilidade. Entretanto, a força desta relação circular e reflexiva exige que a definição sobre quais são as principais questões éticas de um grupo específico, uma nação ou mesmo uma cidade ou comunidade⁵⁵, seja objeto da análise e da deliberação conjunta de todos os atores que deste grupo participam e um pressuposto lógico que inclui as organizações, do mesmo modo que lhes atribui o dever de participar.

O condicionamento da consciência ao conhecimento pressupõe a necessidade de que a recepção deste conhecimento aconteça nas organizações. Como se trata de um conhecimento não só teórico, mas também prático, conforme apresentado por Jonas, o diálogo, ou seja, a atividade através da qual o homem se faz homem, ganha fundamental importância para a abordagem exploratória. Quando pensamos sobre a importância das respostas que podem ser apresentadas às perguntas propostas por Jonas, parece adequado pensar que sua qualidade esteja diretamente vinculada à qualidade do diálogo social estabelecido em uma comunidade.

A possibilidade de estabelecer um diálogo respeitoso e includente, cujos valores e crenças diferentes possam ser harmonizadas e interesses divergentes possam ser resignados, parece constituir uma condição essencial para o enfrentamento das mais diferentes formas de intolerância étnica, religiosa ou ideológica e de violência. Nesse mesmo sentido, parece igualmente importante destacar a contribuição do diálogo social tanto para a receptividade do conhecimento, como para sua universalização e harmonização de entendimentos. Uma contribuição que foi observada durante o processo de elaboração do *Relatório Brundtland*, sendo destacada em etapa anterior do esforço de pesquisa como um dos traços característicos dos documentos elaborados sobre desenvolvimento sustentável pela ONU. Um diálogo que

55 A partir da extrapolação da restrição presencial, proporcionada pela tecnologia, a definição da área de abrangência impactada deixou de ser física e presencial (o local onde há uma expressão material da força de origem) e passou ter suas fronteiras delimitadas por uma ação virtual amplificada (graças à tecnologia o *homo faber* pode interferir, através de seus artefatos e ações, em qualquer ponto do globo).

aproxima ou, como afirma Boff, que estende a mão para a construção de um padrão ético de responsabilidade e de cuidado com a vida:

Agora começa a era da mão estendida e aberta para se entrelaçar com outras mãos e, na colaboração e na solidariedade, construir “o bem viver comunitário” e o bem comum da terra e da humanidade. Adeus ao inveterado individualismo e bem vinda a cooperação de todos com todos. Esse é o novo padrão ético emergente. Então terão grande valor o amor, a solidariedade, a cooperação, a compaixão e o cuidado por tudo o que existe e vive. É por esta ética que se pode entrever um futuro de esperança. A mão estendida e aberta representa bem essa nova atitude humanizadora e salvadora. (BOFF, 2016, p. 72).

A “era da mão estendida” é definida por Boff como a expressão de um período que a cooperação é o elemento predominante capaz de superar o individualismo, uma característica sempre presente nas economias de mercado, e desta maneira promover o “bem viver comunitário e o bem comum da terra e da humanidade”. Seguindo este raciocínio, parece inevitável admitir que a cooperação é um processo intrinsecamente dependente do diálogo social, talvez a única aposta aceitável que reste a uma civilização marcada por um sem número de experiências fracassadas de construção do bem comum.

Nesse sentido, uma hipótese que precisa ser afastada está na ideia simplista de que a apresentação e a fundamentação teórica de conceitos seja, em si, suficiente para o alcance do estado de consciência das responsabilidades das organizações (e até mesmo da civilização, lato senso). Do que se pode verificar, a responsabilidade é um estado de consciência em que a compreensão é alcançada a partir do momento em que os requisitos previstos no conceito de consciência moral são atendidos.

Posto isto, a definição conceitual de consciência moral de Kuiava, que vincula a obtenção da consciência moral a um conjunto de requisitos condicionantes, sem os quais inexistente consciência tanto na ação individual como na ação coletiva, parece definitiva quanto à impossibilidade de que a consciência moral seja alcançada através de processos impositivos, indiferentemente de quais sejam os princípios e valores ideológicos alegados. É em seu contrário, ou seja, na afirmação de um diálogo social capaz de respeitar a pluralidade de valores e crenças, característica da civilização atual, que parece estar a condição essencial para que haja consciência moral e, conseqüentemente, responsabilidade e cuidado com a comunidade da vida.

4.4.3 Os programas de desenvolvimento sustentável e a definição de um padrão de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida

Desde o seu início, a pesquisa procurou promover uma aproximação das organizações com a ética, percorrendo um caminho onde o estudo do conceito de desenvolvimento sustentável é motivado pela necessidade de estabelecer parâmetros de responsabilidade e de cuidado com a comunidade da vida.

No transcorrer da análise, foram encontradas razões suficientes para admitir o desenvolvimento sustentável como uma importante fonte de subsídios para a construção de respostas às três questões propostas por Jonas para o diagnóstico hipotético, do mesmo modo que para a obtenção do que se definiu como sendo um estado de consciência moral das organizações. Um estado de consciência capaz de proporcionar a condição para que as organizações possam, a partir do reconhecimento do escopo e do alcance de suas responsabilidades, iniciar uma busca por referências, teóricas e práticas, que possam ser utilizadas para a definição de parâmetros para o que venha ser uma ética da responsabilidade e do cuidado com a comunidade da vida.

Na busca por parâmetros de referência, teóricos e práticos, os documentos elaborados para a promoção do desenvolvimento sustentável constituem um riquíssimo arcabouço conceitual, cuja consideração é justificada através do resgate da circularidade e reflexividade verificada na relação entre desenvolvimento sustentável e ética nas organizações. Por sua vez, a importância das organizações para a promoção do desenvolvimento sustentável é definida como requisito para o alcance dos objetivos e metas, como se pode verificar em programas como a *Agenda 2030*, documento do qual se faz o seguinte destaque:

A escala e a ambição da nova Agenda requer uma parceria global revitalizada para garantir sua implementação. Comprometemo-nos plenamente com isso. Essa parceria trabalhará em espírito de solidariedade com os mais pobres e com pessoas em situações de vulnerabilidade. A parceria facilitará um engajamento intensivo global em apoio à implementação de todos os objetivos e metas, aproximando governos, setor privado, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando os recursos disponíveis. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.10).

Para a ONU, os imensos desafios que cercam a implantação dos 16 grandes objetivos para o desenvolvimento sustentável, previstos na *Agenda 2030* através de 167 metas, somente serão superados com a formação de uma aliança capaz de conjugar o potencial existente nos principais atores, governo, sociedade, iniciativa privada, entre outros, no que foi definido como sendo uma parceria global revitalizada. Mais do que uma proposta, a aliança parece

refletir um pedido, um apelo para que esforços sejam reunidos e dirigidos para a construção de um projeto voltado ao bem comum da comunidade viva do planeta.

Por sua vez, a *Carta da Terra* é um documento organizado com dezesseis objetivos e quatro princípios estruturantes, todos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável, também fala de uma aliança global e dessa maneira define o desafio posto à civilização: “A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida.” (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000).

Uma preocupação comum em ambos os documentos, a busca pelo reconhecimento do que é capaz de unir, está presente tanto na ideia de aliança como na de parceria. Analisados de forma conjunta ou individualizada os princípios, metas e objetivos estabelecidos nos programas de promoção do desenvolvimento sustentável constituem interessantes alternativas às limitações e restrições éticas que foram observadas nas etapas antecedentes do esforço de pesquisa. Posto isto, resta o desafio de reconhecer o que é este algo em comum, este algo que caracteriza a relação entre desenvolvimento sustentável e ética nas organizações como circular e reflexiva. Para fazer este reconhecimento, o caminho proposto parte das questões apresentadas por Jonas sobre o que se deve esperar, incentivar ou evitar.

O resgate da reflexão feita no segundo capítulo do esforço de pesquisa aponta um conjunto de práticas organizacionais cujo valor ético foi questionado. A análise crítica da ação das organizações, apresentada no segundo capítulo da pesquisa, abrange exemplos nas três dimensões estruturantes do desenvolvimento sustentável, algo que pode ser verificado em exemplos como: o trabalho infantil e a indústria de guerra; a participação das mulheres e dos negros em cargos de direção e; os crimes ambientais como o ocorrido em Mariana, Minas Gerais, ou o decreto presidencial que extinguiu a área de preservação da Reserva Nacional de Cobre e Associados – RENCA.

À luz da ética da responsabilidade, parece razoável admitir que uma análise teórica dos princípios que legitimaram as ações criticadas revelará a falta de comprometimento destas ações com a comunidade da vida, em suas mais diferentes formas de manifestação. Quando pensamos sobre os motivos que dificultam ou até mesmo impedem que metas, como a estabelecida pela ONU para erradicação da fome aconteçam, somos, mais uma vez, convidados a refletir sobre as razões determinantes para que isso aconteça.

Mesmo sendo racional, sensitiva e intuitivamente correto o juízo que define o crime ambiental ocorrido em Mariana como um ato contra a ética da vida, a dificuldade de estabelecer consenso em relação ao tema parece estar justamente nas razões que determinam sua repetição, ou seja, os registros de ações que revelam a ausência de responsabilidade com o

meio ambiente verificadas após o trágico novembro de 2015. Apenas para ficar em um caso mencionado na pesquisa, no ano de 2017 o governo brasileiro propôs, através de decreto presidencial, a extinção da RENCA, uma das mais importantes reservas naturais do planeta. Na oportunidade, mesmo consciente do impacto ambiental e cultural, o governo brasileiro justificou sua decisão com a necessidade de gerar desenvolvimento para a região. O que há em comum entre os dois eventos?

Uma análise mais atenta da justificativa apresentada pelo governo brasileiro para o decreto da extinção da RENCA, revela uma especificidade que não deve ser entendida como um lapso, mas sim como a expressão de uma visão: a justificativa está restrita ao desenvolvimento, não fazendo qualquer referência à questão da sustentabilidade. Quando a análise é estendida ao crime ambiental de Mariana, em Minas Gerais, parece restar evidente que a sustentabilidade estava, por sua vez, subjugada a uma visão predominante econômica. Logo, o que existe em comum entre os dois eventos, é uma visão restrita e consciente de seus atores.

A definição de um juízo de valor a partir de uma visão restrita aos aspectos econômicos não pode ser reconhecida como exceção, mas ao contrário. Em nações onde a economia de mercado é admitida, ou seja, na quase totalidade das nações do globo, falar em desenvolvimento é falar em desenvolvimento econômico, muitas vezes, tratados como sinônimos. Uma restrição conceitual amplamente verificada e admitida com absoluta naturalidade.

Uma restrição cuja repercussão pode ser decisiva em termos de juízos éticos, uma afirmação que pode ser verificada a partir da análise de uma segunda crítica feita à prática organizacional: o trabalho infantil. Quando pensamos na infância de uma criança e na necessidade de educá-la, pensamos em uma vida e suas possibilidades, um ser do qual surge uma responsabilidade imanente. Desta forma, a possibilidade do trabalho infantil, mesmo quando financeiramente vantajosa, passa ser eticamente inaceitável. Contudo, basta analisarmos a hipótese de que uma nação subdesenvolvida condicione o recebimento de um investimento internacional à possibilidade de contratação de crianças para ajudar a reduzir a pobreza, para que nosso âmbito de análise passe a ter um fator de tensionamento capaz, até mesmo de abalar o juízo moral antes verificado e interferir decisivamente na tomada de decisão.

Neste caso, parece razoável admitir que a resposta à pergunta sobre o que devo esperar, incentivar ou evitar poderá ser decisivamente impactada a partir da amplitude conceitual admitida em sua sustentação. Por sua vez, quando promovo a análise a partir da

consideração da dimensão social, ou seja, quando considero a infância – e, portanto, não fico restrito à análise da vantagem econômica – constato que o trabalho infantil não contribuirá para a dignidade da pessoa humana o que me levará afirmar que esta é uma prática que se deve evitar. Já o contrário, ou seja, a análise a partir de uma restrição econômica tende ao redirecionamento do juízo de valor, pois a expectativa que agora posso alimentar é de que a ampliação da renda familiar deva melhorar as condições de dignidade da família o que, por consequência, levará a decisão de incentivar o trabalho infantil.

Parece razoável afirmar que a mesma lógica é extensível e aplicável não só em relação ao episódio ambiental, como também, em relação a toda e qualquer análise que possa ser feita a partir de uma consideração restrita em contraposição a uma análise interdisciplinar e multidisciplinar. A restrição ou a subjugação de uma análise, em especial à dimensão econômica, tende a determinar respostas distintas as verificadas quando a análise parte de uma dimensão interdisciplinar.

A encruzilhada encontrada no caminho desnuda o que parece ser a grande contribuição do conceito de desenvolvimento sustentável à ética da responsabilidade: ao proporcionar através da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade uma condição diferenciada de receptividade ao conhecimento, o conceito de desenvolvimento sustentável age como um sol que desponta em um horizonte enevado. Para uma civilização caracterizada pela pluralidade de crenças e valores, regida predominantemente por uma economia de mercado, esse pode ser um diferencial determinante não apenas para as decisões que afetam nossa condição de vida no planeta hoje, mas, principalmente, para as gerações futuras que nos sucederão.

Um diferencial cujo valor pode ser reconhecido a partir de uma consulta à *Agenda 2030* uma referência teórica em que os objetivos e as metas estão estruturados a partir de conceitos multidisciplinares e de uma abordagem interdisciplinar das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Desse modo, podemos, por exemplo, fazer o seguinte destaque: O oitavo objetivo da *Agenda 2030* apresenta a necessidade de “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos”. Associado a este objetivo estão vinculadas dez metas, entre as quais se destacam:

8.4 melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o “Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis”, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

8.5 até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

8.7 tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldados, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23).

Quando consideramos as duas questões anteriormente analisadas e, principalmente, as dificuldades que advêm de uma visão restrita para a definição de um juízo de valor, a contribuição prestada pelas metas para a implantação do desenvolvimento parece evidente. As claras e objetivas referências – resultado de uma análise interdisciplinar – constituem subsídios definitivos para responder as perguntas de Jonas, bem como para o atendimento dos requisitos postos por Kuiuava para o alcance do estado de consciência moral.

A contribuição que as metas para a implantação do desenvolvimento sustentável oferecem para a definição de um padrão de responsabilidade e de cuidado com a vida pode ser verificada, mais uma vez a partir dos dois exemplos destacados.

Inicialmente podemos resgatar a dúvida que restou em decorrência da possibilidade de incentivar ou não o trabalho infantil, uma contradição verificada a partir das restrições conceituais que sustentam a análise. Nesse sentido, uma organização que deva decidir sobre aceitar ou não o requisito apresentado por um governo de promover o trabalho infantil para poder viabilizar o investimento em uma nação subdesenvolvida encontraria, entre as metas estabelecidas pela ONU, o compromisso assumido pelas nações de erradicar o trabalho infantil no globo até o ano de 2025. Desta forma, das metas previstas pela ONU para a promoção do desenvolvimento sustentável emerge o fundamento decisivo para que a organização, que tiver consciência moral de suas responsabilidades, rejeite o condicionamento do investimento ao trabalho infantil.

Do mesmo modo, a possibilidade de que investimentos necessários à segurança de atividades com alto impacto ambiental fossem negligenciadas por organizações com efetiva - e não apenas declarada – responsabilidade com o desenvolvimento sustentável deixaria de existir a partir da consideração na tomada de decisão da meta prevista pela ONU na *Agenda 2030* de “melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental”.

As análises desenvolvidas sobre a relação potencial entre desenvolvimento sustentável e ética nas organizações parecem suficientes para elucidar a segunda questão

apresentada no problema de pesquisa que estrutura essa dissertação. As conclusões possíveis afirmam não apenas a importância, mas também uma relação imanente em que a responsabilidade ética parece ser o elo comum, o elemento que liga e une desenvolvimento sustentável e organizações. Nesse contexto, uma via de duplo sentido parece emergir revelando que a contribuição esperada das organizações para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, é uma força recíproca, que autoalimenta os agentes e é capaz de interferir permanentemente em ambos os sentidos.

A verificação desta relação permite compreender a similaridade de características, ou seja, os muitos pontos em comum existentes entre os documentos elaborados pela ONU para a promoção do desenvolvimento sustentável – como o *Relatório Brundlandt* e a *Agenda 2030* – e a ética da responsabilidade de Hans Jonas. Uma proximidade que pode ser verificada nas expressões, afirmativas e negativas, do imperativo que o filósofo alemão apresenta em sua obra:

Um imperativo adequado ao novo tipo de agir humano e voltado para o novo tipo de sujeito atuante deveria ser mais ou menos assim: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra”; ou, expresso negativamente: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma vida”; ou simplesmente: “Não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”; ou, em um uso novamente positivo: “Inclua na tua escolha presente a futura integridade do homem como um dos objetos do teu querer”. (JONAS, 2006, p. 47-48).

As expressões do imperativo permitem estabelecer o diálogo, ou seja, a ponte que aproxima o conceito de desenvolvimento sustentável e a ética da responsabilidade de Hans Jonas. Uma aproximação possível de verificação não apenas no imperativo, mas também em aspectos comuns como: o reconhecimento da existência de um agir modificado do homem; a necessidade de estabelecer conceitos que rompam com o antropocentrismo que exclui as demais expressões de vida que habitam o planeta e a necessidade de incluir a responsabilidade e o cuidado com a vida das gerações futuras. Similaridade entre conhecimentos que levam ao que parece ser a principal fonte comum: a responsabilidade e o cuidado com a comunidade da vida.

Um apreço com a vida no planeta, tal como com a vida que tornou possível percorrer a estrada que me trouxe até aqui. Uma estrada repleta de muitas coisas. Coisas sobre as quais talvez pensasse Caspar Friedrich quando pintou a tela *O andarilho sobre o mar de neblina*, definindo um largo horizonte à frente de quem o contempla. Coisas que fazem lembrar o pensamento de Luc Ferry sobre a existência, do qual se pode fazer um novo recorte:

Para que serve envelhecer? Para isso, e talvez para mais nada. Para alargar a visão, aprender a amar a singularidade dos seres assim como a das obras e às vezes, quando esse amor é intenso, viver a supressão do tempo que sua presença nos dá. Com isso conseguimos, mas apenas em alguns momentos, como nos sugeriam os gregos, nos libertar da tirania do passado e do futuro para habitar esse presente por fim sem culpa e sereno. Agora, você compreendeu que esse presente é como que um “momento de eternidade”, como que um instante no qual o temor da morte finalmente não significa mais nada para nós. (FERRY, 2010, p. 225).

Por vezes, penso que as belezas e os perigos que foram verificados durante o transcorrer do processo de pesquisa mudaram de tal forma o entendimento inicial que hoje não tenho mais certeza do quanto me afastei de onde parti, assim como do quanto ainda falta trilhar até onde um dia pensei chegar. Mesmo o tempo parece não ter mais a importância que antes tinha, talvez por esvair-se como as ondas de um mar que hora chegam e hora partem, em uma encantadora expressão da vida que, permanentemente, se renova. Coisas que apenas a vida vivida pode proporcionar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repetição consciente de um comportamento – em que a virtude determina a capacidade de dosar entre um extremo que é excesso e o outro que é defeito – permitiria alcançar o estado de consciência moral em que a responsabilidade é desenvolvida. Trata-se, portanto, de uma ideia de responsabilização. Nela há uma relação causal estabelecida entre a consciência moral e o ato virtuoso. Uma ideia estruturada a partir do pressuposto de que os instintos e os desejos humanos obedecerão à razão que, sendo boa, não definirá por outra coisa que não seja o certo a fazer. Uma ideia que permite reconhecer na associação da prática virtuosa com a consciência moral uma primeira fonte de responsabilização.

Entretanto, a possibilidade de que tudo aconteça de acordo com a lógica prevista em uma civilização caracterizada pela pluralidade, portanto permanentemente tensionada por valores e crenças diferentes, parece trafegar por sobre a linha limite que separa o provável do improvável. Para melhor contextualizar esta afirmação, pode-se partir da hipótese de que algo ou alguma coisa impeça a submissão dos instintos ou desejos à razão ou, até mesmo, a hipótese de que a razão não seja boa. Podemos pensar, por exemplo, que o investimento necessário à segurança operacional de uma empresa mineradora fosse de tal monta que, se realizado, inviabilizaria os lucros prometidos e desejados pelos acionistas. Diante de um problema inerente ao conceito instrumental de organização, os indivíduos responsáveis pela tomada de decisão optam pela protelação do investimento inicialmente previsto, promovendo uma decisão que subjuga a responsabilidade com a vida à satisfação dos desejos de lucro dos investidores.

A hipótese sugerida – pensada a partir das típicas tensões de uma civilização em que a economia de mercado prevalece na quase totalidade das nações – propositadamente expõe uma situação limite, mas não incomum. No cotidiano de uma organização, são comuns perguntas como: “Quais investimentos podem ser postergados?” ou “Quais serão os impactos financeiros do investimento necessário nas metas de desempenho?”. O fato de serem analisadas cotidianamente não retira destas perguntas sua importância e relevância frente à questão da vida. Uma importância que pode ser verificada através da potência alcançada com a amplificação da capacidade de intervenção do homem a partir da faculdade tecnológica, uma força capaz de comprometer as condições de vida no planeta. Para dimensionar sobre o que estamos falando, basta apenas recordar do crime ambiental de Mariana, em Minas Gerais.

Mesmo sendo um tema de grande complexidade, as dificuldades que cercam a tomada de decisão muitas vezes são superadas pelo simples argumento de que talvez nada

venha acontecer, ou seja, que a postergação do investimento não tenha implicações concretas, uma hipótese que uma vez comprovada, autorizará, por assim dizer, a repetição da decisão justificada exclusivamente por requisitos econômicos. Um círculo vicioso que não raramente faz com que as questões de segurança sejam conduzidas até seu limite, em um extremo ainda mais perigoso. Um contexto que remete a preocupação de Jonas com o futuro da humanidade, justifica a heurística do temor e afirma a importância do veredicto de que em dúvida, *pro malum*⁵⁶.

Um veredicto de difícil aceitação, mesmo quando as opções de escolhas identificam claramente, o mal potencial para a vida. No atual contexto da civilização, não há como deixar de reconhecer que a força exercida por promessas de bem viver – expressas através de alternativas facultadas à civilização pela tecnologia e pela predominância dos interesses econômicos – muitas vezes dificultam, em alguns casos até mesmo impedem, que a decisão de não fazer aquilo que pode ser feito seja tomada. Um contexto civilizatório no qual a heurística do temor, de *Hans Jonas*, e a teoria do mal radical de Kant parecem pensar complementarmente, como é possível verificar a partir do resgate de Pinheiro feito por Nodari no artigo “Por que o mal é radical em Kant?”:

O mal existe inevitavelmente, mas a sua efetivação depende de uma decisão do homem frente aos móveis tomados para o cumprimento de uma ação, pois o mal moral consiste na adoção de móveis exteriores à lei moral como suficientes por si sós. Kant com efeito não deprecia a liberdade humana ao associá-la à origem da propensão ao mal, ao contrário: a liberdade, na temática do mal radical, é sinônimo de arbítrio, de deliberação. Quer dizer, tanto o mal quanto o bem estão inerentes à escolha, eles estão aí enquanto possibilidades de efetivação. Daí que a imputabilidade reside precisamente na escolha feita. Nesse caso, o homem é imputado pela existência do mal porque optou em seguir os móveis exteriores ao campo da moralidade em detrimento da lei moral. Pode-se, enfim, dizer que o homem não é culpado pela existência do mal, mas por sua eficiência ou atuação. O mal é dito radical porque possui o consentimento do seu portador. (PINHEIRO apud NODARI, 2008, p. 126).

O imperativo categórico kantiano “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (GMS BA52), por vezes criticado por Jonas por sua restrição temporal, em muito se aproxima, talvez seja correto dizer que parece

56 Desde o início da era Moderna e, especialmente, a partir do lançamento das bombas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki – eventos que podem ser reconhecidos, por seu significado, como o marco de uma mudança de era – o poder de intervenção modificado e potencializado pelo desenvolvimento tecnológico exige do homem, seu criador e promotor, medidas capazes de salvar a vida no planeta (o que inclui a vida humana), de sua própria ação. Mesmo após Hiroshima e Nagasaki continuamos a ferir a vida no planeta, de tal maneira, que hoje sequer temos certeza se o que até aqui feito, pode ter suas consequências revertidas. Não é à toa que o alerta de Lovelock mantém-se, de forma perigosa e preocupantemente, atual e sem respostas satisfatórias.

inspirar, tanto com as expressões, afirmativas e negativas, do imperativo do Filósofo da Ética da Responsabilidade como também com o imperativo que sustenta o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado no *Relatório Brundtland*. Imperativos morais cuja importância pode ser reconhecida a partir de sua contribuição para a elaboração de normas e regulamentos jurídicos, nacionais e internacionais, voltados à promoção e à proteção das três dimensões que estruturam o desenvolvimento sustentável. Legislações que preveem rigorosos mecanismos de penalização e que, por essa razão, são reconhecidas como uma segunda fonte de responsabilização.

Quando antes se propôs refletir sobre a hipótese de preterir o investimento em ações de empresas bélicas, preferindo fazê-lo em outras organizações com reconhecida responsabilidade em relação à vida, a decisão de fazer ou não fazer dependia exclusivamente de um ato livre. Dito de outra forma, de uma decisão em que a consciência moral é indiscutivelmente determinante, mas para a qual não há penalização. Em uma decisão como a proposta, a consciência moral parece capaz de interferir na decisão do indivíduo como uma força de liberdade, uma força de certa forma reveladora, capaz de romper a nuvem relativista e difusa que muitas vezes ofusca a visão de uma civilização marcada por uma pluralidade na qual, não raramente, práticas eticamente questionáveis se escondem.

Enquanto a primeira fonte de responsabilização encontra expressão na ascendente preocupação em relação a temas essenciais para o cuidado com a vida no planeta, e sua origem acontece através da livre e consciente adesão, a segunda fonte de responsabilização acontece a partir do reconhecimento de que em grande parte a motivação que leva as organizações, tanto quanto os indivíduos, até a responsabilidade decorre da existência de um arcabouço legal punitivo.

Não apenas seria ingênuo, como também seria empobrecedor a reflexão desconsiderar que entre as motivações que determinam a adesão aos programas de desenvolvimento sustentável ou a adesão de práticas de responsabilidade social e ambiental, está a possibilidade de que a ação desprovida de responsabilidade possa ser punida. Trata-se, pois, de uma fonte de responsabilização constituída a partir da reação social frente à repetição de crimes e agressões à vida humana e não humana, promovidos por atores desprovidos de responsabilidade, mas com poder suficiente para impactar, decisivamente, as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Regulamentados, estes instrumentos jurídicos ganham imposição social a partir da aplicação de um sistema de penalização capaz de impactar significativamente os indivíduos e as organizações (no caso da última podendo, até mesmo, inviabilizar a sua condição de perpetuidade).

Outra novidade importante pode ser verificada nos recentes registros de encarceramento de executivos de empresas, ou seja, na prisão de indivíduos, pessoas físicas, que foram condenados por atos praticados em nome da organização, pessoa jurídica. O maior rigor na apuração e a aplicação de penas com maior extensão e impacto amplificam a potência pedagógica possível na penalização, contribuindo para que possa vir a ser um processo de sensibilização dos indivíduos que compõem as estruturas organizacionais e, por consequência, com a elevação do entendimento sobre a responsabilidade ética pertinente às organizações.

A preocupação ascendente com a preservação das condições necessárias à vida no planeta desencadeou um processo de responsabilização das organizações. Nesse processo a ética passa ser percebida como um princípio organizacional e um valor que pode ser agregado às organizações. Todavia, quando se fala em valor, principalmente em uma economia de mercado, todas as precauções são justificadas frente ao risco de que uma manipulação consciente de conceitos possa reduzir a ética a um diferencial de mercado. Uma preocupação que ganha importância a partir da publicação de pesquisas de comportamento que permitem comprovar o crescimento da preocupação da população com o tema. Uma constatação que tornou comum entre os especialistas de marketing (estudiosos do comportamento de consumo) a recomendação para que as organizações sejam socialmente responsáveis, um requisito cada vez mais exigido pelo mercado, pois as pesquisas indicam que o consumidor atual está mais preocupado com o meio ambiente e é socialmente mais exigente.

A informação, constantemente reafirmada pela renovação das pesquisas, revela o curso de um importante processo de mudança, cuja preocupação com a ética, portanto com a vida, é ascendente. Uma notícia que precisa ser saudada e reproduzida, para que alcance maior amplitude em um menor tempo possível. Por sua vez, a preocupação que justifica o destaque não está no uso afirmativo por organizações da ética (o que não parece um problema, mas, ao contrário, algo interessante para o contexto atual), mas nos riscos de banalização a partir de seu uso instrumental, ou seja, enquanto artefato para disputa de mercado.

Nesse sentido, a preocupação objetiva evitar a armadilha que torna praticamente imperceptível a diferença entre economia de mercado e sociedade de mercado. Uma preocupação importante inspirada na obra *O que o dinheiro não compra*, de Michael Sandel, de onde se faz o seguinte recorte: “Em consequência, sem que nos déssemos conta, sem mesmo tomar uma decisão a respeito, fomos resvalando da situação de ter uma economia de mercado para a de ser uma sociedade de mercado”. (SANDEL, 2017, p. 16).

Diante do poder adquirido pela capacidade humana modificada, uma condição promovida pelo próprio homem, Jonas propôs uma análise ética da intervenção humana na comunidade da vida. Uma análise que se debruçasse sobre a ambiguidade e a magnitude das consequências verificadas na nossa casa comum ou Gaia, como muitos hoje a chamam. Frente a uma responsabilidade transcendente, da qual somos irremediavelmente herdeiros, fomos conduzidos à condição de guardiões da vida que se manifesta em sua magnífica plenitude, portanto guardiões de um legado que deve ser entregue às gerações que nos sucederão. Um legado de responsabilidade com a existência plena e livre, da mesma maneira que a possuímos hoje. Um legado de liberdade e de responsabilidade transcendente com a vida e com as gerações que nos sucederão.

REFERÊNCIAS

A MENTE HUMANA: o cérebro às avessas. Realização de Fronteiras do Pensamento. Porto Alegre, 2010. (24 min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2DXltDtxeY0>>. Acesso em: 28 set. 2016.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ÁFRICA: Fome sem precedentes. Jornal Correio do Povo, 03 mar. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman.

_____. **Estranhos a nossa porta.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Tradução Carlos Alberto Medeiros.

_____. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução Plínio Dentzien.

BOFF, Leonardo. **A Terra na palma da mão: Uma nova visão do planeta e da humanidade.** Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **A carta da terra.** 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CartaDaTerraHistoria2105.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CESCON, Everaldo. **O conceito de pessoa na ética de Edmund Husserl.** In: VI Colóquio Internacional de Ética: Intencionalidade e Responsabilidade Moral, 2014, Santa Maria. VI Colóquio Internacional de Ética: Intencionalidade e Responsabilidade Moral. Santa Maria, 2014. v. 1. p. 32-32.

_____. **Da concepção gradualista dennettiana às teorias biológicas da pessoa.** Texto inédito apresentado como subsídio na disciplina de Conceitos Fundamentais de Ética III, no ano de 2017.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p.5-15, 2004. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** São Paulo: Makron Books, 1993.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA (Brasil) (Org.). **A carta da terra.** 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIÁLOGOS: Ozires Silva por Henrique Massaro. Jornal Correio do Povo, 06 ago. 2017.
 FERRY, Luc. **Aprender a viver: filosofia para os novos tempos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FRANÇA-LIMONGI, Ana Cristina. **Psicologia do Trabalho: psicossomática, valores e práticas organizacionais.** São Paulo: Saraiva, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt et al. **Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Organizadoras Darcy Mitiko Mori Hanaschiro, Maria Luisa Mendes Teixeira e Laura Menegon Zaccarelli.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Tradução Paulo Geiger.

HARWARD BUSSINES REVIEW (Ed.). **Ética e responsabilidade social nas empresas.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra.

HAWKING, Stephen. **Uma breve história do tempo.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

JONAS, Hans. **O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

_____. **Matéria, espírito e criação.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Trad. Introdução e comentários de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.

KESSELRING, Thomas. **Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização.** Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

KOCHE, José Carlos; VEIGA, Itamar Soares, **Ética, ciência e técnica.** In: TORRES, João Carlos Brum et al (Org.). **Manual de Ética: Questões de ética teórica e aplicada.** Petrópolis: Vozes, 2014.

KOTLER, Philip. **Capitalismo em confronto: Soluções reais para os problemas de um sistema econômico.** Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

KUIAVA, Evaldo Antonio. A responsabilidade como princípio ético em H. Jonas e E. Levinas: Uma aproximação. **Veritas: Revista de Filosofia da PUC/RS,** Porto Alegre, v. 2, n. 51, p.55-60, jun. 2006.

KUNG, Hans. **Proyecto de una Ética Mundial.** Madrid: Editora Trotta, 2006.

MONTELLA, Maura. **Economia passo a passo.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007. Tradução Geni G. Goldschmidt.

NATALI, Carlo. **ARISTÓTELES**. São Paulo: Paulus, 2016. Tradução Maria da Graça Gomes de Pina.

NODARI, Paulo César. A teoria do mal radical em Kant. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Sergipe, v. 1, n. 45, p.14-35, 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistaihgse.org.br/index.php/revista/article/view/430/384>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

OXFAM BRASIL (São Paulo). **A distância que nos une**. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

OLIVEIRA, Jelson. **Compreender Hans Jonas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Ética de Gaia**. São Paulo: Paulus, 2008.

OLIVEIRA, Jelson; TRELHA, Ana Paula da Silva. O direito internacional do meio ambiente: Da sustentabilidade ao princípio responsabilidade de Hans Jonas: uma proposta ética baseada na ontologia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ECONÔMICO, SOCIOAMBIENTAL E DEMOCRACIA: NOVAS TENDÊNCIAS DA TECNOLOGIA DIGITAL, 1., 2012, Curitiba. **O direito internacional do meio ambiente**. Curitiba: EDIPUC, 2012. p. 442 - 463. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/universitas>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

OLIVEIRA, Jelson; MORETTO, Geovani; SGANZERLA, Anor. **Vida, Técnica e Responsabilidade: Três Ensaios Sobre a Filosofia de Hans Jonas**. São Paulo: Paulus, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. 1972. [Http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf](http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

PAVIANI, Jayme. **Uma Introdução à Filosofia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

_____. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. Tradução André Telles.

_____. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Tradução Mônica Baumgarten de Bolle.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**, v.1. São Paulo: Paulus, 2014.

SANDEL, Michael J. **Contra a perfeição: Ética na era da engenharia genética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **O que o dinheiro não compra.** Os limites morais do mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, Robinson dos. **Ética para a civilização tecnológica:** em diálogos com Hans Jonas. 1ª ed. São Paulo: Centro Comunitário São Camilo, 2011. Coordenadores Robinson dos Santos, Jelson Oliveira, Lourenço Zancanaro.

SCHMIDT, Matthias. **Reichweite und Grenzenunternehmerischer Verantwortung:** Perspektiven für eine wertorientierte Organisationsentwicklung und Führung. Berlin: Springer Gabler, 2016.

SCHMIDT, Matthias. **Core Organizational Responsibilities in the Context of Societal Challenges.** Berlin: Matthias Schmidt, 2017. 17 slides, color.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro:** a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SINGER, Peter. **Ética Prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. 3ª ed. Tradução Jeferson Luiz Camargo

TEMPOS Modernos. Direção e roteiro: Charles Chaplin. Intérpretes: Charles Chaplin e Paulette Goddard; entre outros. Los Angeles, MK2, 1936, DVD, (87 min), son., legendado, p&b.

TORRES, João Carlos Brum et al (Org.). **Manual de Ética:** Questões de ética teórica e aplicada. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERÍSSIMO, Erico. **O tempo e o vento.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIANA, Wellistony C. **Hans Jonas e a filosofia da mente.** São Paulo: Paulus, 2016.

WELCH, Jack; BYME, John A. **Jack: definitivo:** segredos do executivo do século. Rio de Janeiro: Campus, 2001.